

Organizações integrantes
da RCA-Brasil



ASSOCIAÇÃO
Wyty - Catë

Apoio



gestão territorial e ambiental em terras indígenas na Amazônia brasileira

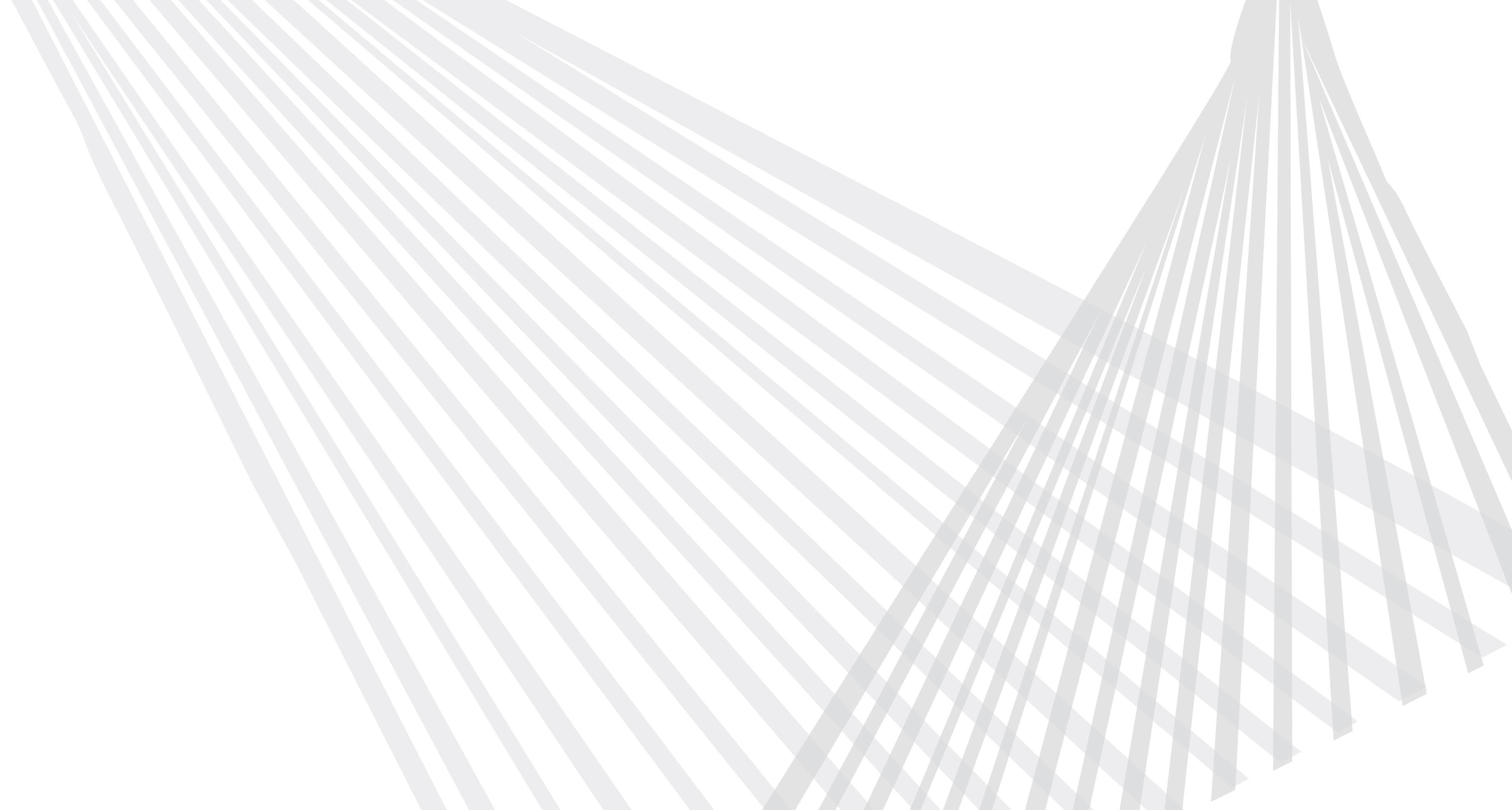
os percursos da Rede de Cooperação Alternativa



ISBN 978-85-98046-12-9



9 788598 046129



gestão territorial e ambiental em terras indígenas na Amazônia brasileira

os percursos da Rede de Cooperação Alternativa



Rede de Cooperação Alternativa – RCA

Rede de cooperação, composta por dez organizações indígenas e indigenistas, cuja missão é promover a cooperação e troca de conhecimentos, saberes, experiências e capacidades, para fortalecer a autonomia e ampliar a sustentabilidade e bem estar dos povos indígenas no Brasil.

Representantes das organizações membro da RCA

Winti Suiá / Rakamu Kuikuro (Atix); Jonas Polino Sansão Gavião / Arlete Bandeira (Wyty-Catë);
Maria Elisa Ladeira / Pollyana Mendonça (CTI); Vera Olinda Sena / José Frank de Melo Silva (CPI-AC);
Jawaruwa Wajãpi / Viseni Wajãpi (Apina); Luiz Brazão dos Santos / Erivaldo Almeida Cruz (Foirn);
Maurício Tomé Rocha / Dário Vitório Kopenawa Yanomami (HAY); Décio Yokota / Luís Donisete Benzi Grupioni (Iepé); Aloísio Cabalzar / André Villas-Bôas (ISA); Francisca Oliveira de Lima / Lucas Artur Brasil Manchineri (Opiac)

Conselho Político da RCA / Mandato 2012 – 2013

Apina / Jawarawa Wajãpi
CPI-AC / Vera Olinda Sena
HAY / Maurício Tomé Rocha

Secretário Executivo / Mandato 2012 – 2014

Iepé / Luis Donisete Benzi Grupioni

Conselho Editorial da RCA

Bruce Serge Albert, Dominique T. Gallois, Nietta Monte e Regina Muller

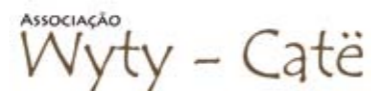
Apoio Institucional



RCA

Rua Professor Monjardino, 19 – Vila Sônia
05625-160 – São Paulo – SP
Tel. 11-3746-7912 e 3569-4973
rede.rca@gmail.com
www.rca.org.br

Organizações integrantes da RCA-Brasil



gestão territorial e ambiental em terras indígenas na Amazônia brasileira

os percursos da Rede de Cooperação Alternativa

Gestão territorial e ambiental em terras indígenas na Amazônia brasileira os percursos da Rede de Cooperação Alternativa

Textos e imagens retirados dos documentos-base e relatórios das viagens de intercâmbio ao Rio Negro (2007), Acre (2009) e Xingu (2010), organizados pela RCA.

Realização

Rede de Cooperação Alternativa – RCA

Organização

Luis Donisete Benzi Grupioni
Marina Kahn

Editora

Marina Kahn

Textos complementares e revisão

André Villas-Bôas, Camila Barra, Cristina Velásquez, Marcos Wesley, Maria Elisa Ladeira, Moreno Saraiva Martins, Paulo Junqueira, Pollyana Mendonça e Vera Olinda Sena

Mapa

Rosimeire Rurico Sacó | ISA

Fotos

Acervo das organizações membro da RCA

Mário Vilela | Funai
Bo Mathisen

Projeto gráfico

Renata Alves de Souza | Tipográfico Comunicação

Apoio à publicação



Tiragem

3 mil exemplares

São Paulo, 2013

Apoio à realização dos intercâmbios



Esta publicação foi possível por meio do generoso apoio do povo dos Estados Unidos através da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O conteúdo é de responsabilidade dos autores e não necessariamente reflete a visão da USAID ou do Governo dos Estados Unidos

Os intercâmbios da RCA...

Servem como uma ferramenta para o nosso fortalecimento

Erivaldo Piratapuia – Foirn

São uma das modalidades mais importantes e enriquecedoras de formação de representantes indígenas

Vera Olinda – CPI-AC

Eu gostei porque abriu meu pensamento

Jawaruwa Wajãpi – Apina

É sempre um intercâmbio de experiências

Higino Tuyuka – Foirn

Trazem informações, nos mostram outras realidades, fazem a gente pensar

Francisca Arara – Opiac

Um ambiente de trocas extremamente rico

Décio Yokota – Iepé

Os trabalhos mais importantes que eu vi dos outros povos eu vou colocar dentro da minha cabeça

Matheus Marubo – Oami/CTI

Este intercâmbio trouxe muitas ideias novas

Viseni Wajãpi – Apina

A oportunidade de compartilhar conhecimentos

Pollyana Mendonça – CTI

Lá discutimos tudo que vimos

Alberto Hapyhi Krahó – Wyty Catë

Porque é assim que a gente vai aprender

Kasianã Wajãpi – Apina

Ainda há muito o que se intercambiar

Renata Faria – ISA

É importante hoje para nós trocarmos ideias

José Mateus Kaxinawá – Opiac

As questões mais importantes referentes à gestão ambiental e territorial foram discutidas

Simone Ribeiro – Iepé

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gestão territorial e ambiental em terras indígenas na Amazônia brasileira: os percursos da Rede de Cooperação Alternativa / [organização Luis Donisete Benzi Grupioni, Marina Kahn]. – São Paulo : Iepé, 2013.

Vários colaboradores.
Bibliografia.

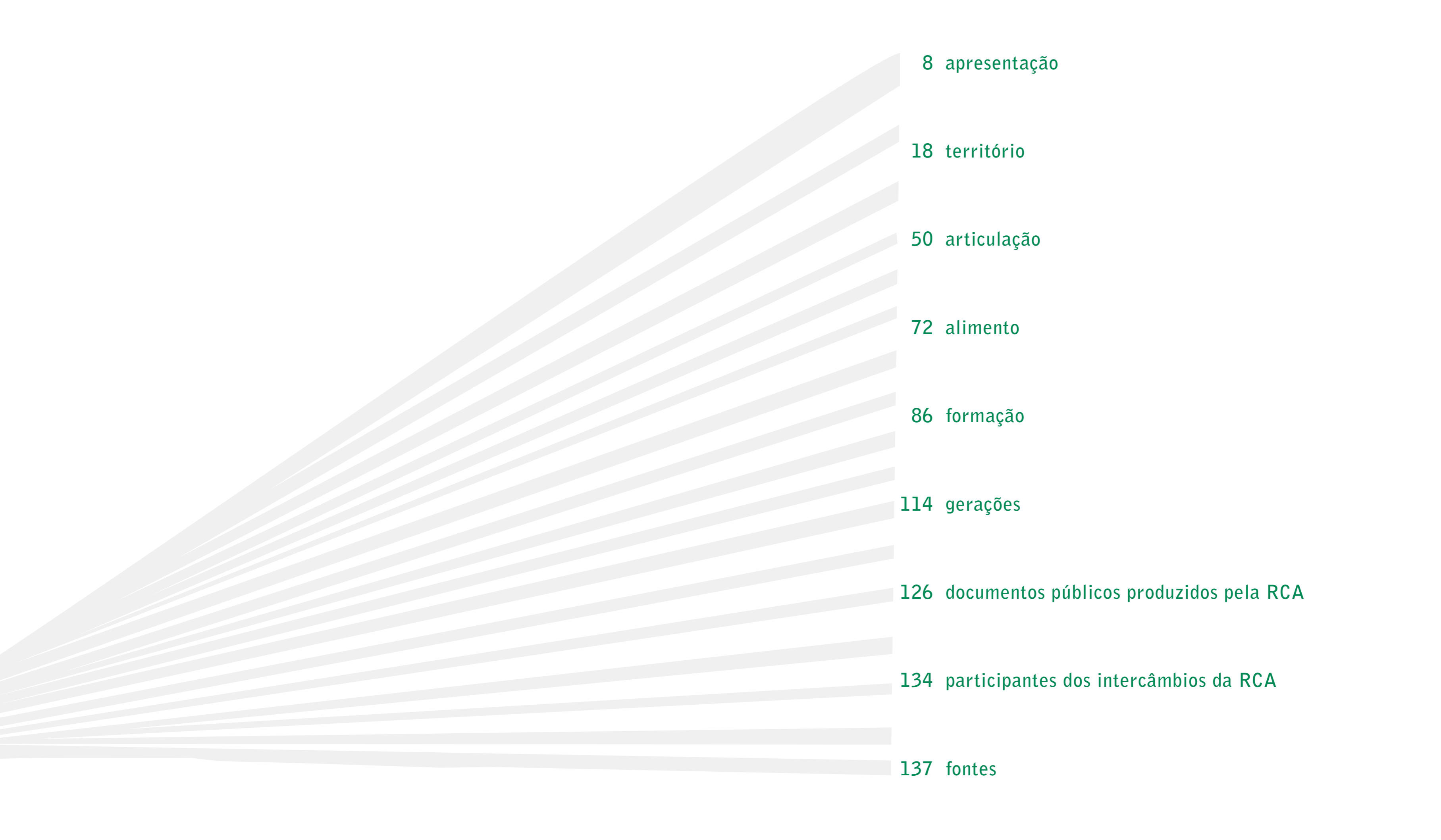
1. Desenvolvimento comunitário 2. Intercâmbios interculturais 3. Povos indígenas - Brasil
4. Proteção ambiental 5. Rede de Cooperação Alternativa (RCA) I. Grupioni, Luis Donisete Benzi. II. Kahn, Marina.

12-15687

CDD-306.08998

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Terras indígenas : Gestão territorial e ambiental : Intercâmbios interculturais : Povos indígenas : Sociologia 306.08998



8 apresentação

18 território

50 articulação

72 alimento

86 formação

114 gerações

126 documentos públicos produzidos pela RCA

134 participantes dos intercâmbios da RCA

137 fontes

apresentação



Grupo do intercâmbio no Acre, 2009

A realização de intercâmbios interculturais entre representantes de diferentes povos indígenas tem sido uma modalidade de formação cada vez mais utilizada por várias organizações indígenas e indigenistas em toda a Amazônia. Entre elas, destaca-se a Rede de Cooperação Alternativa – RCA que, nos últimos 10 anos, realizou mais de uma centena de intercâmbios, concebidos como viagens em que um grupo de indivíduos desloca-se de sua região para conhecer outros povos, projetos, iniciativas e contextos regionais. Esses intercâmbios têm mobilizado dezenas de índios e assessores, homens e mulheres, que tiveram a oportunidade de sair de suas terras e comunidades e conhecer outras realidades socioculturais, ambientais e políticas. Os intercâmbios, como modelo de troca de informações entre povos de tradição oral e cultural diversa, têm se mostrado uma rica forma de propiciar contato e aprendizado com experiências diferenciadas sobre temas e questões que são comuns aos povos indígenas da Amazônia, na construção de processos de sustentabilidade territorial, ambiental, econômica e cultural. Eles têm criado oportunidades de discutir temáticas de interesse comum, trocando experiências e metodologias, discutindo resultados e dificuldades, e produzindo documentos para intervir nas políticas públicas relacionadas aos povos indígenas e à conservação das florestas onde vivem. De maneira mais ampla, a troca de informações e a sistematização de saberes e práticas entre as organizações indígenas e indigenistas potencializa a atuação local, regional e nacional destes atores e sua capacidade de interlocução em reuniões, fóruns e colegiados, na defesa de seus interesses e pontos de vista.

Convidados a refletir sobre a relevância dos intercâmbios, representantes indígenas e indigenistas que tomaram parte em viagens de intercâmbio por diferentes regiões da Amazônia, salientaram sua importância na formação política e profissional ao proporcionar um maior conhecimento e vivência sobre o modo de vida de outros povos indígenas, com tradições linguísticas e culturais diversas. O conhecimento sobre diferentes formas de organização das comunidades, por meio de suas associações representativas, com gestão administrativa e política diversa, amplia os modelos disponíveis de representação política conhecidos. O contato com experiências de gestão territorial e ambiental, com iniciativas de manejo e desenvolvimento comunitário, de valorização cultural e linguística e de práticas pedagógicas e de gestão escolar constituem outros temas que têm suscitado interesse e motivado a realização de intercâmbios.

Entendidos e trabalhados como uma modalidade de formação de representantes indígenas, intercâmbios têm permitido que representantes indígenas implementem em suas comunidades e terras indígenas de origem soluções elaboradas em outros contextos culturais e ambientais. Foi assim, por exemplo, que os povos indígenas do Xingu reformularam o modelo de gestão de sua associação (Atix), inspirando-se na organização da Foirn, no Rio Negro; que os Tuyuka aumentaram o povoamento de plantas frutíferas nativas e exóticas em seus quintais e roças após visitarem os Ashaninka, no Acre, assim como introduziram a meliponicultura em suas aldeias após verificarem os resultados que os Ashaninka vinham obtendo com essa prática; que os Matis passaram a valorizar mais seus conhecimentos tradicionais nas escolas após visitarem as escolas dos Yanomami; que os Wajãpi resolveram construir o seu Centro de Documentação e Formação após visitarem o Centro de Formação dos Povos da Floresta no Acre; que os Kaxinawá passaram a realizar captação de águas de chuvas após conhecerem esse sistema no Rio Negro; e que os Wajãpi passaram a utilizar palhas de murumuru e inajá na cobertura de casas depois de conhecerem esse uso pelos Kawaiwete (ou Kayabi). Essa lista se desdobra em muitos outros aprendizados e mudanças positivas na vida das comunidades participantes dos intercâmbios nos últimos anos.



Grupo do intercâmbio no Parque Indígena do Xingu (PIX), 2010



Subindo o rio Içana, 2007



Na estrada para o Parque Indígena do Xingu (MT), 2010



Banho em lagoa na região do rio Pacas, PIX, 2010



Para chegar ao Centro Yorenka Átame (AC), 2009

Eu vim pra cá de muito longe. Foi muito difícil chegar até aqui. Saí à pé da aldeia até outra, aí peguei a voadeira até o ramal da Perimetral Norte, chamado Riozinho, aí peguei carro até outra aldeia do pólo base. De lá peguei de novo carro para Macapá. Aí vim para cá de avião: Belém, Manaus, Santa Isabel até aqui, Cachoeira do São Gabriel. Vim visitar o trabalho de vocês, trocar com nossa experiência. Queria falar tudo sobre nossa terra.

Muru Wajãpi (Apina),
intercâmbio Rio Negro

Eu gostei muito de participar do intercâmbio no Xingu porque falamos sobre território e entorno das terras indígenas. Para os Wajãpi é importante porque estamos discutindo a criação de faixa de amortecimento. Aprendi com os povos do Xingu como temos que fazer bom relacionamento com os moradores vizinhos para não criar conflito e sobre organização de aldeia. Vimos também que as mulheres e as crianças são quem trabalham colhendo sementes. Isso é sustentável. Mulheres organizadas ajudam os outros.

Viseni Wajãpi (Apina),
intercâmbio PIX

Minha área já é diferente, a gente já não tem mais espaço. Tem 28,8 hectares, e cada ano nosso povo está crescendo, já não tem mais espaço até mesmo para desenvolver nossas atividades tradicionais. Essa realidade daqui é uma coisa muito rica que o pessoal tem. Ficamos felizes que nos acompanharam na ida e na volta. Teve algum problema no motor, mas mesmo remando uma hora no braço para encostar na ilha para conseguir outro motor pra gente continuar, estou feliz de conhecer o povo Baniwa. Prepararam cada recepção linda que até a gente se emocionou. Povo guarani é muito chorão demais, as vezes a gente fica chorando... Eu diria que foi uma coisa inédita que aconteceu para mim.

Marcio Guarani (SC),
intercâmbio Rio Negro

Articulação em rede

A situação de isolamento e dificuldades inerentes de articulação de experiências e práticas similares espalhadas no vasto território amazônico, historicamente tem resultado num baixo índice de articulação política e troca de experiências entre organizações indígenas ou indigenistas que desenvolvem trabalhos e projetos com populações indígenas. Neste contexto, a RCA é uma iniciativa diferenciada que investe no diálogo das experiências dessas organizações resultando, entre outras coisas, no fortalecimento e articulação das mesmas, inclusive perante o setor público.

Hoje, a RCA é constituída por 10 organizações membro, sendo seis indígenas (Atix, Foirn, Apina, Hutukara, Opiac, Wyty-Catè) e quatro indigenistas (CTI, CPI-AC, Iepé e ISA) que representam mais de 60 povos indígenas que vivem no bioma da Amazônia e no seu entorno. Todas essas organizações atuam na Amazônia Legal brasileira, mantêm fortes afinidades políticas, temáticas e metodológicas em seus trabalhos junto a diferentes povos indígenas e vêm buscando, nos últimos anos, influenciar as políticas públicas dirigidas aos índios. O campo de ação dessa articulação foi delimitado pelas organizações membro em termos da realização de atividades coletivas de intercâmbios interculturais, seminários temáticos, encontros regionais, produção e difusão de publicações e monitoramento das políticas públicas indigenistas e ambientalistas.

A RCA desenvolve atividades que direta e indiretamente atingem mais de 50.000 índios, de ambos os sexos e todas as faixas etárias, habitantes das 28 terras indígenas abrangidas pela ação das 10 organizações indígenas e indigenistas que a integram. Como objetivo estratégico, a RCA visa promover a articulação e o protagonismo político dessas organizações em torno de temas estratégicos voltados para a sustentabilidade e governanças locais nas terras indígenas; reconhecimento público do papel fundamental que os povos indígenas desempenham na conservação das florestas e fortalecimento das organizações indígenas e indigenistas na defesa dos interesses e direitos indígenas na Amazônia.



Grupo do intercâmbio no Alto Rio Negro, 2007

Intercâmbios e gestão territorial

As experiências relevantes de trabalho da RCA referem-se todas aos acúmulos adquiridos na própria construção dessa articulação entre as organizações que a integram nesses últimos 12 anos. Foram 15 encontros temáticos, reunindo em média mais de 30 pessoas, entre lideranças indígenas de diferentes povos, especialistas e indigenistas e mais de uma centena de intercâmbios realizados entre 1998 e 2012, que possibilitaram uma efetiva interlocução entre organizações, assessores e povos indígenas.

Entre diferentes temas que tem suscitado interesse no âmbito das atividades da RCA, destaca-se o da gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seus entornos. Nos últimos quatro anos, a RCA realizou um conjunto de intercâmbios coletivos voltados à discussão desta temática. Em 2007, a rede promoveu um intercâmbio na região do Rio Negro (AM), seguido por um encontro de sistematização, focado na gestão territorial indígena, que permitiu não só a troca de informações, mas a sistematização de experiências e de dificuldades comuns aos diferentes contextos regionais e culturais de origem dos participantes, possibilitando a identificação de pontos comuns e divergentes nas estratégias e metodologias de trabalho empregadas por suas organizações membro. Os representantes dos povos indígenas de diferentes regiões da Amazônia viajaram para o município de São Gabriel da Cachoeira (AM) e lá se constituíram três grupos que viajaram por rios distintos, com o objetivo de conhecer as estratégias de gestão territorial e ambiental implementadas pela Foirn e pelo ISA naquela região. Visitaram os rios Uaupés, Içana e Tuyuka e na volta dessa viagem, por três dias, os 35 participantes do intercâmbio discutiram e sistematizaram conhecimentos acumulados sobre práticas em gestão territorial indígena.

Em 2009, a RCA ampliou a discussão aprofundando o tema da gestão territorial, promovendo um novo intercâmbio para o Acre com o tema “Formação para a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas”, que reuniu 40 pessoas – entre lideranças, agentes ambientais e professores indígenas provenientes de 18 povos distintos, bem como assessores e agentes diretamente envolvidos com o tema pertencentes a 17 organizações indígenas e indigenistas que integram a rede e/ou mantêm parceria com suas organizações membro. Os participantes viajaram para a Terra dos Ashaninka, visitaram o Centro de Formação Yorenka Âtame (em Marechal Thaumaturgo) e conheceram as experiências de gestão territorial ali implementadas por esse povo. Depois, retornaram a Rio Branco e, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, gerido pela CPI-AC, sistematizaram por quatro dias conhecimentos sobre as estratégias de formação envolvidas na gestão das terras indígenas. Um documento com sugestões para a política de gestão territorial e ambiental nas terras indígenas foi elaborado e divulgado pelos participantes.



Comitiva RCA visita experiência de recuperação de área degradada em fazenda vizinha ao PIX, 2010



Anfitriões Ashaninka no Centro Yorenka Âtame, 2009



Visita à aldeia Apiwtxa, dos Ashaninka do rio Amônia, Acre, 2009



Beiradão do rio Amônia, em Marechal Thaumaturgo (AC), onde fica o Centro Yorenka Âtame, 2009

O impacto gerado no grupo (de visitantes da RCA) com o desmatamento no entorno do PIX foi perceptível – indígenas choraram, passaram mal e se manifestaram: “Quantos fazendeiros conscientes?”; “Quantas nascentes recuperadas?”; “Por que não começam o reflorestamento a partir das TIs?”; “Soja e boi, não vai ter espaço no mundo se continuar esse tipo de alimentação!”.

Relatório ISA
intercâmbio PIX

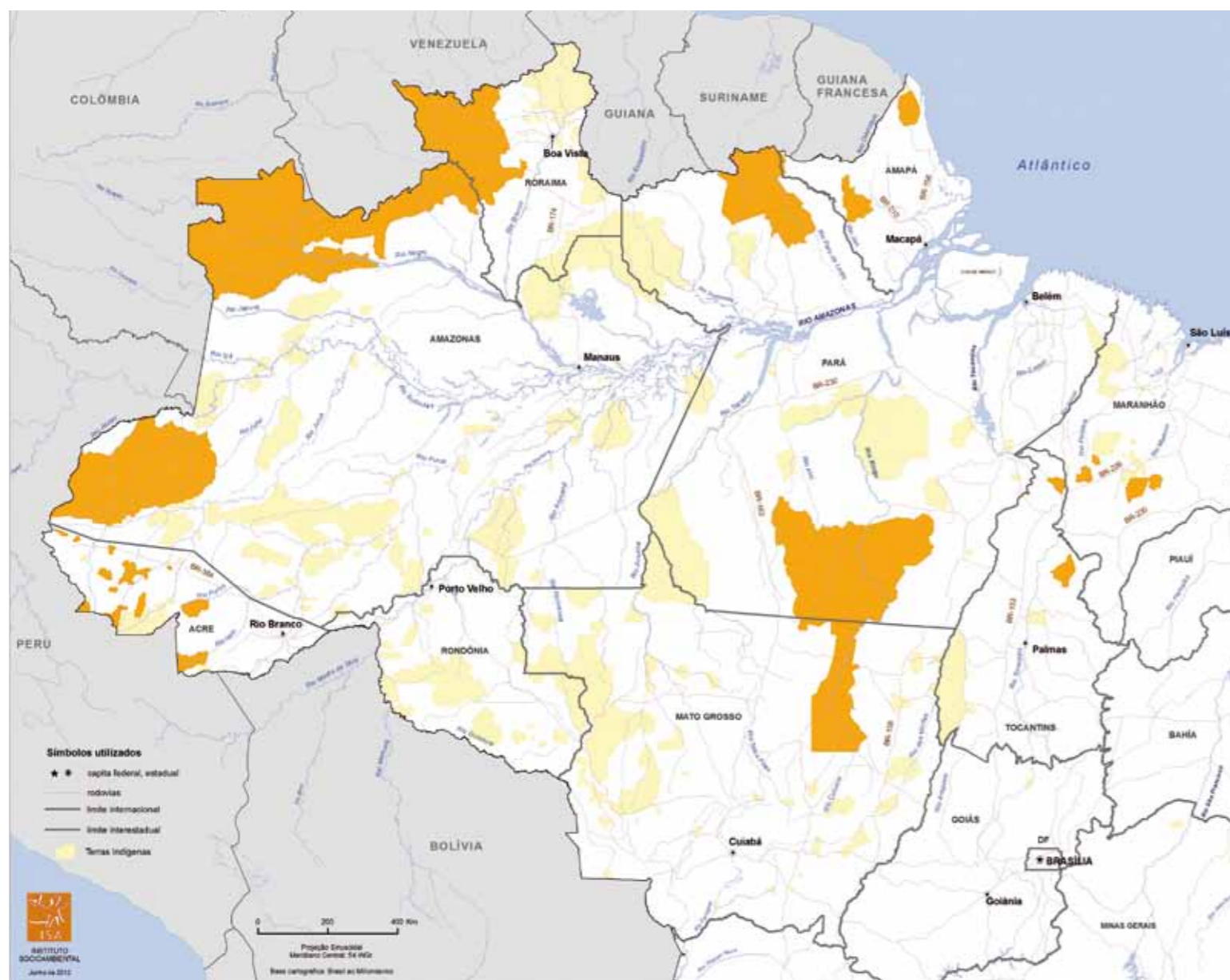
Foi muito legal ver a experiência dos Ashaninka com reflorestamento, mesmo que isso ainda não está acontecendo na nossa terra, porque serviu de modelo pra gente. Precisamos fazer isso nos assentamentos que existem no entorno da Terra Indígena Waiãpi, onde a floresta foi destruída. Agora a gente viu que é possível recuperar a floresta onde ela foi derrubada. Também gostei de ter conhecido o Benki Pianko. Eu vi que ele é uma liderança muito boa, que ele é cacique mesmo. Ele fala muito, ele não para de falar e quando ele começa às vezes ele fala 4 horas seguidas. Ele já viajou muito, aprendeu muito. Ele conheceu muitos não índios que gostaram dele, ele aprendeu muito com os não índios também.

Kasianã Wajãpi (Apina),
intercâmbio Acre

A participação neste intercâmbio no Acre foi extremamente proveitosa. No lado pessoal, foi interessante conhecer as outras pessoas que “estão no mesmo barco”, enfrentando desafios semelhantes. Do ponto de vista profissional, o intercâmbio trouxe aportes tanto para as práticas de manejo de recursos naturais, quanto para as ações com o entorno e para a gestão territorial. Acredito que, apesar das discussões e trocas bastantes produtivas realizadas no intercâmbio, ainda há muito o que se intercambiar dentro do tema Gestão Territorial e Ambiental em Áreas Indígenas, tanto para potencializar os trabalhos em andamento em cada região quanto para contribuir com as políticas públicas.

Renata de Faria (ISA)
intercâmbio Acre

Concluindo esse ciclo de intercâmbios, a RCA promoveu, em 2010, um intercâmbio para a região do Parque Indígena do Xingu, com o intuito de por em discussão a questão da gestão do entorno das terras indígenas. O Parque Indígena do Xingu foi escolhido por estar enfrentando uma crescente deterioração das condições ambientais do seu entorno, resultado do desmatamento intenso, praticado pelas fazendas com plantação de soja e criação de gado, poluição e assoreamento dos rios e afloramento de conflitos ambientais. O intercâmbio no Parque contou com 37 participantes, envolvendo representantes de 20 povos indígenas diferentes, que residem em 13 terras indígenas distintas. Durante os 14 dias de intercâmbio, esse grupo visitou instituições e equipamentos sociais na cidade de Canarana, fazendas de diferentes portes nos limites do PIX, bem como percorreu os rios Culuene, Xingu e Suiá Miçu, passando pelo Alto, Médio, Baixo e Leste Xingu, visitando aldeias dos povos Kuikuro, Yawalapiti, Ikpeng, Kawaiwete e Kisêdjê, além das Coordenadorias Técnicas Locais Pavuru, Diauarum e Wawi. A maioria dos integrantes indígenas do grupo era composta por jovens que saíam pela primeira vez de suas áreas de residência e atuação; outros, porém, eram mais velhos, lideranças em suas comunidades. Todos ficaram satisfeitos por ver de perto os xinguanos, que já conheciam pela mídia, e por entrar em contato com a realidade do Parque do Xingu e do seu entorno, tendo a oportunidade de comparar a realidade local com suas próprias experiências e identificar diferenças e semelhanças de contextos e metodologias. Um novo documento, sistematizando as discussões ocorridas durante a viagem do intercâmbio e as lições apreendidas, foi elaborado e divulgado pela RCA.



ÁREAS DE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA RCA NA AMAZÔNIA LEGAL

Amapá e norte do Pará

Apina e Iepé

Maranhão e Tocantins

Wyty-Catê e CTI

Xingu / MT

Atix e ISA

Rio Negro / AM

Foirn e ISA

Roraima

Hutukara e ISA

Vale do Javari / AM

CTI

Acre

Opiac e CPI-AC

A proposta geral desse intercâmbio foi discutir boas práticas de gestão territorial indígena, identificando procedimentos, processos e atividades importantes de formação indígena, conduzidas pelas dez organizações da rede, que possam gerar subsídios a serem divulgados e testados em outros contextos etnográficos. O intercâmbio entre as organizações mostrou ainda que o trabalho de proteção e fiscalização das fronteiras tem sido estratégico para a conservação dos recursos naturais nos territórios.

Cristina Velásquez (ISA)
intercâmbio Acre

A realização desse conjunto de intercâmbios coletivos sobre a temática da gestão territorial e ambiental nas terras indígenas propicia, além de uma rica troca de experiências entre povos indígenas da Amazônia, o conhecimento a cerca de diferentes modalidades de gestão territorial e do seu entorno e a sistematização de ideias e práticas com a colaboração autoral de várias lideranças indígenas, contribuindo com as políticas públicas voltadas à proteção das terras indígenas e das florestas brasileiras.

Uma rede de cooperação

A RCA originou-se em 1996 de uma Rede de Aliança Latino Americana, congregando organizações brasileiras apoiadas pela Rainforest Foundation da Noruega (RFN) e centroamericanas apoiadas pelo Fundo de Desenvolvimento da Noruega. Esta agência de cooperação internacional incentivou a articulação de suas organizações parceiras em diferentes países, com vistas a trocarem experiência entre si e difundirem seu trabalho. Em 2000 a seção brasileira da RCA tornou-se independente, originando uma articulação em torno da questão indígena na Amazônia Legal brasileira. Essa articulação formalizou-se como RCA, tendo como missão promover a cooperação e troca de conhecimentos, experiências e capacidades entre organizações indígenas e indigenistas atuantes na Amazônia, para fortalecer a autonomia e ampliar a sustentabilidade dos povos indígenas nesse bioma.

A RCA está estruturada em três instâncias, com papéis definidos e acordados entre as organizações que a compõem. A Assembleia Anual da Rede é sua instância máxima de deliberação, composta pela participação de todas as instituições que a integram, quando se define a agenda e as prioridades do seu plano de trabalho anual. O Conselho Político é a instância político-estratégica da RCA, intermediária entre a Assembleia e a Secretaria Executiva. É composto por três instituições integrantes da RCA, sendo duas indígenas e uma indigenista, que tem um mandato de dois anos e a função de fazer cumprir as deliberações dos EAR; propor diretrizes políticas, estratégicas e agendas de trabalhos visando o aperfeiçoamento e o cumprimento da missão da RCA. Por fim, conta-se com uma Secretaria Executiva, instância de gestão da rede, a cargo de uma das organizações membro, cujas atribuições são implementar as ações previstas pelo planejamento anual; assegurar a participação de todas as organizações membro nas atividades da RCA; coordenar e formular projetos de interesse e buscar financiamento para eles; realizar a gestão financeira em concordância com o Conselho Político e cuidar de seus equipamentos e acervo documental.

Sobre a publicação

Esta publicação, além de sistematizar as discussões ocorridas durante as viagens organizadas especificamente para dar destaque ao tema da gestão ambiental e territorial das terras indígenas, enfatiza as manifestações dos participantes, revelando o poder dos intercâmbios da RCA na delimitação da trajetória dos seus integrantes em busca da sustentabilidade de seu futuro.

A maior parte dos textos aqui reunidos foi retirado dos documentos preparados para orientar as viagens de intercâmbio promovidas pela RCA entre 2007 e 2010, e dos relatórios produzidos pelos participantes, depois que elas ocorreram. Eles somam uma dezena de volumes encadernados que compilam textos ou apresentações em power point que cada instituição membro enviou para a secretaria executiva da RCA organizar informações para subsidiar os viajantes, e os relatórios de viagens feitos pelas comitivas desses viajantes. As aberturas e fechamentos dos capítulos, no entanto, foram compostos com textos editados desse conjunto e complementados com informações retiradas dos sites, boletins e artigos escritos pelas organizações membro da RCA.

Os cinco capítulos centrais do livro refletem os assuntos mais debatidos pelos viajantes nas rodas de conversas para abordar o tema da gestão territorial e ambiental das terras indígenas visitadas: território, no sentido de ocupação e vigilância, articulação, considerando a relação estratégica com os moradores do entorno, alimento, visto como segurança alimentar, formação, tratado a partir da educação formal direcionada a profissionalizar indígenas, gerações, em função dos impasses advindos do convívio entre a tradição e mudança de hábitos. Também publicamos aqui os três documentos públicos elaborados pelos participantes dos intercâmbios, sistematizando ideias e propostas para a gestão dos territórios indígenas. Eles foram elaborados com o intuito de influenciar políticas públicas bem como difundir ideias para outros contextos socioculturais que aqueles onde foram geradas.

Com essa estrutura, o fio condutor da publicação não é esgotar o assunto em pauta, mas demonstrar como as atividades de intercâmbios promovidas pela RCA enriquecem e subsidiam o indigenismo e a política indígena em seu trabalho de defender e resguardar a permanência das populações indígenas nas terras reservadas para seu usufruto.



Polo de saúde do Pavuru (PIX), reúne visitantes da RCA, 2010



Cinegrafistas Kisêdjê registram visita da RCA ao PIX, 2010



Winty Suyá, anfitrião, e visitantes da RCA no PIX 2010



Visitantes da RCA na aldeia Yawalapiti (PIX), 2010

Na comunidade de São José (baixo rio Tiquié) fomos visitar uma família que estava no processo de fazer farinha e beiju. O parente (do Acre) conheceu e viu a diferença de como preparar esse tipo de processo. Lá no Acre, segundo ele, tem diferença. Os Baniwa se sacrificam muito na preparação da massa. Lá pro Acre eles têm mais facilidade.

Custódio Benjamim (Opiac),
intercâmbio Rio Negro

Quando fui para um intercâmbio no Acre em 2005, passei a conhecer o trabalho que os parentes Ashaninka fazem na formação de Agentes de Manejo Agroflorestal. Levei a proposta para minha escola e hoje estamos com o trabalho consolidado.

Higino Tenório Tuyuka (Foirm),
intercâmbio Rio Negro

No costume da região, os visitantes comem primeiro, depois os homens adultos, por fim as mulheres e crianças. Não sabíamos disso ainda, e comemos quase tudo que tinha na mesa.

Relatório Iepé,
intercâmbio Rio Negro

1 território



Aldeia Mararí, TI Yanomami (RR)

Para entender a abordagem da gestão territorial, cabe observar que a diversidade de situações encontradas reflete as histórias e as necessidades dos povos indígenas. O que há de comum em todos os casos é que o esforço de construir cada estratégia parte dos próprios índios, em suas terras, às vezes com a ajuda de organizações parceiras, instituições públicas responsáveis por atender suas demandas e pelas próprias associações indígenas.

A noção de gestão territorial vem se configurando como mais uma etapa do processo de assimilação, pelos índios, do conceito – e do fato – terra demarcada. Por meio de ações pragmáticas que lhes são demonstradas, informadas ou por vezes impostas, grupos indígenas vão percebendo a dimensão do que os preceitos legais rezam, mas não necessariamente operacionalizam. Ou seja, lhes foi incumbida a missão de fiscalizar as terras ocupadas em caráter permanente, feita a recomendação de gerar renda por meio das terras indígenas utilizadas para atividades produtivas, e cobrada a coerência de uma cultura fortalecida e compartilhada já que lhes foram reservadas terras imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e necessárias à sua reprodução física e cultural. A partir desse patamar, podemos perceber que os integrantes da RCA vêm usando a noção de gestão territorial e ambiental como uma espécie de lona de proteção sob a qual trabalham para manter (ou conduzir) a integridade das terras em que vivem. Ou, como tem dito a voz corrente, construindo sua sustentabilidade. Estender uma lona é para dar abrigo, proteção e recolhimento, mas ela estará sempre sujeita a ventos e tempestades.

Olhar e zelar pela integridade das terras indígenas vem traçando planos de ação das associações indígenas, motiva jovens a respeitar os velhos os quais, em sua maioria, foram os que levantaram a bandeira da demarcação de suas terras e conseguiram realizar a empreita a contento; insere as mulheres como protagonistas mais equiparadas aos homens quando explicitam ser elas as detentoras de conhecimentos associados aos cultivos; insere novas lideranças políticas na plataforma dos serviços ambientais prestados pelas terras e povos indígenas, habilita agentes da educação escolar, da saúde preventiva e da gestão ambiental, entre outras.

Os registros dos intercâmbios promovidos pela RCA revelam que há verbos recorrentes nas falas dos seus participantes: fiscalizar, monitorar, manejar, vigiar, ocupar, estudar, negociar, desobstruir, utilizar, administrar, gerir, resgatar, diagnosticar, mapear, participar, e assim por diante. Isso não significa, necessariamente, a conquista de novos e bons resultados na relação dos grupos indígenas com o mundo dos não índios, mas a atualização dos gestos para enfrentar velhos problemas como o de invasões de terras, roubos de recursos naturais, retorno de epidemias, descumprimento de acordos, desrespeito às leis, como se sabia no século passado, quando a Constituição favorável aos interesses das populações indígenas foi gerada e assinada. Os Yanomami voltam às manchetes dos jornais por causa da presença indesejada de garimpeiros em suas terras; os programas desenvolvimentistas do governo do Brasil do início do século 21 promovem a abertura e o asfaltamento de estradas que cortam terras indígenas no Acre, no Amapá, no Mato Grosso e no Maranhão; a exploração madeireira ilegal continua atuando nas fronteiras internacionais do Acre e do Amazonas, afetando o Vale do Javari (AM) e o território ashaninka (AC); os poderes públicos ignoram seus deveres face aos direitos indígenas conquistados para políticas diferenciadas de saúde e educação, o agronegócio rasga o cerrado secando nascentes e assoreando rios, como se constata no entorno do Parque do Xingu e do território timbira, no Maranhão; a conhecida ausência de regularização fundiária continua empurrando levas de pessoas sem terra para assentamentos rurais estrategicamente situados em áreas limítrofes a terras indígenas, como vemos acontecer no trecho amapaense da Perimetral Norte que acaba dentro da Terra Indígena Wajãpi.

Reações, respostas e busca de soluções vem sendo formuladas de dentro para fora, por meio da elaboração de planos de manejo e planos de gestão territorial, planos de vida, diagnósticos participativos, estudos e pesquisas no âmbito das escolas das aldeias, etnomapeamentos, enfim, uma gama de ferramentas que ajudam a calibrar a conversa para fazer valer direitos e responsabilidades recíprocas.

Planos de gestão, planos de vida

No âmbito do trabalho desenvolvido pelas organizações que integram a RCA, foram formuladas diferentes estratégias para enfrentar a questão da gestão dos territórios indígenas:

O **Plano Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável** (PRDIS), por exemplo, elaborado no âmbito da parceria FOIRN e ISA, é um conjunto de ações integradas com objetivo de iniciar uma nova forma de diálogo com instituições governamentais e não governamentais para implementar políticas públicas que visem o desenvolvimento regional com respostas adequadas às demandas dos povos do rio Negro. Essas ações devem valorizar a diversidade, os conhecimentos indígenas, garantir um novo patamar de bem estar para as comunidades e serem executadas de acordo com as determinações e prioridades dos povos indígenas, valorizando o controle social e a participação direta. São linhas de ação do Plano: Saúde | Proteção e fiscalização das terras indígenas | Segurança alimentar | Balcão da cidadania | Educação indígena | Comercialização de produtos indígenas | Pesquisas.

Ainda na região do rio Negro, a Escola Pamáali (veja mais no capítulo Formação), no rio Içana, coordenou uma pesquisa intercultural sobre uso e conservação de ambientes com sua rede de alunos e professores do ensino médio. A pesquisa resultou em um livro, o primeiro volume da **série Kaawhiperi Yoodzawaaka**. A publicação aborda assuntos relacionados ao manejo de recursos e ambientes importantes para viver e estar bem no mundo, segundo os povos Baniwa e Coripaco. A proposta dialoga com a ideia de pensar um futuro sustentável por meio de reflexões sobre o presente e com base nos ensinamentos do passado. Atualmente, o modelo de pesquisa-ação experimentado na EIBC está sendo difundido e ampliado para outras 13 escolas indígenas da bacia.

No Amapá, a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque realizou cinco oficinas de planejamento participativo com o apoio financeiro e institucional de entidades parceiras, como Funai, The Nature Conservancy, Iepé, Eletronorte e GTZ, para formular o **Plano de Vida dos Povos e Organizações Indígenas do Oiapoque**. Tal Plano orientará a construção de um Programa Ambiental e Territorial dos Povos Indígenas do Oiapoque. Suas diretrizes são: Saúde, Educação, produção, Território e Ambiente, Cultura e Movimento Indígena. O documento registra os principais desejos de toda a comunidade para facilitar o processo de negociação de projetos específicos.

No caso do povo Wajãpi, professores, pesquisadores, agentes de saúde e chefes wajãpi participaram, nos últimos três anos, de oficinas organizadas pelo Iepé sobre fortalecimento de direitos culturais. Durante os trabalhos ficou claro que os conhecimentos tradicionais sempre devem servir de referência para os jovens e as próximas gerações. Como desdobramento, os participantes produziram o **Mosikoa'y rã kô (Plano de Ação Wajãpi)** para orientar as políticas públicas e parceiros dos Wajãpi no trabalho direcionado a eles, bem como o trabalho do Apina com as aldeias.

Quanto aos Timbira, os constantes desafios à sustentabilidade de suas terras, impostos pelo contexto regional, foram a principal motivação da Associação Wyty Catê e do CTI para sistematizarem o lastro de discussões e reflexões sobre a gestão integrada dessas terras. Isso resultou no **Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira**, que articula e organiza o conhecimento Timbira sobre como gerir seu ambiente de maneira integral, que olha para o presente e pensa no futuro. Para alcançar este objetivo, foram sintetizadas ações e meios de concretizá-las visando a solução de problemas tais como: controle do território, manejo dos recursos naturais, atividades produtivas e econômicas e educação para a gestão socioambiental. O Plano de Gestão nada mais é do que um instrumento de planejamento para subsidiar as ações dos órgãos governamentais executores da política ambiental e indigenista e das entidades parceiras, assim como para orientar o trabalho das organizações indígenas Timbira rumo à meta de um *pjê inpej* (território bom) para as atuais e futuras gerações.



Capa do mapa gerado para o PRDIS



Série Kaawhiperi Yoodzawaaka, do povo Baniwa, vol. 1



Plano de Vida Oiapoque



Plano de Ação Wajãpi – Mosikoa'y rã kô



Plano Timbira



Aldeia Tiriyó, norte do Pará



Casa Kamaiurá, PIX



Aldeia Ashaninka, AC



Casa Mayoruna, Vale do Javari

Ao chegarmos a São Gabriel da Cachoeira, vimos muitas diferenças de paisagens. Quando saímos da nossa região de avião, vimos da janela somente desmatamento e o quanto fica claro que o Parque do Xingu é uma ilha verde no meio daquele desmatamento todo. Quando entramos no avião em Manaus vimos que o verde aqui não acaba, pois ainda tem muita floresta preservada. Um dia, na nossa região do Xingu também foi assim.

Winti Suyá (Atix),
intercâmbio Rio Negro

O entorno desmatado de Canarana foi um choque muito grande para quem está acostumado com floresta.

Sedrick Karipuna (Iepé),
intercâmbio PIX

Durante o seminário da RCA no Centro de Formação dos Povos da Floresta da CPI, eu vi que as outras TIs estão na mesma situação da Terra Waiãpi. Elas sofrem com invasão de garimpeiros, caçadores, pescadores; o atendimento à saúde é precário, a educação indígena diferenciada não é respeitada, e o governo federal manda recursos que não são suficientes para trabalhar com a fiscalização das TIs. Também passam por problemas com os recursos naturais que estão se acabando e as populações indígenas crescendo. Ainda tem os problemas de fronteiras para os povos que vivem divididos entre dois países, porque a legislação é diferente de um país para o outro e isso atrapalha na hora de reivindicar os direitos. Mesmo dentro do Brasil, tem povos indígenas que estão sofrendo com a falta de terra. Eu escutei o Dorival Gavião falando que a terra do povo dele, além de não homologada, é muito pequena. Ele disse que tem gente do próprio povo contra a homologação e quer viver como na cidade, e isso enfraquece muito a luta dos povos indígenas.

Jawaruwa Wajãpi (Apina),
intercâmbio Acre

O povo Kisédje, conhecido também por Suyá, conseguiu retomar parte de seu território tradicional que havia sido ocupado por fazendas. Eles são uma das 16 etnias reunidas no Parque Indígena do Xingu. Hoje, a TI Wawi é contígua ao PIX. Os Kisédje assumiram como desafio criar o gado que pertencia aos fazendeiros em moldes sustentáveis, ou seja, uma tentativa de consorciar pasto com sistemas agroflorestais que possam reconstituir gradativamente a floresta nativa nas áreas de proteção permanente devastadas para o capim. O ISA vem prestando assistência técnica ao trabalho.

A CPI-AC, com seus parceiros indígenas, foi pioneira na produção dos Plano de Gestão Territorial e Ambiental. Eles vêm se construindo a partir da discussão coletiva e comunitária, iniciadas em conversas familiares sobre suas necessidades.

Os Planos de Gestão Ambiental e Territorial funcionam como acordos coletivos no uso da terra e dos recursos naturais. Eles não apenas orientam e planejam as atividades dos projetos de desenvolvimento comunitário, como também articulam políticas ambientais do entorno.

Em oficinas comunitárias são mapeados todos os recursos naturais existentes na terra indígena, identificando escassez e abundância. A partir daí, discute-se estratégias de uso desses recursos, para garantir sua gestão. Acordos comunitários são então firmados e passam a integrar os planos de gestão. Soberania alimentar, construção de casas, manutenção dos rituais, produção de artesanato são temas priorizados pelos índios nessas oficinas.

Nos últimos anos, 8 planos de gestão territorial foram elaborados pela CPI/AC em parceria com a AMAAIC e organizações indígenas locais e 4 novos planos estão em fase de construção. Com apoio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre outros 9 planos foram elaborados. No total, o Estado do Acre passará a contar com 21 planos de gestão territorial. No contexto amazônico, o Acre é o único Estado que incorpora como política pública os planos de gestão territorial e ambiental em terras indígenas.

No Parque Indígena do Xingu, tomando por referência a integridade sociocultural dos povos que o habitam, ISA e Atix são responsáveis por inúmeras as ações voltadas para preservar as condições ecológicas do Parque. O trabalho é feito pela Atix e pelo ISA com a participação das comunidades indígenas, de técnicos e pesquisadores. As iniciativas são voltadas a ampliar a capacidade de controle direto dos índios sobre os limites do PIX com as picadas demarcatórias, com a realização de expedições de verificação de invasões, com a capacitação dos chefes e assistentes de postos indígenas de fiscalização, com o monitoramento e mapeamento dos vetores de ocupação do entorno e da dinâmica de desmatamento da região dos formadores do rio Xingu, e a articulação política das lideranças do Parque com os órgãos ambientais (Ibama e Sema) e prefeituras locais. As expedições ao entorno do PIX têm como missão trazer informações sobre o estado de saúde geral das florestas e cerrados remanescentes, dos rios e das matas ciliares e aprimorar os métodos e coleta de informações, bem como a observação e checagem de mudanças na paisagem em campo, sem perder de vista o combate à ilegalidade de atividades econômicas que causam danos ao meio ambiente. Além do monitoramento da ocupação do entorno, as comunidades indígenas participam ativamente na discussão dos modelos de gestão de seu território e dos recursos naturais. Um dos exemplos é o monitoramento da água realizado entre 2005 e 2008 e que resultou numa análise da contaminação de peixes por agrotóxicos utilizados nas fazendas no entorno da Terra Indígena. Ficou demonstrado que embora os resultados até aquele período fossem negativos, há a ameaça potencial de contaminação.

Nos primeiros 14 anos do trabalho, o ISA investiu num conjunto articulado de ações voltadas a proteção e fiscalização do Parque: reavivamentação dos limites do PIX, manutenção dos marcos e placas, diálogo com vizinhos proprietários confrontantes com os limites, identificando entendimento e possibilidades de parceiras para a proteção dessas fronteiras; capacitação dos chefes de postos da Funai, agentes e assistentes de fiscalização, apoio a expedições de verificação da integridade dos limites e a realização do mapeamento continuado sobre desmatamento e vetores de ameaças ao Parque desde 1993.

A partir de 2009, a Funai assumiu maior responsabilidade sobre as atividades de proteção e fiscalização e o ISA direcionou, a partir de então, esforços para a questão do controle do fogo, sempre uma ameaça à integridade e à sustentabilidade desse território.



Plano de Gestão Terra Indígena Kaxinawá e Ashaninka do rio Breu, 2007



Plano de Gestão Ashaninka, 2007



Entrada da Terra Indígena Wajãpi, AP

Plano Diretor

Foirn e ISA colaboraram ativamente para a formulação do Plano Diretor do município de São Gabriel da Cachoeira, cujo território tem 80% da extensão dentro de TIs. Dentre as inovações, destaca-se: descentralização do planejamento municipal possibilitando planos diretores regionais para as TIs e regulamentação em nível municipal de dispositivos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante processo prévio de consulta aos povos afetados e interessados.



Rio Envira, AC

No Xingu tem grupos distintos: grupos que vêm problemas e grupos que estão fechados. Ficamos chocados ao descobrir que tinham pessoas (índios) no Xingu vendendo madeira ilegalmente. O segundo momento foi quando ouvimos falar que nossos rios estavam sendo barrados por causa de gente de dentro do Xingu. O governo oferecia dinheiro para algumas lideranças concordarem com os projetos do governo dentro de terras indígenas. Terras indígenas onde mora um povo só é mais fácil resolver os problemas, onde tem muitos povos é mais difícil, porque as culturas são diferentes e os interesses também são diferentes. Mas tem coisas boas no Xingu com todo este conflito. Aprendemos com as invasões. No começo tinham conflitos e mortes. Agora, a equipe que faz a fiscalização, dialoga com os fazendeiros.

Ianukulá Kaiabi (Atix),
intercâmbio Acre

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira diz o movimento do mehín (Timbira) pra resolver os problemas que acontecem dentro e a parceria para o que vem de fora. É a caçada para olhar os limites e vigiar os cupen (branco), é a roça e aldeia para ocupar, é segurar o fogo, segurar as invasões, é segurar a nossa terra.

Paulo Thugram Canela (Wyty Catê)

Quando saímos de avião da nossa região vimos pela janela o quanto não temos mais mata, o Xingu é apenas uma ilha. E aqui não, vimos que o verde não acaba, um dia o Xingu foi assim”.

Winti Suyá (PIX),
intercâmbio Rio Negro

Um morador do PIX se emociona com a floresta praticamente intacta no Alto Rio Negro e um morador do cerrado amapaense, no Oiapoque, se choca com a devastação do cerrado mato-grossense onde o PIX está encravado. Em contrapartida, embora a floresta no Alto Rio Negro esteja totalmente preservada, o que causa estranheza está associado a elementos pouco usuais nas demais terras indígenas – a configuração de grandes aldeamentos com a marca da presença salesiana, embora os padres e freiras tenham se retirado da região. A menção aos militares refere-se à lauretê, povoado indígena situado exatamente num dos pontos do extenso limite entre o Brasil e a Colômbia. Ali o Exército tem soldados para fazer o controle da fronteira. Grande parte do contingente é indígena. Um xinguano, na posição de liderança da Atix assume que dentro do Parque há posições divergentes entre alguns indivíduos indígenas em relação ao compromisso com a preservação dos recursos naturais preservados até agora.

Etnomapeamento

Mapas são instrumentos eficientes na gestão de territórios e contribuem para o fortalecimento político, social, econômico e cultural dos povos indígenas. Momentos coletivos, como cursos de formação de professores ou agentes de manejo indígenas, que adotam metodologias participativas na comunidade, têm gerado esses mapas. Este trabalho recebe o nome de etnomapeamento. Na maioria dos casos, os trabalhos utilizam bases cartográficas georreferenciadas como subsídio, mas essa não é uma regra obrigatória.

No Maranhão e Tocantins, o CTI e a Wyty-Catê têm tido experiências em que os produtos gerados resultam de mapeamentos mentais sobre a distribuição de recursos, das potencialidades e das vulnerabilidades dos territórios. Eles estão trabalhando para compor o Atlas Timbira, estudos sobre o Cerrado, planos de recuperação de áreas degradadas e planos de fiscalização das TIs.

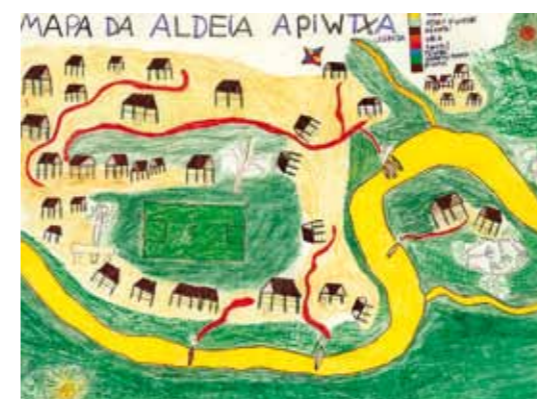
No Acre, a cartografia indígena compõe o programa de formação de agentes agroflorestais e tem como principal finalidade fazê-los identificar, mapear, refletir e discutir as diferentes áreas de uso dos recursos naturais e agroflorestais das terras indígenas, sobre aquelas com conflitos, as áreas de refúgios e sobre os aspectos culturais. Preocupa-se em classificar, na concepção indígena, os diferentes ecossistemas que compõem seus atuais territórios, nomeando em língua indígena os lugares. A cartografia indígena elabora diagnósticos socioambientais, constrói Plano de Gestão Territorial e Ambiental, além de influenciar, de maneira positiva, nas políticas públicas voltadas para a gestão, para a proteção e ampliação de seus territórios. Em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (Amaaiac), a CPI-AC coordenou e realizou doze oficinas de etnomapeamento em oito terras indígenas, localizadas em faixa de fronteira. Elas permitiram a elaboração coletiva de mapas temáticos (hidrografia, vegetação, pesca, caça, fluxo de caça, áreas de uso, linguístico, ocupação histórica, invasões e ampliação de territórios que foram o ponto de partida para os primeiros Planos de Gestão Territorial e Ambiental para as terras indígenas do Acre.

No Tumucumaque, a Equipe de Conservação da Amazônia e a Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque, que tem apoio do Iepé, desenvolveram este trabalho em quatro oficinas e quatro períodos de coleta de dados em campo, quando foram levantados os pontos de ocorrência de atividade extrativista, de caça, pesca, entre outros. O material coletado resultou num mapa etno-cultural.

No rio Negro, os etnomapeamentos fazem parte da rotina de campo há mais de 15 anos. Foram realizados diversos trabalhos de mapeamento participativo no âmbito da parceria Foirn e ISA, com diferentes metodologias, atores e escalas e sempre como parte de processos sociais por direitos coletivos. Destaque para o uso desses resultados no reconhecimento de áreas tradicionalmente ocupadas e manutenção de um banco de dados espacializado das comunidades e sítios, com informações básicas sobre: população, etnias, associativismo, educação, saúde, fiscalização e proteção, comunicação, projetos de renda e manejo, afirmação e patrimônio cultural, diversidade socioambiental, entre outras. Ademais, há o Macrozoneamento das 5 TIs do Alto Rio Negro que subsidiou a elaboração do PRDIS. Este mapeamento único utilizou imagens do satélite Landsat e Ikonos (nas áreas críticas), identificando as classificações indígenas das paisagens que compõem: formação vegetal, características do solo, característica hidrológica, recursos de caça, recursos de pesca; recursos extrativistas, uso agrícola, ocorrência de plantas medicinais, criação de animais, locais de reprodução de animais e referências culturais. Assim, a discussão, leitura e uso dos mapas tornam-se mais fáceis para os maiores interessados nos resultados desses processos: os indígenas.



Diários dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AAFI)



Mapas elaborados pelos AAFIs, AC

O Plano de Gestão não é uma lei, mas é um acordo entre os grupos familiares, entre a comunidade, sobre como nós vamos organizar a nossa terra, como vamos usar os nossos recursos naturais, como nós vamos nos relacionar com os nossos vizinhos, como vamos trabalhar com o entorno, como vamos fazer um desenvolvimento que beneficie a todos. Ele também não é uma proibição, mas um trabalho de conscientização, com todos, índios e não índios. Com o passar do tempo, ele pode ser modificado, mas sempre com a participação de todos, para se chegar a um consenso com o objetivo único de cuidar com zelo e carinho do que é nosso.

José Lima Yube Kaxinawá (Opiac),
intercâmbio Acre

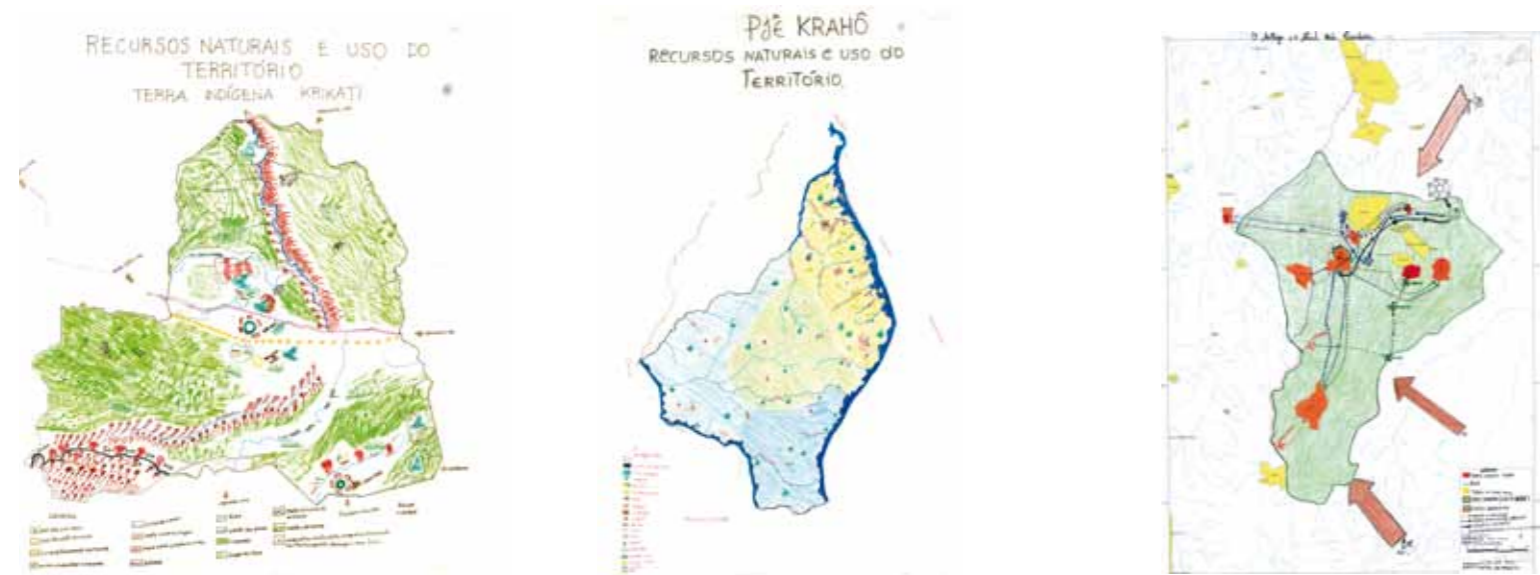
Um plano de gestão territorial é uma maneira dos povos indígenas hoje pensarem, discutirem e colocarem em prática todas as suas ideias para poderem cuidar dos recursos que eles usam na sua terra. Esses recursos são a caça, a pesca, a madeira, a palha, os frutos, a roça e tudo aquilo que se precisa para continuarem a viver com saúde em sua terra.

Professores Tiriyó e Kaxuyana (Apitiktxi)

Lá na nossa terra tem muito peixe e caça, mas mesmo assim temos preocupação. Algum animal pode ser extinto, como jacaré, tracajá, capivara... Então a gente sentou e fez um único planejamento com todas as comunidades: onde íamos chegar, como ia deixar as coisas, ou ia buscar uma forma de fortalecer e fazer voltar como era antes. Por exemplo, deixar de tirar ovos de tracajá, para ver o que ia acontecer. O que aconteceu é que hoje você vai no rio Gregório e é uma maravilha. Os animais que estavam extintos voltaram.

João Yawanawa (Opiac),
intercâmbio Rio Negro

O CTI e a Wyty Catê desenvolvem desde 1994, nos estados do Maranhão e Tocantins, atividades de formação de jovens pesquisadores Timbira utilizando-se dos etnomapeamentos como uma ferramenta metodológica para tratar da questão socioambiental das Terras Indígenas Timbira. Os mapeamentos participativos, realizados no âmbito da Escola Timbira e posteriormente no Projeto Mentwajê, foram utilizados como instrumentos facilitadores no processo de discussão e reflexão dos problemas socioambientais vivenciados por estes povos, se desdobrando ulteriormente em materiais paradidáticos, diagnósticos e planejamentos para a gestão territorial e ambiental das TIs. Os etnomapeamentos, enquanto instrumentos de diagnóstico para se efetivar a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas, são tratados de forma complementar às estratégias tradicionais de gestão empreendidas há séculos pelos Timbira, a partir das práticas e técnicas de uso e manejo dos recursos disponíveis e do amplo conhecimento que os mesmos detêm sobre os ambientes de Cerrado. A produção de mapas temáticos Timbira, além da função didática, carrega um caráter político, subsidiando as articulações, reivindicações e diálogo para a formulação de políticas públicas em defesa da integridade territorial e de valorização do seu ambiente de vida, o bioma Cerrado.



Mapas temáticos elaborados pelos Timbira, MA

No Vale do Javari, professores indígenas, chefes de maloca e o CTI trabalharam na confecção de mapas mentais das sub-regiões durante oficinas temáticas nas aldeias e cursos de formação complementar. Esses mapas estão sendo complementados com georreferenciamento e informações coletadas por levantamentos participativos, abarcando temas de ocupação histórica, caça e pesca, vegetação, roças e extrativismo, compartilhamento territorial com povos isolados, invasões e ameaças ao território.



Mapas temáticos elaborados por professores e chefes de maloca do Vale do Javari, AM



Debate sobre gestão territorial na TI Ashaninka, AC

A cidade é um lugar que sinto que não é lugar de população indígena viver. Vi que ali (no alto Rio Negro) bebida alcoólica que não é da tradição tem muita influência, uma coisa que é muito prejudicial, porque a nossa bebida que a gente mesmo prepara não prejudica.

João Yawanawa (Opiac),
intercâmbio Rio Negro

Essa questão de militar, pra nós foi surpresa, a gente não tem. A gente tem medo desses caras, só se forem num livro. Nessa comunidade vi os jovens envolvidos com eles, jogando bola.

João Yawanawa (Opiac),
intercâmbio Rio Negro



Elaboração de mapas no curso de formação dos AAFIs, AC

Rio Negro

A diversidade socioambiental da região do Rio Negro é uma das mais importantes da Amazônia. Com uma área total de 71.4 milhões de hectares, 80% no Brasil, 11% na Colômbia, 8% na Venezuela e 1.7% na Guiana, é a maior bacia de águas pretas do mundo. Cerca de 46% da extensão da bacia são Terras Indígenas (TIs) reconhecidas oficialmente e 10% em processo de reconhecimento. Das cinco TIs na região do Alto Rio Negro, apenas 50.597 ha (0,5%) desta área foi identificada como “desmatada” segundo análise de imagens de satélite (INPE-PRODES 2011), ou seja, utilizadas para instalação das comunidades (locais de residência), áreas de roças, áreas com corte raso e capoeiras novas. Distante das áreas de pressão das fronteiras de expansão agropecuária e madeireira, tanto em relação ao Brasil quanto à Colômbia, é uma região remota, mas de geopolítica estratégica pela presença de guerrilha armada e crescente associação da região como rota do tráfico de drogas da Colômbia para o Brasil.

A região abriga um conjunto diversificado e único de paisagens que são resultantes não somente da história geológica, com suas variações locais do clima, do solo, do relevo, da vegetação; mas também das relações econômicas, da estrutura social, da história de ocupação e manejo, e da cosmovisão das populações humanas que ali se estabeleceram ao longo do tempo, recorrentemente expressa em ricas narrativas.

No Brasil, do Médio Rio Negro até as cabeceiras dos rios Uaupés, Papuri, Tiquié e Içana, vivem cerca de 23 povos pertencentes às famílias linguísticas Tukano Oriental (Kubeo, Desana, Tukano, Miriti-Tapuya, Arapaso, Tuyuka, Makuna, Bará, Siriano, Karapanã, Wanano, Yuruti e Pira-Tapuya), Arawak (Tariana, Baniwa, Kuripako, Warekena e Baré), Maku (Hupda, Yuhupda, Nadeb e Dow) além dos Karib e Yanomami. Os povos Arawak e Tukano Oriental compõem um intrincado sistema social em rede, no Alto Rio Negro ainda organizado segundo nexos regionais pelas regras próprias de parentesco, com casamentos exogâmicos, hierarquia patrilinear e moradia patrilocal, mas cujas relações se estendem por todo o território através da mobilização política por seus direitos, troca de especialidades étnicas (alimentos, bens rituais, produtos florestais, produtos agrícolas), estratégia de sobrevivência e, mais recentemente, busca por acesso a políticas públicas e qualidade de vida.

Ocupam atualmente mais de 700 comunidades ou sítios ao longo de uma vastíssima malha de rio e seus interflúvios, destacando-se os rios Negro/Guainia, Xié, Içana, Aiari, Cuyari, Cubate, Uaupés, Tiquié, Papuri, Curicuriari e Marié, a maioria destes com nascentes nos departamentos colombianos de Guainia e Valpés, além dos rios Téa, Uneuixi, Jurubaxi, Preto, Padauri, Quiuini, Aracá, Demeni e Caurés com nascentes no próprio Estado do Amazonas, em Roraima e na Venezuela.

No Brasil, a população indígena é majoritária nos municípios de São Gabriel da Cachoeira (76,6%, IBGE 2010) e Santa Isabel do Rio Negro (59,2%, IBGE 2010). No Médio Rio Negro, apesar da recente organização do movimento indígena e forte pressão contrária aos direitos de reconhecimento do território, a cidade de Barcelos também registrou expressiva percentagem de indígenas: 32,5%, segundo o último censo do IBGE.

A Bacia do Rio Negro é uma região de colonização antiga, com presença ibérica desde o século XVIII. Nas primeiras décadas do século XX os padrões da borracha foram sucedidos por missionários salesianos, como principal agente externo. Depois do auge do projeto educacional e de catequese entre as décadas de 50 e 60, seguiu-se um período de decadência, que culminou com o fechamento dos internatos. Atualmente, os principais fatores de desestabilização das comunidades e do modo de vida tradicional no rio Negro são externos, como as relações desregulamentadas com militares nas comunidades situadas na faixa de fronteira; a mineração ilegal e a descontinuidade das políticas públicas, principalmente saúde e educação. Há outras ameaças mais pontuais e mais intensas na região do Médio Rio Negro, onde o território ainda não é reconhecido. Dentre elas, destacam-se: as práticas de pesca comercial irresponsável e a operação desordenada do turismo de pesca esportiva e as atividades extrativistas em sistema de aviamento, baseado em relações de endividamento do produtor. Dentre os efeitos mais visíveis destes processos, encontra-se a migração para os centros urbanos, com a mudança de perspectivas e estilo de vida dos jovens indígenas na busca de emprego e oportunidades de gerar renda.



As pedras e demais formações da Cachoeira de Iauaretê são sagradas para as etnias do Alto Rio Negro, AM

Cachoeira de Iauaretê

A Cachoeira de Iauaretê foi o primeiro registro no Livro dos Lugares do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, do Ministério da Cultura. Iauaretê é um distrito do município de São Gabriel da Cachoeira (AM), no extremo noroeste brasileiro, onde vivem cerca de quatro mil pessoas. O lugar patrimonializado é um trecho do rio Uaupés considerado sagrado pelos povos Tariana e Tukano, bem como por outras etnias que vivem em Iauaretê. O registro marcou mais uma importante etapa no processo de revitalização cultural promovido por lideranças indígenas, que inclui também a reconstrução de malocas, a retomada de práticas rituais nas comunidades e a implementação de escolas indígenas, entre outras iniciativas.

Minha área já é diferente, a gente já não tem mais espaço. Tem 28,8 hectares, e cada ano nosso povo está crescendo, já não tem mais espaço até mesmo para desenvolver nossas atividades tradicionais. Essa realidade daqui é uma coisa muito rica que o pessoal tem. Ficamos felizes que nos acompanharam na ida e na volta. Teve algum problema no motor, mas mesmo remando uma hora no braço para encostar na ilha para conseguir outro motor pra gente continuar, estou feliz de conhecer o povo Baniwa. Prepararam cada recepção linda que até a gente se emocionou. Povo guarani é muito chorão demais, as vezes a gente fica chorando... Eu diria que foi uma coisa inédita que aconteceu para mim.

Marcio Guarani,
intercâmbio Rio Negro

Embora não integrantes da Rede, os Guarani, parceiros do CTI, tem participado de algumas atividades de intercâmbios. Eles vivem em terras diminutas em trecho de Mata Atlântica da zona costeira, praticamente ilhados pelas grandes cidades do sudeste e sul do Brasil. Leonardo Whera Tupã e Márcio Rodrigues, quando no intercâmbio no Rio Negro, observaram a grandiosidade daquelas terras indígenas contíguas e relataram a situação crítica em que vive seu povo: “Aqui vocês têm muita terra, têm espaço pra praticar seus saberes e conhecimentos. Lá no sudeste e sul, não temos terra, a nossa sobrevivência até os dias de hoje se deveu à nossa força espiritual porque soubemos lidar com o processo de aculturação que o branco tentou passar para nós. (...). Mesmo com pequenas e poucas terras, falamos nossa língua, praticamos nossos rituais, e mais recentemente estamos nos organizando para melhor lutar por aquelas aldeias que ainda não tem seu espaço”. No contexto da RCA, os Guarani tem propiciado comparações relevantes para provocar a reflexão de cada integrante da Rede sobre seu futuro.

A minha aldeia ficam bem no limite com a plantação de soja. A gente já fica achando que estamos bebendo veneno, porque o sojeiro joga veneno pra espantar inseto.

Winti Suyá (Atix),
intercâmbio Rio Negro

Depois de um século de desarticulação das práticas rituais e expressões culturais, diante de uma situação de envolvimento crescente com as sociedades nacionais (brasileira e colombiana) e a sensação de perda cultural, nas duas últimas décadas se intensificaram iniciativas dos povos indígenas, através de suas organizações e escolas, de buscar reverter os prejuízos na transmissão de conhecimentos e práticas tradicionais.

O Alto Rio Negro é uma região em que a população indígena vem se organizando há mais de vinte anos em associações de base filiadas à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – Foirn. O Plano de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro e o projeto de sua consolidação foram implementados pela Foirn em parceria com a Funai em 2006. Convênios e projetos com órgãos dos governos e outras parcerias foram estratégicos para o desafio de manter os indígenas em suas aldeias e comunidades, buscando com isso condições necessárias para sua sobrevivência física e econômica.

Projetos emblemáticos como o Programa Territórios da Cidadania, iniciado em 2007 sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário com apoio da Funai, teve uma alta repercussão na região, obtendo ampla articulação e presença do movimento indígena nos colegiados e reuniões. A Foirn foi protagonista na proposição de projetos piloto e discussão do Plano de Etnodesenvolvimento do Território Rio Negro da Cidadania Indígena – TRNCl, a partir das ofertas interministeriais previstas pelo programa. No entanto, devido às grandes exigências burocráticas e à descontinuidade na gestão dos órgãos governamentais, nada foi executado.

De um lado a Foirn mobiliza a sua base e pressiona o governo federal para viabilizar planos de atividades econômicas com sustentabilidade e manejo e, de outro, viabiliza ações de diagnóstico, mapeamento territorial e planejamentos participativos de uso e manejo com vistas a subsidiar a gestão do território, a valorização cultural e o reconhecimento de direitos.

São muitos os mapas temáticos elaborados de forma colaborativa com a população indígena, referentes a tipos de florestas, localização e disponibilidade de espécies vegetais e animais, áreas apropriadas para uso agrícola, pesca, caça, áreas antropizadas, localização de sítios de moradia antigas e atuais, caminhos que interligam sub-bacias hidrográficas, locais sagrados, trajetórias dos guerreiros e heróis míticos, petróglifos, rotas de transformação e outros.

Estes processos levaram ao desenvolvimento de uma base cartográfica que desde 2001 é atualizada com temas de biodiversidade e manejo ambiental, geografia mítica e histórica, economia e organização sociopolítica, ordenamento territorial, boas iniciativas, ameaças e conflitos de usos, entre outros.

Em ações mais recentes, a Foirn, com apoio do ISA, tem investido esforços na criação de ambientes de diálogo interinstitucional com outros atores locais. Destaca-se a realização de oficinas, levantamentos e mapeamentos envolvendo populações tradicionais ribeirinhas, pescadores, extrativistas e empresários do comércio e do turismo de pesca esportiva em busca de construir regulamentação para as atividades de pesca e extrativismo, especialmente na região do Médio Rio Negro, nas áreas de uso e ocupação tradicional indígena que se encontram em processo de identificação para demarcação de terras e, por isso, em crescente conflito pelo acesso a recursos naturais.



Vista aérea de São Gabriel da Cachoeira, AM

A FOIRN vem se preocupando com a melhoria da qualidade de vida dos indígenas do Rio Negro; para isso ela criou uma série de projetos piloto tendo como referência principal a sustentabilidade. Com o passar do tempo, os projetos deram resultados positivos e agora se transformaram numa grande proposta que abarca todas as expectativas dos povos do Rio Negro. É o que chamamos de PRDIS.

Argemiro Teles Arapaso (Foirn),
intercâmbio PIX

Nós vimos nessa visita que nós Wajãpi não conseguimos criar peixe nem jaboti como os Ashaninka criam. A Funai levou peixes para a minha aldeia no passado, mas nós não conseguimos fazer a criação. Mas agora nós vimos que é possível, porque os Ashaninka conseguem fazer a criação de peixes e de outros animais, com muita organização, trabalho e sem acompanhamento técnico. Não é de qualquer jeito não.

Kasianã Wajãpi (Apina),
intercâmbio Acre

Atualmente, nós da associação da comunidade, fizemos projetos depois da conquista da nossa Terra Indígena Wawi, desmatada com o gado. Tomamos quatro fazendas que estavam na nossa reserva; tem duas fazendas que estão se regenerando e duas ainda tem pasto. Vamos fazer uma experiência de criar gado. O custo é grande para manter a vacina, comprar sal, arrumar cerca, renovar etc... Nessas áreas degradadas estamos pensando em fazer reflorestamento, plantar coisas que temos para plantar.

Winti Suyá (Atix),
intercâmbio Rio Negro



Manejo do Mundo

O livro é uma produção coletiva que reúne vinte e dois textos sobre conhecimentos indígenas e pesquisas interculturais no Alto Rio Negro. Relata vivências cotidianas e rituais das comunidades ao longo do ciclo anual: seja no manejo apropriado dos peixes, dos animais da terra, aves, insetos, das atividades da agricultura, pesca, caça e coleta, e das doenças de cada tempo. Foi vencedor do Prêmio Jabuti de 2011 na categoria Ciências Humanas.

Javari

Na Terra Indígena Vale do Javari os subsídios para a elaboração de um Plano Integrado de Gestão Ambiental e Territorial, que abarque a totalidade dos 8 milhões e meio de hectares e a diversidade de povos que aí habitam, estão sendo construídos a partir de duas frentes de trabalho. Em uma, estão sendo discutidas a ocupação histórica, as características ambientais e culturais, as ameaças ao território e as possibilidades de enfrentamento na matriz curricular dos Cursos de Formação Complementar de Professores Indígenas. Em outra, a equipe do CTI juntamente com as comunidades indígenas estão elaborando cinco Levantamentos Participativos de Biodiversidade, separados por povos e por calhas de rio, caracterizando detalhadamente cada sub-região, incluindo a agrobiodiversidade manejada pelos povos e seus sistemas de classificação de animais e territórios. Em ambas frentes tem sido fundamental a participação dos moradores das aldeias, dos professores indígenas e das associações locais, com a assessoria do CTI.

O resultado são informações inéditas sistematizadas em um esforço de diagnóstico socioambiental regional nunca antes empreendido, cujos dados e análises dão fundamentais no embasamento de políticas públicas ambientais e na mobilização dos povos para, a partir de sua sedentarização compulsória, buscarem a garantia de desenvolvimento sustentável para as gerações futuras. Muitos materiais específicos que valorizam os conhecimentos tradicionais resultaram desse trabalho que poderá culminar em um plano de gestão efetivo para a TI Vale do Javari.

A Terra Indígena Vale do Javari está situada no extremo oeste do estado do Amazonas, fazendo fronteira com o Peru através do rio Javari, e muito próxima à fronteira com a Colômbia. Abrange os territórios dos povos Marubo, Matis, Mayoruna e Kulina – falantes de línguas da família Pano, dos Kanamari e Tsohom Djapá – falantes de línguas da família Katukina, e de cerca de sete agrupamentos de povos indígenas isolados, sendo um subgrupo Korubo em fase inicial de contato (também falante de língua da família Pano).

Esses povos habitam uma área de mais de 8.500.000 hectares, homologada em forma contínua em 2001. A população indígena soma por volta de 3,6 mil pessoas, distribuídas em cerca de 45 aldeias, não incluindo estimativas populacionais dos povos indígenas isolados que habitam a região em territórios contíguos aos povos contatados.

Além da drástica redução populacional ocasionada pelas epidemias no pós-contato, a população da TI enfrenta um baixo crescimento demográfico devido ao grave quadro do atendimento à saúde que deixa os povos à mercê de epidemias de hepatites A, B, C e D, de malária, filariose, doenças sexualmente transmissíveis, infecções fatais no sistema digestivo. Diante dos elevados índices de mortalidade, o Governo não tem conseguido montar e manter equipes qualificadas para o atendimento na região. A cobertura vacinal é incipiente, as aldeias estão constantemente em luto, continuamente falecem professores e multiplicadores que desenvolvem ações políticas e pedagógicas essenciais nas aldeias. Após várias denúncias feitas pelo CTI no Ministério Público ao longo dos anos, o CTI e o ISA publicaram no final de 2011 o documento Saúde na Terra Indígena Vale do Javari – diagnóstico médico-antropológico: subsídios e recomendações para uma política de assistência, que tem como objetivo contribuir (i) com informações específicas sobre os povos do Vale e suas concepções sobre corpo, saúde e doença; (ii) com dados e análises médicas; e (iii) com a logística de atendimento. O material, baseado em pesquisas e entrevistas feitas em Atalaia do Norte, Tabatinga e Manaus e em depoimentos de lideranças indígenas, de profissionais de saúde e organizações indígenas locais, foi oficialmente entregue ao titular da Secretaria Especial de Saúde Indígena, vinculada ao Ministério da Saúde.

Outras questões que merecem atenção constante são as invasões na TI para a retirada ilegal de madeira, caça e pesca e o aumento do narcotráfico no Peru e na Colômbia, o que leva à violência e mortes que afetam a vida de todos os moradores da região. A TI Vale do Javari, é uma área remota e de difícil acesso, o que dificulta parcerias estáveis e de longo prazo para ações nas aldeias. As associações indígenas locais precisam ser continuamente fortalecidas, com articulação interna e com demais organizações afins, para a implementação de uma agenda comum que acione políticas públicas e promova ações de base.



Ritual Pidah, dos Kanamari, aldeia Remansinho, AM

Aprendemos a lidar com o lixo nas aldeias, parando de fazer a contaminação dos nossos rios. Cada aldeia tem seu próprio agente de saúde, que é Ashaninka mesmo, para explicar os perigos do lixo e da contaminação dos rios para a saúde das pessoas.

Wayio Ashaninka,
intercâmbio Acre

Queremos cobrir a área degradada (pelas fazendas que agora foram retomadas como terra indígena) com pequi, que é uma fruta importante pra nós do Xingu. Já estamos começando a plantação. Temos uma represa que se formou de um córrego; os fazendeiros fizeram um lago e em volta tem uma parte da mata ciliar devastada e pensamos em proteger a água de lá porque quando chove cai muita lama. Nessa área queremos misturar as plantas entre fruteiras e outras.

Winti Suyá (Atix),
intercâmbio PIX



Capa da publicação que traz avaliação da situação de saúde na TI Vale do Javari, AM

Xingu

O Parque Indígena do Xingu (PIX) engloba, em sua porção sul, a área cultural conhecida como alto Xingu, formada pelos povos Aweti, Kalapalo, Kamaiurá, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukuá, Naruvotu, Trumai, Waujá e Yawalapiti.

Os povos Ikpeng, Kaiabi, Kisêdjê, Tapayuna e Yudja não fazem parte do complexo cultural altoxinguano e são bastante heterogêneos culturalmente. Foram integrados aos limites da área demarcada para o PIX por razões de ordem administrativa, o que implicou o deslocamento de suas aldeias dos territórios tradicionais.

Hoje, o que se chama de Parque Indígena do Xingu (PIX) é um território de 2.825.470 hectares composto, além do Parque, por Terras Indígenas contíguas – a TI Batovi, a TI Wawi e a TI Pequizal do Naruvôtu que compartilham a mesma gestão político-administrativa. Com um perímetro de 920 quilômetros, ao norte do Estado de Mato Grosso, o PIX está localizado em uma área de transição ecológica formada por florestas tropicais ao norte e Cerrado ao sul. Criado em 1961, na condição de Parque Nacional, é hoje a maior Terra Indígena de Mato Grosso que abriga 66 aldeias e onde 14 línguas são faladas. Cada povo xinguano possui um acervo milenar de conhecimentos peculiares sobre a natureza e os processos tecnológicos para transformá-la a seu favor.

A taxa de desmatamento do PIX é baixíssima sendo a área mais preservada da região das cabeceiras do rio Xingu, o que forma uma verdadeira ilha de floresta face ao desmatamento regional. Contudo, a demarcação do Parque deixou de fora uma parte significativa dos territórios tradicionais e seus respectivos recursos naturais, muitos deles estratégicos para a reprodução física e cultural de seus ocupantes. Esse fato é mais grave para as etnias que sofreram transferência de outros locais, pois precisaram se ajustar às novas condições ambientais.

O que acontece fora do limites da terra indígena tem reflexos internos negativos na dinâmica sociocultural e ambiental do PIX. Acentuada nos últimos 20 anos, a ocupação do seu entorno assentou-se inicialmente na atividade madeireira e na pecuária extensiva e, mais recentemente, na plantação de soja, registrando ao longo ao longo dos últimos 30 anos significativas taxas anuais de desmatamento. Há, ainda, atividades invasivas ao território indígena, como a exploração madeireira, caça e o turismo de pesca, todas predatórias.

Outro fator de vulnerabilidade é o fato das cabeceiras dos rios formadores do rio Xingu estarem localizadas fora dos limites do PIX. A calha do rio Xingu corta ao meio o Parque e este, por sua vez, acaba fazendo o papel de um “ralo regional”: todos os impactos negativos sobre os rios formadores – poluição por agrotóxicos, desmatamento e movimentação de terra que produz assoreamento – deságuam na calha do rio Xingu.

Durante os anos 1990, a percepção das lideranças indígenas do PIX sobre a velocidade do processo de ocupação regional e sua ameaça a sítios de patrimônio cultural que não foram contemplados na demarcação do Parque, criado em 1961, estimulou um conjunto de novos pleitos territoriais. Dois deles, atendidos, resultaram nas TIs Wawi e Batovi, respectivamente dos Kisêdje e dos Waujá, homologadas em 1998. Em 2006, também os Naruvôtu conseguiram reaver parte do seu território, a TI Pequizal do Naruvotu. Dando curso a esse processo, atualmente os Ikpeng vêm se articulando para reivindicar parte de seu território tradicional na região do rio Jatobá, que ficou fora da demarcação. Os Waujá também estão negociando para que a região que chamam Kamukwaka, considerada sagrada e localizada numa fazenda vizinha ao Parque, seja transformada em área de preservação ambiental.



Recepção alto xinguana para os visitantes da RCA no PIX, MT



Confraternização entre xinguanos e visitantes da RCA no PIX, MT



Aldeia Moygu dos Ikpeng no PIX, MT

Minha terra é no rio Breu, que fica muito distante do município. Sobre a formação em gestão territorial indígena, eu queria dizer que agora que conseguimos fazer intercâmbio para visitar a aldeia Ashaninka, aprendemos muito com o Benki e com os parentes que estão aqui. Para as pessoas que estão estudando para ser agente agroflorestal, agora está mais claro que temos que colocar em prática tudo o que aprendemos. Os agentes agroflorestais têm que trabalhar na comunidade e passar informação para os demais da comunidade.

Fernando Henrique Kaxinawa (Opiac),
intercâmbio Acre

Benki Pianko, liderança ashaninka, foi o anfitrião da RCA no Alto Rio Juruá (AC). Junto com seus irmãos, moradores da aldeia Apiwtxa na TI Kampa do rio Amônia, ele criou o Centro de Formação Yorenka Átame (CFYA). Eles compraram um pedaço de terra fora da terra indígena, coberto de capim braquiária, na cidade de Marechal Thaumaturgo (onde o rio Amônia se une ao rio Juruá), e ali ergueram o CFYA para ensinar os não índios, a maioria ex-seringueiros e atuais criadores de gado dentro da Reserva Extrativista Alto Juruá, a aprender a enxergar, valorizar e explorar os recursos da floresta sem derrubá-la. O empreendedorismo da família Pianko serviu-se da base conceitual e da filosofia dos cursos de formação de professores e agentes ambientais promovidos pela CPI e, a partir disso, nasceu um trabalho inédito, concebido por indígenas, para dialogar com brancos. O depoimento de Kasiã revela a contribuição dos intercâmbios para mudar concepções e pressupostos. A técnica de criação de quelônios e peixes em açudes não exige necessariamente um grande aparato técnico, além da união dos moradores de uma comunidade. No caso da aldeia Apiwtxa, que não é grande, seus moradores alimentam a criação nos açudes com excedente de frutos e raízes. Existe, da parte de Benki, um conhecimento técnico que orientou o começo do trabalho (como garantir a qualidade da água do açude, como colocar os alevinos, como separar os filhotes das matrizes, etc.). O restante depende apenas da vontade de ter sempre carne para comer.

A igreja foi uma coisa que marcou bastante a paisagem daquela região. Está muito presente. Enfim... a gente falou algumas vezes sobre isso durante a viagem. No Xingu não teve missionário, mas mesmo assim o pessoal vai se afastando da cultura por outras formas. Os velhos falam que os jovens não querem mais cantar, fazer peneira etc. e o jovem diz que os velhos não querem mais ensinar.

Paulo Junqueira (ISA),
intercâmbio Rio Negro

Amapá e norte do Pará

Os povos indígenas que vivem no Amapá e Norte do Pará são falantes de diversas línguas, Caribe, Tupi e também Aruaque. No entanto, a etnologia e a história indígena da região evidenciaram que a intensa rede de trocas e intercâmbios que esses grupos mantêm entre si há vários séculos configurou um “perfil” regional, com semelhanças marcantes tanto em suas formas de organização social e sua cosmologia, quanto nos seus padrões de adaptação aos ambientes da floresta tropical.

Entre o Amapá e o norte do Pará vivem 9 povos indígenas (Aparai, Galibi Kali’na, Galibi Marworno, Karipuna, Kaxuyana, Palikur, Tiriyo, Wayana e Wajãpi), em mais de 140 aldeias, distribuídos em seis terras indígenas demarcadas, num total estimado de 10 mil pessoas.

Todos os grupos dessa região possuem uma longa história de relações com segmentos da população regional, mas mantiveram um isolamento relativo até os anos 80 e 90. Nas últimas duas décadas, ações e intervenções de múltiplos agentes têm se incrementando, contexto no qual suas condições de vida vêm sendo alteradas significativamente, assim como seus modos de adaptação ecológica e, de modo geral, vem se modificando de forma acelerada seus padrões e modos de pensamento tradicionais.

Os três complexos territoriais indígenas com os quais o Iepé trabalha têm contextos muito diversos em termos de território, tipos de ameaças, demandas, nível de articulação política, grau de familiaridade e entendimento com relação a propostas de execução de planos de gestão territorial e ambiental. Não obstante esta diversidade, todas as áreas enfrentam problemas comuns relacionados a esta temática, como a falta de apropriação e entendimento, por parte das comunidades indígenas, das discussões e ações sobre gestão territorial que vem sendo propostas pelo governo, no âmbito da proposição da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas. Há, também, uma fragilidade das organizações representativas indígenas nesta região em se fazerem ouvidas e intervirem nas políticas públicas que chegam às terras indígenas, boa parte delas ainda informada por práticas assistencialistas e pouco sustentáveis. Isso se agrava na medida em que as comunidades indígenas da região têm que lidar com problemas relativos à escassez de recursos no entorno de aldeias com concentração populacional, mudanças de hábitos e padrões de consumo (que geram dependência de produtos externos e problemas ligados à destinação de resíduos sólidos), crescimento demográfico (e consequente pressão sobre recursos naturais) e invasões por caçadores, pescadores, madeireiros e garimpeiros ilegais. Pressões associadas a ameaças externas também criam desafios novos e não equacionados: impactos de obras de infraestrutura como pavimentação da BR 156 (que corta TIs do Oiapoque), construção da ponte do Oiapoque e de hidrelétricas (uma das 20 hidrelétricas planejadas na região fica a poucos quilômetros de aldeias da TI Wajãpi); eminência da aprovação de mineração em TIs (há mais de 530 processos minerários incidentes no Amapá e Norte do Pará); forte lobby madeireiro na região e falta de apoio aos assentamentos (que tem levado ao aumento das atividades predatórias, como desmatamento e venda ilegal de madeira no entorno das TIs Wajãpi e do Oiapoque).



Festa do Pakuwasi, Wajãpi, AP



Lideranças Tiriyo, Parque do Tumucumaque, PA



Festa na aldeia Urunai, Parque do Tumucumaque, PA



Festa do Turé, Oiapoque, AP

A religião interferiu na gestão territorial, pois perdemos a forma tradicional de manejarmos o nosso território.

André Baniwa (Foirn)
intercâmbio Rio Negro

É interessante quando a gente vê na Colômbia que as missões foram instaladas dentro da comunidade tuyuka. Ali o que foi prestigiado pelos missionários foi a língua tuyuka. Os missionários deram essa prerrogativa pros tuyuka. Diziam: “Fulano y, fulano x, vai falar tuyuka”. Acho que, politicamente, linguisticamente, o território ali onde os missionários chegaram deram um prestígio pros índios, mas não deram para outros povos. No Brasil foi diferente. Comentei com o pessoal da RCA que foi visitar minha aldeia e a escola, que minha língua era minoritária, era uma língua ameaçada. Aqui as missões até conseguiram acabar com outras línguas, como aconteceu para os Tariano, os Arapaso, que hoje não falam mais a língua deles. Justamente para reverter isso é que estamos agora com esse projeto de pesquisa sobre nossas tradições. Nossa maior dificuldade era a valorização da identidade e da cultura e, antes de tudo, da língua. Se não tem ela em uso, como transmitir nossos costumes.

Higino Tenório Tuiuka (Foirn)
intercâmbio Rio Negro

Desde o início do século XX os salesianos promoveram a catequese e introduziram a educação escolar na região do Alto Rio Negro. O que praticavam se modificou a ponto de aspectos importantes da organização social (moradias coletivas, celebrações, uso de adornos rituais e demais formas de relação decorrentes desses) serem substituídos e aceitos do ponto de vista religioso. Por essa conduta no Rio Negro, os Salesianos foram, em 1980, condenados por genocídio em tribunal internacional. Isso pode ser considerado um marco histórico para a revitalização dos povos indígenas dessa região.

Maurice Nilson (CCPY),
intercâmbio Rio Negro

No Acre, até meados os anos 70, não se admitia a existência de povos indígenas no Estado. Antropólogos ligados à CPI-AC tiveram um importante papel em mudar essa concepção, mapeando, pesquisando e registrando a existência de inúmeros grupos que inclusive falavam suas línguas e preservavam fortemente sua cultura.

São doze etnias que constituem os povos indígenas do Acre, além de vários grupos isolados: Arara, Arara Shawanawa, Ashaninka, Jaminawa, Katukina, Katukina Pano e Katukina Shanenawa, Kaxinawa, Kulina, Machineri, Nukini, Poyanawa e Yawanawa. Todos vêm criando estratégias próprias para proteção, uso, conservação e manejo dos recursos naturais de suas terras indígenas. Elas contemplam não apenas as orientações e planejamento de atividades dos projetos de desenvolvimento comunitário, mas também articulam políticas ambientais do entorno e ações de vigilância e fiscalização. Tais estratégias funcionam como instrumentos importantes para a gestão do uso coletivo e individual dos recursos naturais, tais como: ajudar as comunidades indígenas a organizar melhor as ações de manejo e uso dos recursos naturais em suas terras; contribuir para as atividades de vigilância e fiscalização nas terras indígenas; implementar projetos de desenvolvimento comunitários da perspectiva socioambiental; influenciar políticas socioambientais no entorno, pelo diálogo e troca de ideias com vizinhos, autoridades locais e regionais; e, fortalecer iniciativas que as comunidades já vêm realizando em suas terras.

Como produto sistematizado e orientador de políticas de gestão territorial destacam-se os planos de gestão territorial e ambiental em terras indígenas. Eles vêm sendo construídos pelos agentes agrofloreais indígenas, professores, agentes de saúde e lideranças tradicionais comunitárias e foram criados no contexto das oficinas de etnomapeamentos que a CPI-AC e a Associação do Movimento dos Agentes Agrofloreais Indígenas do Acre realizaram, junto com organizações indígenas regionais e locais, em oito terras indígenas situadas no vale do Alto Juruá acreano, nas proximidades da faixa de fronteira internacional Brasil/Acre – Peru/Ucayali. Muitos acordos estabelecidos nesses planos de gestão já vêm sendo praticadas pelas comunidades indígenas, especialmente aqueles relacionados às formas de uso, manejo e conservação de recursos naturais, como palmeiras e palheiras, pesca, caça, enriquecimento de sistemas agrofloreais, criações de animais doméstico, silvestres etc. Nesse sentido, é importante refletir sobre as diferentes formas de implementação dos planos de acordo com a realidade de cada aldeia, que é a unidade comunitária que decide e especifica como serão implementados os acordos coletivos.

Os planos de gestão registram as discussões que já vêm sendo travadas nas comunidades indígenas e têm forte valor comunitário e político. Ressaltam demandas que as comunidades têm expectativas de programar e desenvolver: a criação de animais silvestres e domésticos, o beneficiamento da produção, a captação de água das chuvas, a vigilância e a fiscalização das terras indígenas. Diz o professor Isaac Pianko, da comunidade Asheninka do rio Amônia: “O Plano de Gestão Territorial e Ambiental do Povo Asheninka do Rio Amônia vem se construindo a partir das discussões coletivas comunitárias, das conversas familiares, das conversas sobre as necessidades, sobre as invasões. Ele está sendo desenvolvido para fortalecer a nossa comunidade, para que futuramente não precisamos estar subordinado a uma política de entorno. Cada vez mais o Plano de Gestão está se aperfeiçoando. Não é um plano para fechar as ideias de uma sociedade, ou para eliminar qualquer ideia, ou qualquer forma de ser, mas é para fortalecer aquilo que esta acontecendo na prática. O Plano de Gestão é basicamente isso, fortalecer aqui o que já existe e aquilo que ainda queremos fazer”.



Aldeia Kaxinawá no rio Jordão, AC



Casa Kaxinawá da aldeia Mucuripe, TI Carapanã, AC



Kupixawa usado em rituais e festas na TI Poyanawa, AC

Enfrentamos o problema de lixo, muito problema. Dinheiro e salários não garantem qualidade de vida. Precisa fazer bom uso, senão, só produz lixo.

Sempe Kuikuro (Atix),
intercâmbio PIX

Tinha pessoas que tiravam o pó preto de dentro das pilhas e usavam na pintura corporal ou na pintura dos artesanatos, sem saber o perigo que isso representa. Passamos a fazer um trabalho de conscientização nas comunidades e assim elas passaram a separar esse lixo. Só que não temos como levar para a cidade, o transporte não é constante.

Winti Suyá (Atix),
intercâmbio Rio Negro

Existe muito lixo espalhado nas aldeias. O principal problema é com o lixo inorgânico (garrafas, baterias, pilhas, pneus, latas, ferros, sacola plástica e outros materiais plásticos). O cuidado que se deve ter com o lixo deve ser um assunto que tem de ser tratado também na escola junto dos alunos.

Professores Tiriyó e Kaxuyana (Apitikatxi)

Escutamos os Ashaninka falar que tiveram problemas com caça e pesca na terra deles no passado. Nós passamos por este problema atualmente. Precisamos trabalhar isso nas nossas aldeias. Nós queremos fazer nossa gestão territorial e por isso temos um projeto do PDPI para fazer nosso plano de manejo, pensamos também na nossa pesquisa de caça.

Jawaruwa Wajãpi (Apina),
intercâmbio Acre

Timbira

Os povos denominados Timbira, da família linguística Jê, estão situados nos estados do Pará (Gavião Parkatejê e Kuykatej), Maranhão (Krikati, Gavião Pykobjê, Canela-Apanjekra, Canela-Ramkokamekra, Krepynkatejê e Krênjê) e Tocantins (Apinayé e Krahô). Englobam nestas denominações genéricas e construídas na relação de contato com a sociedade nacional um conjunto de subgrupos, autônomos politicamente.

Apesar dos quase 200 anos de contato com a sociedade nacional eles se caracterizam pelo “conservantismo” cultural, mantendo a língua como um sistema vivo e operante, a organização social e política, a circularidade de suas aldeias e a profusão de seus rituais. A maioria das TIs Timbira estão espalhadas de modo fragmentário nos estados do Maranhão e Tocantins – TIs Kraolândia, Apinayé, Krikati, Governador, Porquinhos e Kanela – somando uma população de aproximadamente nove mil pessoas, habitando em mais de 50 aldeias. O CTI e a Wyty Catê atuam na articulação dessas Terras Indígenas mais especificamente, e que formam um território fragmentado, com uma população de aproximadamente nove mil pessoas, habitando em mais de 50 aldeias. Seus territórios representam importantes áreas de preservação e conservação do Cerrado; contudo, o gradativo avanço da fronteira agrícola na região, acrescido de projetos de desenvolvimento e infraestrutura, vêm ameaçando sua integridade.

A situação socioambiental do entorno dos territórios Timbira se caracteriza pela pressão advinda da passagem de estradas municipais, estaduais e federais (Transamazônica e Belém-Brasília), pelas linhas de transmissão de energia, pelas ferrovias (Projeto Ferro-Carajá e Norte-Sul), hidrovias (Araguaia-Tocantins), pelo avanço das monoculturas de soja e eucalipto, e pela construção de usinas hidrelétricas – a de Estreito, em operação, e as de Serra Quebrada, Santa Isabel e Marabá em estudos. Esse cenário é intensificado pelas invasões recorrentes para atividades ilegais de extração de madeira, da caça e da pesca. A elaboração de diagnósticos participativos acerca dos impactos socioambientais do entorno apontam a pecuária extensiva de baixa tecnologia, o aproveitamento intensivo dos solos para produção de grãos e a construção das usinas hidrelétricas como as principais ameaças aos territórios Timbira. Tal modelo de desenvolvimento imposto pelas iniciativas públicas e privadas ao Cerrado vem resultando na crescente alteração das paisagens e gerando perdas de solo e assoreamento dos rios, a contaminação do solo pela utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos, e a perda de extensas áreas de ocorrência de frutos para o extrativismo, por conta do alagamento ocasionado pelas barragens. O avanço da fronteira agrícola resulta, ainda, na desestruturação fundiária na região, acirrada pela venda de terras aos grandes produtores de soja por parte dos pequenos produtores rurais, habitantes das áreas limítrofes às TIs. Esses impactos afetam diretamente a qualidade de vida dos povos Timbira pois interferem nos meios de subsistência das aldeias. A pressão externa pelos recursos naturais de suas reservas, além de mudanças nos regimes de chuvas e da intensificação das queimadas, interfere na produção de alimentos e ameaça ainda mais a segurança alimentar.

Enfrentar os desafios impostos pelo contexto regional e seus impactos nos territórios Timbira é o objetivo orientador do trabalho da Wyty Catê e do CTI, cujas principais ações são:

- Monitoramento do entorno dos territórios indígenas, acompanhando e denunciando irregularidades nos grandes projetos de desenvolvimento para a região e/ou participando da elaboração dos Estudos de Impactos Ambientais (especificamente as usinas de energia de Estreito, Santa Isabel, Serra Quebrada e a Hidrovia Araguaia-Tocantins e o Projeto Ferro-Carajás, entre outros);
- Articulação de diversos atores em torno da Agroindústria FrutaSã por meio de redes e alianças com parceiros do movimento social e da criação da campanha “Ajude a Manter o Cerrado em Pé”;
- Apoio à criação dos chamados “corredores ecológicos ou de biodiversidade”, através da articulação de mosaicos de unidades de conservação (Parques Nacionais, Resex, Apas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável) e áreas protegidas (Terras Indígenas);
- Acompanhamento das questões fundiárias: regularização e revisão de limites das Terras Timbira, na década de 80/90 as TI Apinayé (TO) e TI Krikati (MA), na década de 2000, as TI Canela (MA) e TI Porquinhos (MA) e atualmente a TI Governador (MA).
- Formação de jovens pesquisadores Timbira em instrumentos de gestão territorial e ambiental integrando esta ação na vitalização do patrimônio cultural destes povos;
- Recuperação de áreas degradadas, plantios e adensamentos de áreas com espécies nativas.

Entende-se que as ações de gestão territorial e ambiental nas TIs Timbira são uma estratégia prioritária para a garantia da sustentabilidade e integridade dos territórios, para o fortalecimento dos sistemas de conhecimento tradicional, das formas de uso dos recursos e ambientes e da territorialidade Timbira como um todo.



Aldeia Escalvado, dos Canela Ramkokamekra, MA



Corrida de tora, Timbira, MA

Nós indígenas, desde a nossa origem, sabemos preservar e conservar nossos recursos naturais. Minha terra indígena do Rio Jordão tem 607 mil hectares, 2.000 pessoas, sete grupos e 22 aldeias. Hoje em dia cuidamos de mata ciliar, cuidamos do lixo e deixamos nosso ambiente limpo. Temos regimento para não jogar lixo, como pilha e celular, dentro das aldeias. Fazemos reflorestamento da capoeira.

**Tadeu Mateus Kaxinawa (Opic),
intercâmbio Acre**

Os problemas com o lixo inorgânico acumulado nas comunidades, e a sua destinação, são um ponto em comum entre todos. Como insinua Sempe Kuikuro, as famílias assalariadas são as principais responsáveis pela existência de produtos industrializados nas aldeias, e as embalagens por si só já formam a grande parte do resíduo. O mais grave é quando se trata de lixo tóxico, como pilhas e baterias inutilizadas; o depoimento de Winti não menciona a ocorrência de duas mortes ocasionadas por envenenamento com pilhas, no final dos anos 1990. A partir desse episódio professores e agentes de saúde ajudaram o ISA e a Escola Paulista de Medicina a conscientizar a comunidade sobre esse risco. A sede da Atix dentro do Parque disponibiliza um contêiner para recolher pilhas e baterias, mas não há como levá-lo para as cidades mais próximas se não for por iniciativa de algum voluntário. É necessário, também, um esforço de todas as equipes dos não índios que atuam nas TIs para não carregarem consigo embalagens desnecessárias e assumirem que faz parte de sua bagagem de saída do Parque tudo o que acumularam de material inorgânico durante a estadia ali. Os Yanomami conseguiram uma parceria com a Funasa (atual Sesai) para retirar lixo tóxico por avião, mas isso não acontece nas demais TIs (o Parque do Tumucumaque, por exemplo, sofre o mesmo tipo de isolamento). No Alto Rio Negro, onde há povoados indígenas populosos, como Iauaretê (sem contar São Gabriel da Cachoeira, fora da TI, mas com 80% da população indígena), não existe nenhum sistema de saneamento básico e todo o esgoto que sai das casas é conduzido aos igarapés que desaguam no rio Negro. Na região não existe nem tratamento de água, nem destinação adequada do lixo. O lixão de S. Gabriel, por exemplo, fica próximo ao perímetro urbano e acumula resíduo doméstico, hospitalar, orgânico e inorgânico. A chuva leva toda água contaminada para os lençóis freáticos que abastecem as comunidades próximas e os igarapés do entorno.

Yanomami

Os Yanomami habitam um território de aproximadamente 19 milhões de hectares no Brasil e na Venezuela, ao norte da floresta amazônica. Somam aproximadamente 35 mil pessoas que falam ao menos cinco diferentes línguas da família linguística Yanomami e cujo contato com os não indígenas é recente para a maior parte de sua população. No Brasil, habitam a TI Yanomami, que tem mais de 9 milhões de hectares, a maior do país. Dividem a TI com o povo Ye'kuana, de língua da família Karib, e que assim como os Yanomami, moram no Brasil e na Venezuela.

A imensa extensão da TI Yanomami resulta tanto em uma grande diversidade de contextos ambientais nas ocupações atuais dos Yanomami, quanto em diferentes histórias de contato. São mais de 230 comunidades, espalhadas por ambientes que vão desde "campos de altitude", que se caracteriza por uma vegetação de savana situada a mais de 1.000 m de altitude, passando por serras cobertas de florestas densas, até as planícies recortadas por rios meandrados e com uma vegetação de floresta não menos rica e exuberante.

Comunidades do extremo sudoeste da TI, que têm São Gabriel da Cachoeira como referência urbana, passaram por forte influência missionária, e hoje adquiriram muitos elementos da cultura não-indígena, principalmente se a compararmos àquelas cujo acesso às cidades só é permitido via aérea, em pequenos aviões fretados. Em outra região, na fronteira leste, dentro do estado de Roraima, ainda existem fazendas de pecuária dentro dos limites da terra indígena que há 20 anos foi homologada. Essas ocupações estão situadas a poucos quilômetros das comunidades que mais sofreram no processo de contato na década de 1970, em função da abertura da Rodovia Perimetral Norte, que cortou mais de 100 km do território Yanomami. A criação de Projetos de Assentamento também tem se intensificado nos últimos anos e somado ao repasse glebas de terras Federais para o Estado de Roraima, tendem a se concentrar no limite leste da TI, trazendo como consequência o aumento no número de invasões de madeireiros e pescadores ilegais. Isso acontece em uma região de baixa densidade demográfica dos Yanomami em uma fronteira de mais de 750 km, dificultando muito a fiscalização.

O tema da invasão de garimpeiros no território Yanomami é uma constante desde o final da década de 1980 devido à incapacidade do Estado brasileiro de coibir tal atividade ilegal. Estima-se que na época mais de 40 mil garimpeiros atuaram na região central da TI, em contraste com os 10 mil Yanomami que a ocupavam. Um drástico impacto sanitário e ecológico pode ser sentido em muitas regiões até os dias de hoje, quando, para agravar a situação, o retorno paulatino de garimpeiros na terra indígena tem sido verificado e denunciado pela HAY.

Essas são apenas algumas peças do mosaico socioambiental que é a TI Yanomami. Não menos complexo que essa diversidade, é o desafio que se impõe quando se buscam formas de garantir que os Yanomami e Ye'kuana possam aí viver bem, tendo respeitados os direitos que garantem suas especificidades culturais.

Para tanto, ISA e HAY têm desenvolvido ações nas regiões mais críticas da TI. Uma delas consiste em sistematizar e encaminhar denúncias de invasões para as instituições responsáveis. A base desse processo é uma rede de rádios implementada e mantida pela HAY. Devido às grandes distâncias que separam as comunidades da sede da Hutukara, as denúncias (a maioria de garimpo) chegam via rádio e são encaminhadas para Funai e Polícia Federal e armazenadas em um banco de dados. Esse processo permite o acompanhamento histórico das denúncias e da efetividade de respostas do Governo Federal às denúncias feitas.

Nos últimos anos, boa parte das ações de retirada de garimpeiros pelos órgãos responsáveis, se mostraram inócuas, com exceção da Operação Xawara deflagrada pela Polícia Federal em julho de 2012. Ela teve como foco os empresários do garimpo estabelecidos na capital Boa Vista, constituídos por aviadores, empresários ligados ao ramo de joalheria e proprietários de balsas e motores para a extração de ouro.

Além da expectativa de que ações como a Operação Xawara tenham continuidade, outra iniciativa que já está contribuindo com o aperfeiçoamento da proteção territorial da TI Yanomami é a criação, pela Funai, da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana.



Aldeia Demini, TI Yanomami, RR



Reunião na TI Yanomami, RR



Davi Yanomami

Na minha terra tem madeireiras que cortam muitas aroeiras, antes tinha muita aroeira mas agora não tem mais nada. Os índios que se candidatam a cargos políticos, depois de eleitos, não fazem nada para a comunidade, só para sua família. Com isso a gente está brigando dentro da aldeia. Eu achei muito interessante o trabalho aqui. Desde 1990 o CTI vem assessorando a gente e a gente vem trabalhando na associação Wyty-Catë. Eu vim aqui para aprender, trocar experiência e levar para o meu povo.

Arlete Krikati (Wyty-Catë),
intercâmbio Acre

Sou professor, eu escutei bem o trabalho dos parentes Ashaninka. Quando eu chegar na comunidade vou explicar tudo o que vi para o meu povo. Na nossa terra no baixo do Juruá, o fazendeiro já invadiu. No Vale do Javari tem estrada perto da nossa terra Na nossa aldeia tem gente querendo morar na cidade. Estou aprendendo como o intercâmbio pode nos ensinar coisas novas, a cuidar da nossa terra e dos limites dela.

Mateus Txano Marubo,
intercâmbio Acre

Outra estratégia para coibir as invasões é a de incentivar os Yanomami a ocuparem e utilizarem recursos em regiões da TI que são porta de entrada para invasores – garimpeiros, madeireiros e pescadores. Na região do Ajarani, o Projeto de Gestão Territorial do ISA e a Coordenação de Gestão Territorial da HAY desenvolvem atividades para estruturar a coleta e o comércio de castanha do Brasil. As áreas de coleta, que ficam em pontos estratégicos para coibir invasões, estão sendo utilizados frequentemente pelas comunidades, com apoio da parceria entre HAY e ISA com Funai. O apoio dado até o momento consistiu em: (i) fazer um mapeamento dos castanhais para avaliar a sua produtividade; (ii) construir estruturas para estocagem da castanha, tanto nos castanhais quanto nas comunidades; (iii) oficinas de construção de canoas ministradas por mestres Ye'kuana para viabilizar o transporte da castanha e ao mesmo tempo garantir a ocupação dos rios; e (iv) oficinas de boas práticas na coleta da castanha do Brasil. O princípio dessa ação é que a ocupação e o uso do território sejam melhor forma de vigilância da TI, aliada à promoção da sustentabilidade financeira das comunidades, suprimindo em parte a demanda que os Yanomami dessa região têm por produtos da cidade.

Atividade concomitante a tudo isso é a sistematização e armazenamento em banco de dados de informações georreferenciadas. O Sistema de Informações Georreferenciadas Yanomami abrange o território Yanomami tanto no Brasil quanto na Venezuela e é fruto da parceria entre HAY, ISA, Horonami Associação Yanomami, da Venezuela, e a Wataniba, organização de apoio aos Yanomami daquele país.

Para dar conta dos inúmeros desafios na busca de garantir os direitos dos Yanomami sobre o seu território, faz-se necessário a construção de um Plano de Gestão para a TI Yanomami que tenha como base a articulação dos diferentes atores envolvidos, que vão desde as comunidades, passando pelas suas associações representativas e organizações da sociedade civil que lutam em prol dos Yanomami, e incluindo os diferentes atores governamentais das esferas municipal, estadual e federal. Neste sentido, a expectativa é que a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI), recém-publicada pelo Governo Federal, seja um instrumento de construção de ações articuladas e financiamento de programas baseados em princípios norteadores construídos em conjunto com os Yanomami e Ye'kuana.

Para além disso, é importante o planejamento e desenvolvimento de ações de cooperação binacional entre Brasil e Venezuela com a participação efetiva dos Yanomami.



Encontro de Xamãs na TI Yanomami, aldeia Demini, RR

Ainda a mineração...

Além do garimpo que assola no presente dezenas de comunidades no interior da TI, o Projeto de Lei que regulamenta a mineração em Terras Indígenas é um fantasma que ronda constantemente os Yanomami. Mais da metade da TI Yanomami é coberta por requerimentos e títulos de mineração registrados no Departamento Nacional de Produção Mineral. É a Terra Indígena com o maior número de requerimentos no país.

Carta Aberta do Povo Yanomami e Ye'kuana (2012)

Nesta VII Assembleia, as lideranças Yanomami e Ye'kuana de todas as regiões da Terra Indígena firmaram pactos políticos importantes, os quais agora delineiam as diretrizes do trabalho da Hutukara para os próximos quatro anos. O mais significativo foi o pacto firmado contra a mineração em terra indígena, tema especialmente delicado para nós Yanomami e Ye'kuana, pois sabemos da cobiça das mineradoras pelo que Omama, o nosso criador, achou por bem esconder no fundo da terra. Firmamos este pacto porque não aceitamos a mineração em nosso território e queremos que a nossa voz seja ouvida pelos políticos que estão tentando aprovar um projeto de lei para regulamentar a mineração em terra indígenas. Assim, para os próximos quatro anos a Hutukara terá como objetivo principal combater qualquer tentativa de implementação de mineração na Terra Indígena Yanomami.

Mesmo que a nossa terra esteja reconhecida e homologada pelo Governo, ainda existem pequenos focos de garimpos dentro do nosso território.

Anselmo Xiropino Yanomani (Hutukara),
intercâmbio Rio Negro

Tem um garimpo perto do limite da nossa terra, a gente não consegue tirar essas pessoas e não vamos brigar com ele senão eles brigam com a gente. Então chamamos a polícia federal para tirar essas pessoas. Eles entraram lá e conversaram com a gente como iam fazer o trabalho. Aí conseguiram tirar o pessoal só uma vez.

Seki Wajãpi (Apina),
intercâmbio Rio Negro

Mesmo com as terras homologadas, os povos do Rio Negro, os Yanomami e os Wajãpi já sofreram e ainda sofrem com a ameaça de invasões garimpeiras desde a década de 1980. As consequências são conhecidas: mortes por doenças, degradação ambiental e conflitos com brancos, apoiados por políticos. Os povos Wayana e Aparai, na TI Paru d'Este (PA) também sofrem ameaça constante de garimpos. No Rio Negro e também no território dos Wajãpi, no entanto, depois da demarcação das terras indígenas, a onda de invasão garimpeira acabou. Entretanto, em terras Yanomami, o problema persiste.

concluindo...

Durante os intercâmbios, um dos recortes sobre gestão territorial mais discutidos foi em torno da (re) ocupação espacial das Terras Indígenas por meio da retomada do modelo tradicional de dispersão de aldeias por diferentes áreas do seu território por parte de grupos familiares. A mobilidade territorial está associada ao modo de vida dos povos indígenas. Ela define os perímetros dentro dos quais existe um conhecimento sobre a gênese e a configuração de tudo que ali está contido, seja no nível material seja no espiritual. Manejo territorial consistiria na possibilidade de se preservar a capacidade de ocupar, usar e atualizar, constantemente, os conhecimentos gerados naquele perímetro identificado por um povo indígena como local de sua morada. Após o contato com a sociedade brasileira, o modelo da tutela impôs um padrão de sedentarismo determinado pela presença física de postos de saúde, de escolas ou outras instituições de assistência que romperam com aquele padrão de mobilidade. Os Wajãpi relataram como essa questão fez parte da pauta do Apina, o Conselho de Aldeias Wajãpi. Enquanto participavam da autodemarcação dos limites da terra indígena, chefes de grupos familiares dimensionaram o grau de concentração de suas aldeias em torno do Posto Indígena instalado pela Funai na época do contato. A partir do momento que a TI foi homologada inúmeras famílias se dispersaram, muitas delas nos limites mais remotos. Hoje, a pauta do Apina está voltada para que os responsáveis pelo atendimento de saúde se adé- quem a essa nova situação.

Interessante saber, pelo relato do assessor da Hutukara, que grande parte do sucesso inicial do atendimento à saúde do Distrito Sanitário Yanomami, antes de ter sido desmantelado, foi inspirado no Programa Wajãpi, iniciado pelo CTI e agora a cargo do Iepé. O respeito ao padrão de mobilidade indígena pressupõe o preparo dos servidores da saúde para efetuarem uma assistência permanente nos locais em que os Yanomami escolhem para habitar. São iniciativas que andam na contramão da Funai e da Sesai. Os participantes dos intercâmbios ainda identificaram que o padrão de aldeias concentradas em torno dos serviços de assistência vem apenas facilitar o trabalho dos funcionários, mas induz a outro grave problema, a escassez de alimentos, já que a concentração populacional em uma dada área diminui a disponibilidade de recursos de caça e pesca e compromete a produtividade dos solos. A estratégia de instalação de comunidades familiares espalhadas, sobretudo pelas bordas de cada Terra Indígena também facilita o monitoramento dos limites e a fiscalização contra invasões e o adensamento das picadas demarcatórias com certas espécies arbóreas. No PIX, o modelo de vigilância territorial implementado pela Atix não difere em filosofia, quando estabeleceu a instalação de Postos de Vigilância, que nada mais são do que a aldeia de um grupo familiar nos limites mais vulneráveis a invasões da terra indígena por madeireiros ou pescadores.

Para os representantes indígenas das organizações integrantes da RCA, a busca por conservação ambiental se traduz pela defesa do seu território, este percebido como local de ocupação de gerações. As ações que têm implementado, especialmente a partir de suas organizações, refletem esse parâmetro. No Alto Rio Negro, uma das experiências mais exemplares da Foirn não é apenas a de intermediar as relações com a sociedade nacional, mas também de favorecer/facilitar o diálogo entre os habitantes indígenas, organizados em pequenas associações locais, dentro e fora dos limites brasileiros, de todas as bacias que afluem na terra indígena. Conservação ambiental significa, portanto, resolver problemas pertinentes a todas as pessoas, dando um caráter de preocupação pública com os destinos futuros da terra, do país e dos seus moradores. Chamou atenção dos viajantes a desenvoltura organizativa do Rio Negro, expressa pelos Wajãpi e destacada como exemplo a ser seguido pela Hutukara senão em sua forma completa, pelo menos em seu vigor.

Experiências no Parque do Xingu apontam para ações de fiscalização da Atix que incluem e comprometem os órgãos de Estado em suas responsabilidades pela defesa do PIX e convidam atores externos, mais especificamente fazendeiros, para a recuperação ambiental de áreas degradadas. No quesito fiscalização, os membros da RCA consideraram relevante, e passível de replicação, uma experiência dos Wajãpi. Visando vencer a dificuldade em obter recursos financeiros para viabilizar a fiscalização (combustível e equipamentos), o Apina criou um fundo para o qual contribuem todos os Wajãpi assalariados (professores, agentes de saúde, agentes sanitários, microscopistas, barqueiros, etc.). A contribuição é proporcional ao salário. Os professores, por exemplo, chegam a contribuir com R\$ 1.200,00 por ano.



Comunidade Baniwa de Tucumã Rupitã,
Alto Rio Içana, AM

O povo Kisêdjê já há alguns anos vem percebendo alterações nos rios que passam por suas aldeias e que nascem fora da terra indígena, passando antes por fazendas de soja e gado. Preocupados com a qualidade dos peixes que consomem, sua principal fonte de proteína, os Kisêdjê solicitaram ao ISA apoio para a verificação da contaminação destes e para o monitoramento da qualidade da água. Para tanto, foram realizadas as análises de contaminantes em alguns dos peixes consumidos por eles e a capacitação de jovens em coleta de dados de qualidade de água.

intercâmbio PIX

Tem coisa que Yawanawa não aceita, como usar privada. Nos Baniwa eu também não vi nenhuma privada. Eles têm a forma deles de viver como querem e têm todo direito de viver; tem essa coisa da gente, vai lá na mata, no pau da mata, mas não aceita privada não.

João Yawanawa (Opiac),
intercâmbio Rio Negro

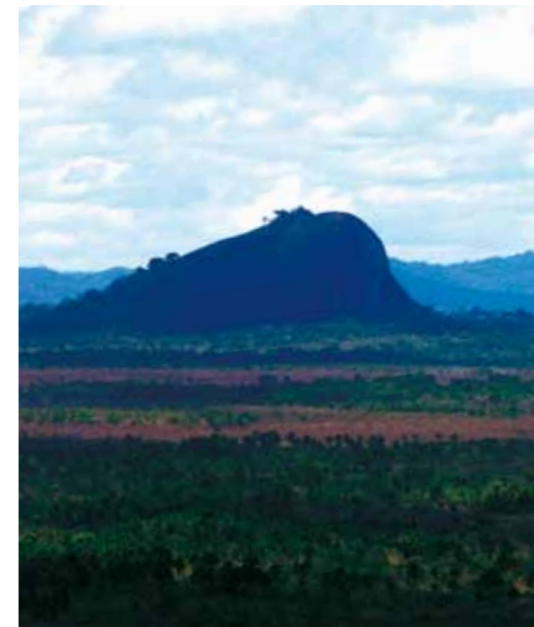
João faz referência às políticas públicas de saneamento que impõem o uso de privadas, geralmente com fossas secas que resultam em ambientes mal cheirosos, e que, por isso, nunca são utilizadas pela grande maioria das etnias que continuam se valendo das matas ou dos rios. Os Baniwa no alto Içana são especialmente ciosos com essa questão. Estabelecem picadas atrás das casas especificamente destinadas para “banheiros”. Algumas aldeias deixam disponíveis e visíveis aos usuários, espetados no solo arenoso, bastões de madeira para serem usados para cavar buracos para enterrar as fezes. Em aldeias maiores, com mais movimento de pessoas, há trilhas para uso de mulheres e outras de homens. A questão do saneamento tem sido um aspecto relevante na pauta das comunidades.

Merece destaque uma nova ferramenta de trabalho, os Planos de Gestão Territorial e Ambiental. Entre os integrantes da RCA dedicaram-se a elaborá-los os Kaxinawá e os Ashaninka, no Acre, com apoio da CPI e, no Amapá, os Wajãpi, com a assessoria do Iepé. Os povos do Oiapoque também o fizeram, designando-o como Plano de Vida, o que revela o alcance de um planejamento voltado para comprometer o conjunto de atores de uma região na sustentabilidade futura das terras indígenas. Esses planos de gestão apresentam recomendações para o relacionamento das populações indígenas com as políticas públicas, sugerem parcerias e indicam responsabilidades tanto dos índios quanto dos não-índios. No Alto Rio Negro, a Foirn formulou o PRDIS – Plano Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável, com a mesma finalidade. Entre os povos do Xingu o Plano de Gestão está em processo de construção coletiva, feito para todo o território indígena, realizado com apoio do ISA em parceria com Atix, Funai e Ipeax.

Outro ponto em comum é a pressão sobre os recursos naturais, principalmente da fauna (o aspecto do aumento populacional é citado, mas não discutido como impasse). É unânime a urgência de práticas de preservação no intuito de conservar os recursos para as gerações futuras. Nesse ponto, os povos do Acre foram o destaque. Os Yawanawa e Ashaninka relataram iniciativas de criação de áreas de refúgio de caça e pesca, além de intenso reflorestamento de áreas degradadas pelo pasto, destacando a importância dos saberes tradicionais associados a novas técnicas de manejo agroflorestal em sintonia com as comunidades vizinhas não-indígenas. Ainda no Acre, a proibição do uso de cães de caça, bem como a restrição do número de cachorros criados, despertou surpresa nos xinguanos e reticência nos Wajãpi.

Destaque-se no PIX a Campanha 'Y Ikatu Xingu, uma iniciativa do ISA de articular instituições e pessoas indígenas e não indígenas para a coleta de sementes como parte da estratégia de reflorestamento das áreas degradadas das fazendas vizinhas ao Parque. A coleta e a venda das sementes para a "Rede de Sementes" é fonte de renda para os índios. O desafio que se coloca nesse aspecto é que a produção para a venda não pode concorrer com a qualidade de vida indígena quando esta é vista como um ciclo obrigatório de acontecimentos que vai da produção de alimentos ao cumprimento de calendários festivos. Ambos só existem quando amparados por um substrato de objetos e aparatos da cultura material gerada pela habilidade de dominar e transformar os recursos naturais. O tempo para a produção de artesanato não pode concorrer com o tempo para o trabalho na roça; a matéria prima para a confecção do cesto para carregar a mandioca não pode ser canalizada para privilegiar a confecção do cesto que vai ser comercializado como objeto decorativo e assim por diante. As discussões dos intercâmbios enfrentaram esse tipo de impasse, e a associação indígena Oibi, dos Baniwa, que conduz o projeto mais emblemático nesse sentido, explicitou suas dificuldades.

A preocupação em se trabalhar dialogando com o entorno das TIs segue a mesma urgência do problema anterior. Nesse aspecto, os Ashaninka e o trabalho do ISA no entorno do PIX foram os destaques. Ambos narraram as tentativas de pactos de reflorestamento. Em um caso, com extrativistas de uma Resex, em outro, com fazendeiros responsáveis pela degradação dos ambientes que abrigam as nascentes do rio Xingu, todas localizadas fora da TI. Foi interessante ver o resultado do enriquecimento com frutíferas plantadas em sistemas agroflorestais nos quintais das casas da aldeia Apiwtxa. Na visita aos Ashaninka, os participantes ouviram do anfitrião, Benki Piyãko, que quando era criança havia pouca fruta na aldeia e saía briga por isso. Hoje, a abundância é tanta que não existem mais os donos das árvores. Em outro, a coleta de sementes florestais no território xinguno, como uma nova iniciativa e parte da estratégia de reflorestamento dos mais de 2.500 hectares das fazendas no entorno do Pix, gerando renda aos indígenas. Os Wajãpi falaram sobre a tentativa de trabalharem na criação de uma área de amortecimento entre a TI e as terras vizinhas, com assentamentos rurais, apesar de o Inca e as secretarias de meio ambiente estadual e municipal não atribuírem o mesmo peso para estratégias desse tipo.



Parque Indígena do Tumucumaque, PA



PIX - Parque Indígena do Xingu, MT

No Xingu, os Kisêdje contaram que conseguiram afastar o fazendeiro e a terra deles agora era a fazenda. Os Yanomami contaram uma coisa muito triste: até hoje tem fazenda dentro da área Yanomami.

Kuripi Wajãpi (Apina),
intercâmbio PIX

Mesmo depois da homologação da Terra Indígena Yanomami em 1992 ainda continuam na região do Ajarani cinco fazendas de pecuária, dentro dos limites da TI. E até hoje é possível afirmar que a população Yawaribe convive com a questão de prostituição de mulheres e exploração indevida de trabalho indígena nas fazendas. <http://www.isa.org.br/nsa/detalhe?id=3378>

Falta agilidade do governo na hora de realizar as coisas. Temos que conscientizar os moradores do entorno das terras indígenas, senão não temos aliados. O governo, também, cria assentamentos e reservas extrativistas dentro de terra indígena para criar conflitos entre os moradores, e temos um trabalho duplo: pensar nas atividades relacionadas à proteção da terra (como manejo, fiscalização, etc.) e pensar no entorno, na política local e nacional. Nós Ashaninka temos que chegar nas comunidades dos não indígenas e explicar o que é ser índio.

Benki Pianko,
intercâmbio Acre

2 articulação



Queimada e desmatamento ilegal realizados próximo à cidade de São José do Xingu, MT

Em que pesem os atuais problemas que ocorrem nas terras indígenas, muitas vitórias foram alcançadas nos últimos anos. Os índios se organizaram para lutar por seus direitos e promoveram alianças estratégicas com parceiros não indígenas para desenhar e realizar projetos compatíveis com a qualidade de vida que almejam. Nesses quase 25 anos de direitos indígenas conquistados, ainda é a integridade das terras demarcadas o objeto de atenção maior do movimento indígena.

Fazer vigilância e a fiscalização do perímetro demarcado; fazer expedições que mantenham limpas e definidas as picadas demarcatórias; controlar o acesso de pessoas na terra indígena, sabendo discernir ameaças e oportunidades que elas podem trazer, faz parte de uma trajetória percorrida nos últimos anos que somada à falta de capacidade do Estado de realizar suas responsabilidades, soma-se, agora, a um novo momento da história do indigenismo: manter boa relação com a população do entorno das terras indígenas. Benki Pianko, liderança ashaninka e anfitrião da RCA no Alto Juruá, resume: “Temos que conscientizar os moradores do entorno das terras indígenas, senão não temos aliados. O governo, também, cria assentamentos e reservas extrativistas dentro de terra indígena para criar conflitos entre os moradores, e temos um trabalho duplo: pensar nas atividades relacionadas à proteção da terra (como manejo, fiscalização, etc.) e pensar no entorno, na política local e nacional. Nós Ashaninka temos que chegar nas comunidades dos não indígenas e explicar o que é ser índio”.

Foi a partir dessa visão que Benki e seus sete irmãos concretizaram o sonho do avô, que apregoava a necessidade de união de índios e brancos para perpetuar a principal fonte de abastecimento de suas famílias – a floresta viva, em pé. Com recursos financeiros angariados entre amigos no Rio de Janeiro, eles compraram um pedaço de terra coberto de pasto, dentro da cidade de Marechal Thaumaturgo, às margens do rio Amônia, onde ergueram o Centro de Formação Yorenka Atame. Por meio da realização de cursos e promoção de bolsas para jovens, sejam índios ou não, o Centro já vem sendo totalmente reflorestado por meio de sistemas de agroflorestais, técnica difundida entre os povos indígenas do Acre pela CPI-AC, há mais de vinte anos. Benki e mais dois irmãos foram discípulos da CPI-AC, e o legado desse conhecimento, aliado ao empreendedorismo de Benki, se revela no Yorenka Atame. Entre as atividades ali realizadas e difundidas está a produção de mel com abelhas nativas com efeitos positivos não somente para acelerar a recuperação florestal, pela polinização, como para a geração de renda. Se o terreno se resumia a um cenário de pastagens degradadas, elas foram recuperadas para que a população local voltasse a viver em um ambiente de abundância florestal. O início dos trabalhos do Centro, em 2007, para a capacitação contou com financiamento de uma empresa voltada para projetos de neutralização de carbono.

Os cursistas recebem casa, alimentação, pouquíssimas aulas teóricas e muitas práticas, e fazem estágios práticos na aldeia Ashaninka, rio Amônia acima, para fundamentar na observação os efeitos dos ensinamentos recebidos pelos professores indígenas: fartura de comida nas casas, crianças saudáveis, cestos cheios de alimentos e caixas de abelhas espalhadas pelos quintais e açudes de água represada para a criação de peixes e quelônios. Além da roça para a produção da base alimentar a floresta foi enriquecido por quintais com sistemas agroflorestais de espécies de uso comum como algodão, urucum, paxiúba, mulateiro e espécies frutíferas. Essas iniciativas vieram como resposta ao tempo em que faltava comida na floresta devido a economia da borracha que proibia os seringueiros a cultivar suas roças, obrigando-os a super explorar os recursos de pesca e caça na região. Junto com o açude, os moradores da aldeia Ashaninka pactuaram a delimitação de uma área de refúgio de pesca. “Em apenas dois anos de proibição da pesca eles conseguiram o aumento perceptível da quantidade de peixes nos rios”, relatou Renata Faria, do ISA, em seu relatório de viagem. Os viajantes do intercâmbio 2009 da RCA puderam checar como os conhecimentos e a experiência dos índios Ashaninka no manejo sustentável da floresta estão criando uma nova perspectiva para as comunidades não-indígenas do entorno do Parque Nacional da Serra do Divisor, sobretudo os extrativistas da Resex do Alto Juruá.

Outra experiência emblemática para delimitar novos tempos de indigenismo é o trabalho do ISA com os fazendeiros e moradores vizinhos do Parque do Xingu. São dois enfoques principais: 1) a Campanha 'Y Ikatu Xingu, para a proteção e recuperação das matas ciliares e nascentes da Bacia do Xingu no Mato Grosso e 2) a Rede de Sementes do Xingu, criada em 2007 para atender a demanda por sementes nativas dos projetos de restauração florestal promovidos pela Campanha 'Y Ikatu Xingu. A Rede de Sementes, por sua vez, é uma das iniciativas socioambientais que mais cresce na Bacia do Rio Xingu, no Mato Grosso, região que abriga a transição dos biomas Cerrado e Amazônia. Em 2010 a Rede comemorou quatro anos de vida com mais de 300 famílias de coletores em 19 municípios e sete aldeias indígenas, que complementam sua renda com a coleta, o beneficiamento e a comercialização de mais de 200 espécies nativas da Amazônia e do Cerrado.

A Campanha Y Ikatu Xingu foi criada em 2004 com a participação de parceiros de diversos setores: povos indígenas, agropecuaristas, agricultores familiares, pesquisadores e organizações da sociedade civil que atuam na região. As ações da campanha articulam-se em três eixos: a) Restauração florestal; b) Educação agroflorestal e c) Planejamento, gestão e ordenamento territorial. Há ainda uma linha transversal, chamada Articulações e parcerias – é por meio dela que os animadores da campanha agregam novos parceiros e articulam processos de mobilização e captação de recursos que viabilizam os trabalhos. 'Y Ikatu Xingu significa "salve a água boa do Xingu" na língua Kamaiurá, um dos povos que habitam o Parque Indígena Xingu.

Nessas duas modalidades de ação, um dos relatórios gerados pelo intercâmbio, observa, especificamente, que o protagonismo indígena nessa articulação com o entorno ainda é tímido. As conversas mantidas durante as visitas ao Parque destacaram, no entanto, outro tipo de iniciativa local, voltada ao diálogo com os vizinhos não-índios: a dos Ikpeng, que haviam acabado de realizar uma visita a um assentamento rural, e a dos Kisêdjê que fizeram uma apresentação cultural na cidade de Querência. Segundo Ianukulá Kaiabi Suya, vice presidente da Atix na época do intercâmbio, outra experiência que vem servindo para reduzir o preconceito dos não índios contra os xinguanos é a comercialização do "Mel dos Índios do Xingu". Este foi o primeiro produto alimentício produzido por povos indígenas a receber o selo do Serviço de Inspeção Federal, o que possibilitou sua venda em outros estados e o estabelecimento da parceria com o Programa Caras do Brasil do Grupo Pão de Açúcar. Uma outra iniciativa que merece destaque é a participação das etnias Kawaiwete, Kisêdjê, Yudja, Ikpeng e Waura na Rede de Sementes do Xingu, abrangendo 16 aldeias na comercialização de sementes florestais. Se é o protagonismo dos povos xinguanos em sua relação com o entorno que entra em jogo, é justo destacar o papel da Atix. Em torno dessa associação é que, desde 1995, lideranças de comunidades das 16 etnias do Parque canalizam reivindicações e demandas em torno da proteção do PIX, ameaçado pelo "abraço de morte" observado com a crescente deterioração das condições ambientais do entorno dominado pelas fazendas de soja e que justificam a Campanha 'Y Ikatu. Foi nesse contexto que a Atix estabeleceu uma agenda própria de trabalho, o de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas e o de Articulação Política, por meio da qual diretores regionais do Baixo, Médio, Alto e Leste Xingu mantêm relações com ONGs, instituições do poder público e empresas privadas. Atualmente, a associação coordena com o ISA o trabalho de 18 aldeias envolvidas com a coleta e comercialização de sementes florestais para a Rede de Sementes do Xingu. Com essa pauta a Atix conseguiu participar de fóruns importantes para a integridade do PIX, como o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Mato Grosso e a definição da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, ocorrida no âmbito dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente.



Recepção da comitiva RCA na aldeia Pavuru, PIX, MT



Comitiva RCA na aldeia Capivara, dos Kawaiwete, PIX, MT



Grupo da RCA em área de recuperação de área degradada por fazenda, PIX, MT



Reunião de lideranças Canela Ramkokamekra, aldeia do Escalvado, MA



A caminho da aldeia Kuikuro, PIX, MT



Moisés Ashaninka ensina morador da Resex Alto Rio Juruá a manejar caixa de abelha nativa, AC

Este intercâmbio trouxe muitas ideias para o povo wajãpi. A gente aprendeu com os Ashaninka como eles estão fazendo com os não índios. Aprendi como os Ashaninka orientam os não índios que moram perto da terra deles, no entorno. Nós Wajãpi também temos que conversar com os não índios moradores do entorno da nossa terra para eles não acabarem com a floresta deles. Para mim vai ser muito bom conversar com os moradores que estão chegando para ficar cada vez mais perto dos limites da nossa terra. A floresta dos assentamentos está acabando. Isso eu achei muito importante neste intercâmbio. Dentro da terra dos Ashaninka eu vi que eles trabalharam muito com reflorestamento, porque na época da homologação eles pegaram a terra deles toda derrubada para o pasto. Dentro da nossa terra, por enquanto, nós ainda não precisamos fazer reflorestamento, só precisamos fazer manejo onde tem capoeira.

Viseni Wajãpi (Apina), intercâmbio Acre

Região Timbira

O CTI iniciou em 1993 o Projeto Frutos do Cerrado que visa estruturar uma alternativa de gestão sustentável dos recursos naturais e proteção do entorno das Terras Timbira. A implementação desta ideia contou com a criação, em 1995, da Associação Wyty Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, que tem como projeto político a articulação entre os diferentes povos Timbira dispersos em seis Terras Indígenas nos estados do Maranhão e Tocantins, com objetivo de fazer frente às ameaças a seus territórios e fortalecer seu modo de vida. Em 1998 foi fundada a Agroindústria FrutaSã, cuja proposta consiste na geração de renda para indígenas e pequenos produtores agroextrativistas moradores das áreas limítrofes das Terras Indígenas Timbira, na microrregião da Chapada das Mesas (MA). A fábrica produz polpa de frutas a partir do processamento e beneficiamento de frutos do Cerrado – caju, cajá, bacuri, murici, araçá, mangaba, cagaita, entre outras – que são posteriormente comercializados.

A gestão integrada e sustentável dos recursos naturais, por meio da aliança entre os povos Timbira e populações do entorno, sob a campanha “Ajude a Manter o Cerrado em Pé”, é uma forma de estimular a conservação da sociobiodiversidade deste bioma, refletindo o projeto político concebido pela FrutaSã. Neste, é proposto outro modelo de desenvolvimento regional fundado no fortalecimento da agricultura familiar e dos modos de vida dos povos Timbira. O modo de territorialidade dos Timbira, seus sistemas de conhecimentos, uso e manejo dos ambientes de Cerrado são tomados como exemplos de relação com o ambiente em oposição ao modelo de uso e ocupação engendrado pelos grandes produtores do agronegócio, sustentado no binômio soja-boi e estruturante de um complexo grãos-carne na região e, mais recentemente, nas grandes plantações de eucalipto.

Esse modelo vem resultando na desestruturação fundiária e no processo migratório das populações locais de pequenos agricultores. Reverter esse quadro, garantindo a permanência dessas populações a partir do fortalecimento de suas formas de produção é uma das estratégias para a salvaguarda da integridade das TIs Timbira, na medida em que consolida zonas de amortecimento caracterizadas por um uso da terra e dos recursos naturais que beneficiam a sua conservação.

Além da compra, beneficiamento e comercialização das polpas de frutas, as ações da FrutaSã envolvem plantios e adensamentos de espécies nativas do Cerrado, assistência técnica e extensão rural para os agroextrativistas, suporte para o fortalecimento institucional das associações dos agricultores familiares e participação no comitê deliberativo do Parque Nacional das Chapadas das Mesas. Dessa forma, a geração de renda, garantida por meio do fornecimento de frutas, dos agricultores familiares é acrescida de ações de cunho político para a promoção do desenvolvimento regional de base comunitária.

Em seu escopo de atuação, a FrutaSã ainda objetiva repassar à Associação Wyty Catê o lucro gerado pela comercialização das polpas de frutas, de modo a garantir a sustentabilidade financeira para a articulação do projeto político da associação. O foco desse projeto é a defesa dos direitos e interesses dos povos Timbira no que diz respeito às questões fundiárias e meio ambiente, à educação, saúde, cultura e às atividades tradicionais de subsistência. Uma atuação norteada pelo fortalecimento da Unidade Timbira e reconhecimento do “País Timbira” enquanto um complexo territorial, político e sociocultural diferenciado e autônomo.



Empresa Fruta Sã, Carolina, MA



Às vezes as pessoas não estão enxergando pra frente. Nós estamos trabalhando com esse projeto das frutas pensando no futuro. Isso vai ficar na história, a gente morreu, mas pelo menos deixou alguma coisa. E vamos seguir esse caminho. Não é assim, sonhou e no outro dia está lá, pronto. Vamos botar força nessa ideia, deixar encaminhada, plantando agora para as outras gerações colherem lá na frente.

Jonas Pynneh Gavião (Wyty Catê)

Como a Funai não consultava a gente e sempre abafava nosso pedidos o CTI foi o parceiro que ajudou a criar a Wyty Catê, em 1996. Hoje temos uma fábrica que está lá (em Carolina, MA) fazendo polpa das frutas que plantamos e os kupên (não índios) trabalham junto com a gente. As coisas que estão sendo mostradas aqui são as mesmas que estamos fazendo lá. O índio precisa ser capacitado, mas o branco também precisa ser para conhecer a floresta e o jeito do índio. O governo quer explorar nossa terra porque já explorou a terra não-indígena e as terras no estrangeiro também.

Alberto Hapyhi (Wyty-Catê),
intercâmbio Acre



Publicações do CTI sobre o cerrado

Rio Negro

A conservação da natureza e a manutenção do modo de vida tradicional no Rio Negro demandam e estão condicionadas à articulação das populações locais com os órgãos governamentais e instituições envolvidas com o tema para a implementação de ações inovadoras. Destaca-se na região a Rede Rio Negro, um fórum de instituições da sociedade civil organizada com atuação na Bacia do Rio Negro que tem como objetivo geral “estabelecer um espaço de debate e intervenção socioambiental para construção de bases e propostas de promoção da qualidade de vida dos habitantes, da conservação, do uso sustentável e da repartição de benefícios da biodiversidade da Bacia do Rio Negro, por meio de estratégias participativas de planejamento, execução e monitoramento das atividades relacionadas ao ordenamento e destinação do território” (Carta de Princípios da Rede Rio Negro).

A Rede Rio Negro assume o desafio de assegurar a implementação dos direitos alcançados pelos povos tradicionais, inserir as populações locais nos processos de planejamento da conservação e do desenvolvimento e gerar alternativas que demonstrem a viabilidade de uma economia baseada no uso sustentável dos recursos naturais, bem como no reconhecimento e na valorização das concepções e práticas culturais de cada um desses povos.

Também de caráter interinstitucional, mas com o foco na atuação transfronteiriça, a Cooperação e Aliança no Noroeste Amazônico – Canoa é uma iniciativa para o intercâmbio de experiências e informação entre organizações indígenas e organizações da sociedade civil do Brasil, Colômbia e Venezuela. Iniciativas como essa têm inspirado rotinas de intercâmbios regionalizadas, a exemplo das “Canoitas”, pequenos encontros periódicos no Alto Rio Tiquié, envolvendo comunidades indígenas do Brasil e do rio Pira-Paraná. Hoje, a Canoa envolve: a FOIRN e o ISA, do Brasil; as Associações de Autoridades Tradicionais Indígenas, a Fundação Etnollano e a Fundação Gaia Amazonas da Colômbia; e a Organização Regional dos Povos Indígenas do Amazonas com a Fundação Wataniba da Venezuela.

Yanomami

O território yanomami no Brasil continua sendo alvo de invasões e tentativas de subtrair dos Yanomami o direito à sua gestão autônoma. Os episódios mais marcantes com este intuito foram: a construção da Perimetral Norte nos anos 1973-76 cortando parte do território e levando degradação ambiental, epidemias e mortes a parte da população; a implantação em 1978, pelo Incri, de um assentamento dentro do território, na região do Ajarani, resultando na fixação de fazendeiros que resistem em sair dali ainda que o território tenha sido demarcado e homologado; a criação da Floresta Nacional do Amazonas e do Parque Estadual Serra do Aracá sobrepostas ao território yanomami; a corrida do ouro em meados dos anos 80, que levou em torno de 45 mil garimpeiros a invadirem a TI Yanomami e levando à morte 15% da população indígena.

Apesar das inúmeras pressões, nos últimos 20 anos foram significativos os avanços alcançados para os direitos dos Yanomami: a demarcação e homologação do seu território, a implantação de um sistema de atendimento de saúde para toda a população, a redefinição dos limites da Floresta Nacional de Roraima que pôs fim à sobreposição com a TI, e a criação de uma rede de escolas que propulsiona a formação de professores yanomami.

Tanto a resistência às pressões quanto os avanços na garantia dos direitos são resultado, em grande parte, da rede de alianças criada em torno dos Yanomami e capitaneada pelo líder Davi Kopenawa. Fazem parte desta rede, partindo do local para o geral, as organizações Hutukara Associação Yanomami, criada em 2004 e que desde então tem como presidente Davi Kopenawa, a Associação Yanomami do Rio Cauaburis, que representa os Yanomami da região do Pico da Neblina e arredores, e a Horonami Organização Yanomami, criada em 2011 pelos Yanomami da Venezuela. Essas três organizações mantêm entre si um importante fluxo de informações e troca de experiências que ano a ano vem se intensificando e resultando em ações combinadas como, por exemplo, o combate ao garimpo ilegal de ouro na TI. Também compõem esta rede o ISA, principal parceiro da HAY em Roraima, e a Wataniba, principal parceira da Horonami na Venezuela. Na esfera local ainda participam a Associação do Povo Ye'kuana do Brasil e o Conselho Indígena de Roraima, ambas de Roraima.

Para além do local, a rede pró-Yanomami é composta por organizações internacionais como a Survival International e a Rainforest da Noruega, e aliados entre acadêmicos, intelectuais, jornalistas, advogados, juristas, filantropos e artistas.



Rede Rio Negro discute Gestão e Ordenamento Territorial



Aldeia Demini, TI Yanomami, RR

Escutamos os Ashaninka falar que tiveram problemas com caça e pesca na terra deles no passado. Nós passamos por este problema atualmente. Precisamos trabalhar isso nas nossas aldeias. Nós queremos fazer nossa gestão territorial e por isso temos um projeto do PDPI para fazer nosso plano de manejo, pensamos também na nossa pesquisa de caça.

Jawaruwa Wajãpi (Apina),
intercâmbio Acre

O Xingu sempre teve apoio do governo por causa do marketing, índio de televisão. Queremos mudar isso. Eu escutei pessoas falarem que o Xingu sempre foi privilegiado e esquecia os demais povos do Brasil. A chegada do português marcou uma era de dar sem ensinar. Os índios ficaram passivos, demoraram para acordar e ver o entorno destruído. No caso do Xingu é a soja. A Atix foi criada com o objetivo de representar os povos do Xingu. Não queremos mostrar só o Xingu bonito, queremos mostrar que também há problemas. Hoje vemos muita confusão o Xingu. Muitos povos perdendo a língua, muita gente morando na cidade. Moramos o tempo inteiro numa casa trancada, protegida, e quando conseguimos nos libertar disso vimos que nossa casa teve o jardim destruído.

Ianukulá Kaiabi Suyá (Atix),
intercâmbio Acre

Xingu

Nos últimos anos, um verdadeiro “abraço de morte” cercou o Parque do Xingu, com uma crescente deterioração das condições ambientais do seu entorno, resultado do desmatamento intenso, praticado pelas fazendas com plantação de soja e criação de gado, poluição e assoreamento dos rios e afloramento de conflitos ambientais. A situação ganhou projeção internacional e um conjunto de ações foi posto em marcha para reverter esse quadro.

Em 1995 os 16 povos do PIX discutiram a necessidade de adotarem uma nova forma de se organizar para que suas reivindicações e demandas fossem atendidas. Foi assim que lideranças e comunidades se organizaram em torno da Associação Terra Indígena Xingu (Atix), uma organização que pudesse representá-los perante os não índios. As reivindicações e demandas iniciais respeitavam à proteção das terras indígenas, considerando os muitos conflitos com caçadores e pescadores que ameaçavam a segurança de seu território e a preservação de seus recursos naturais e da cultura.

A Atix já é a mais antiga associação indígena do PIX, o que não impediu que associações de aldeias também se formassem para conseguirem atuar com projetos mais específicos aos seus interesses. A Atix participa das principais discussões relacionadas à Educação, Saúde, Cultura e Proteção Territorial, atuando, cada vez mais, como efetiva representante político-institucional dos povos xinguanos. A associação tem vários eixos de atuação e dois deles estão direcionados para a relação com o entorno:

1. Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas, ação desenvolvida em parceria com o ISA e agências governamentais. O foco é resguardar a integridade territorial e ambiental do PIX e do seu entorno por meio de uma interlocução permanente com vizinhos imediatos das fronteiras – os produtores rurais –, e com a administração dos municípios. As comunidades indígenas participam fazendo expedições nas linhas de fronteira e adjacências, com a tarefa de trazer informações sobre o estado de saúde geral das florestas e cerrados remanescentes, dos rios e das matas ciliares. Colaboram técnicos e pesquisadores associados para aprimorar os métodos de coleta de informações, bem como da observação, checagem e análise de mudanças na paisagem em campo, sem perder de vista o combate à ilegalidade de atividades econômicas que causam danos ao meio ambiente.

2. Articulação Política. A Atix articula as comunidades do Parque por intermédio dos diretores regionais do Baixo, Médio, Alto e Leste Xingu, e mantém relação estreita com ONGs, instituições do poder público e empresas privadas. Com essa estrutura, consegue participar de fóruns importantes para a integridade do PIX, como o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Mato Grosso ou sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.

Campanha 'Y Ikatu Xingu

A Campanha é uma iniciativa para a proteção e recuperação das matas ciliares e nascentes da bacia do Xingu no Mato Grosso. Foi criada em 2004, movida pela consciência da necessidade de se atuar na região a partir de uma coalização de interesses diversos: povos indígenas, agropecuaristas, agricultores familiares, pesquisadores e organizações da sociedade civil que estão na região com diferentes motivações. A campanha age no sentido de articular esses atores para fazê-los entender e trabalhar pela integridade dos recursos hídricos da bacia do rio Xingu, alertando sobre os impactos ambientais do uso e da ocupação inadequados do território abarcado pela bacia. As ações da campanha articulam-se em três eixos: restauração florestal; educação agroflorestal; e planejamento, gestão e ordenamento territorial.

As instituições participantes da Campanha 'Y Ikatu Xingu atuam para recuperar 300 mil hectares de Áreas de Preservação Permanentes (APPs), matas de beira de rios e nascentes que estão degradadas. O trabalho começou em 2006 e a demanda por mudas e sementes passou a ser praticamente inesgotável.

A Campanha 'Y Ikatu Xingu é sustentada pela confiança nas relações de parceria que foram construídas com o tempo. Se conhecer, experimentar ações conjuntas, entender e aceitar a maneira de cada um agir e conviver tem sido fundamental no processo. Trabalhar junto, perseguindo os mesmos objetivos, com comprometimento, perseverança e permanência, vem trazendo bons resultados.



Limite do PIX, na região do município de Querência, MT



Apresentação cultural no intercâmbio no PIX, MT

Pessoas de São Paulo ou Rio de Janeiro conhecem mais a gente do que pessoas do entorno. Quebrar barreiras entre índios e brancos é uma iniciativa da ATIX. Por exemplo, o projeto de venda de mel do Xingu começou na cidade de São Paulo. Hoje, o mercado do entorno do PIX se interessou pelo comércio dos nossos produtos só depois que uma rede grande de supermercados do Brasil inteiro estava vendendo o mel engarrafado pelos índios do Xingu. Trabalhamos com o entorno, então, diferentemente do jeito daqui do Acre, mas as duas formas são importantes.

Ianukulá Kaiabi Suyá (Atix),
intercâmbio Acre

A apicultura começou há 12 anos no PIX. Tem quase 40 apiários instalados, com uma produção que chega a 1500 kilos de mel por ano; desses, 700kg são vendidos ao Grupo Pão de Açúcar que paga aos índios o preço determinado pela Atix. O produto desaparece muito rápido das prateleiras das lojas dos supermercados.



Área de restauração florestal no entorno do PIX



Amostras de sementes coletadas e plantadas pela Rede de Sementes do Xingu



Placa demonstra a natureza intercultural e interinstitucional da 'Y Ikatu Xingu

Rede de Sementes

A Campanha 'Y Ikatu Xingu foi o ponto de partida para a criação da Rede de Sementes do Xingu, uma iniciativa que superou todas as expectativas e que, em cinco anos de existência, tornou-se referência para a economia de base florestal na região. Participam agricultores familiares, índios, fazendeiros, assentados rurais e viveiristas que estão se profissionalizando na coleta e beneficiamento de sementes nativas para comercialização.

Para minimizar os impactos causados pelo avanço da monocultura da soja, a perda da biodiversidade, a alteração das condições dos rios e comprometimento da qualidade de vida dos povos da floresta, o ISA investigou a realidade do entorno do PIX, fez diagnóstico da situação fundiária, vem monitorando o desmatamento e o fogo e, para culminar, desenvolveu uma tecnologia para a recuperação de áreas degradadas misturando diferentes tipos de sementes para plantio direto – o que o sistema agroflorestal chama de muvuca – usando plantadeiras de soja para seu cultivo. A muvuca é colocada nas caixas de sementes, a saída de adubo também é usada para acrescentar outras sementes e a máquina é ajustada para a distância adequada. Os técnicos registram as espécies por hectare; a taxa de germinação; a quantidade por quilo; o quilo por hectare; as espécies por metro quadrado; o espaçamento da semente por hectare e monitoram os resultados. Esse investimento vem contribuindo para uma maior eficiência e eficácia nos processos de reflorestamento, bem como diminuindo significativamente seu custo. O novo método tornou possível plantar 300 kg de semente por hectare e semear três hectares em 40 minutos. As sementes nativas passaram a ter valor e, com elas, os seus coletores.

O Viveiro Municipal de Canarana é parceiro para a compra e produção das mudas. A rede envolve 300 famílias de indígenas e pequenos agricultores e 10 técnicos que orientam os trabalhos. Já foram comercializadas 25 toneladas de sementes em três anos, obtendo-se 250 mil reais em renda. A demanda para 2010 é de 32 toneladas. Além de contribuírem com a recuperação de áreas degradadas e com o enriquecimento das espécies, as redes de sementes se constituem como alternativas de geração de renda para as localidades.

Manejo e monitoramento do fogo

O desmatamento no entorno do PIX, associado às mudanças no clima regional e no regime de chuvas, vêm provocando o aumento dos incêndios acidentais dentro do parque. Estes acidentes provocam perdas materiais e de recursos naturais significativas para os povos indígenas, além de prejudicar a saúde de crianças e idosos. O que vem sendo feito para enfrentar o problema:

1. Diagnóstico exploratório: pesquisa das atividades que usam o fogo e dos sinais da natureza, das mudanças do tempo e das práticas ligadas ao fogo;
2. Sensibilização: realização de palestras e reuniões com lideranças, professores e comunidades, elaboração de programa de rádio e de radiogramas de alerta na época da seca;
3. Prevenção: construção de planos de trabalho comunitários, estímulo à troca de experiências entre as aldeias, distribuição de impresso de práticas preventivas;
4. Combate: parceria com a empresa Guarany para formação de brigadas indígenas nas aldeias;
5. Monitoramento: mapas dos focos de calor anuais, boletins "De olho no Xingu – Queimadas", mapeamento participativo das áreas queimadas.



RCA participou da comemoração dos 50 anos de criação do PIX, MT

Sabemos que nossa terra não vai ser suficiente porque nossa população vai crescer muito. Nós usamos muitos recursos da terra. O nosso entorno tem o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque que protege a TI Wajãpi e o ICMBio não deixa ninguém entrar. No entorno da nossa terra tem também um assentamento onde tem muita gente morando, se aproximando dos limites da nossa terra e invadindo nossa terra para caçar, pescar e tirar cipó títica. O Iepé tem um projeto chamado Mosaico e nós Wajãpi, junto com o Iepé, desenvolvemos trabalho com o entorno da nossa terra para resolver os problemas.

Kasianã Wajãpi (Apina), intercâmbio Acre

Essa terra é muito importante para os Wajãpi impedirem as invasões, mas só vão conseguir fazer isso no dia em que os assentados tiverem terra e floresta boa de onde poderão tirar seus recursos sem precisar invadir a terra dos Wajãpi.

Matapi Wajãpi (Apina), intercâmbio Rio Negro

Em uma das linhas de ação do Programa Javari, o CTI vem criando redes de comunicação e luta conjunta com povos indígenas, organizações governamentais e não governamentais – indígenas e indigenistas, denunciando e influenciando políticas públicas. O caso da fronteira Brasil-Peru é exemplar: o povo Mayoruna, como é conhecido no Brasil, ou Matses, como é conhecido no Peru, estão com território dividido por uma fronteira criada há mais de um século e meio. Mas no Peru a questão dos direitos indígenas e a legislação ambiental são completamente diferentes do Brasil, o que contribui para a necessidade de uma gestão compartilhada do território contínuo Matses, independente das fronteiras nacionais. Ao longo dos últimos três anos o CTI vem apoiando discussões e ações sobre vigilância e monitoramento na região no alto rio Javari (Jaquirana), apostando na gestão conjunta do território Matses, a partir de solicitação de apoio feita pelos Matses do Peru quando se depararam com a grande ameaça que a existência de petróleo representa para o seu território. Nesse sentido estão sendo apoiadas Reuniões Binacionais Matses, anuais, cujo objetivo é fortalecer os vínculos entre os indígenas de ambos os lados do rio para estabelecer alianças estratégicas, com a finalidade de conseguir a proteção definitiva do território indígena Matses.

A atual disposição espacial dos muitos povos indígenas que hoje ocupam o Vale do Javari é resultado tanto das inter-relações historicamente mantidas entre as diversas sociedades indígenas da região, quanto do reflexo da expansão das frentes extrativistas, que forçou algumas delas a procurarem refúgio dentro dessa área ocupada por diversas etnias. O território desses povos é basicamente delimitado em função das suas necessidades de subsistência e da distância que mantêm dos não índios e dos grupos indígenas isolados vizinhos, tendo muito dos seus territórios de ocupação contíguos uns aos outros. Assim, o entorno da TI Vale do Javari pode ser percebido de diferentes maneiras:

- A partir da contiguidade de TIs com povos de mesmo complexo linguístico cultural, como os povos Pano que ocupam afluentes do rio Javari e da bacia do alto rio Juruá no Acre; e os povos Kanamari, Katukina, e Kulina (Arawa) das TIs Vale do Javari, Mawetek, Kanamari do Médio Juruá e Kulina do Médio Juruá. E a contiguidade na própria TI Vale do Javari dos territórios dos povos contatados, de recente contato e dos povos isolados, que por vezes coabitam regiões muito próximas ou ocupam espaços afins nos períodos de estiagem – como na época da retirada dos ovos de tracajá, quando os grupos começam a frequentar as praias.
- A partir do entorno nacional da TI, as cidades e vilas ribeirinhas mais próximas e seus invasores. A maioria dos invasores é de ex-moradores extratores de látex de seringais onde agora é delimitada a Terra Indígena e, portanto, conhecem muito bem os rios e seus afluentes. As invasões se dão principalmente no período das águas, por via fluvial e varadouros nos quais as pequenas embarcações são carregadas até os lagos e igarapés da TI, e voltam carregadas de caça e pesca que são salgados para a comercialização. Há também indícios de exploração madeireira e frentes agropastoris se aproximando no limite sul da TI.
- A partir da proximidade com a Colômbia e da fronteira com o Peru, o rio Javari. Os países têm legislações ambientais e indigenistas distintas, e os povos da TI Vale do Javari, principalmente os que vivem próximos ao rio que divide Brasil e Peru, têm seus territórios constantemente ameaçados por exploração madeireira; tráfico de peixes ornamentais; caça e pesca predatória; possíveis prospecções de petróleo e gás natural; e pela nova intensificação do narcotráfico na região.

De acordo com esse contexto e com as demandas específicas de cada povo, o CTI promove cursos de formação onde são realizadas discussões e levantamentos sobre as ameaças aos seus territórios, acompanhamentos pedagógicos e assessorias políticas às lideranças nas aldeias, e assessoria às organizações locais, explicitando uma visão geral sobre os conflitos e ameaças da TI Vale do Javari e região, e focando localmente as especificidades de acordo com as calhas de rio em que cada povo ocupa e as possibilidades de ação para a conservação da sociobiodiversidade.

Localmente o CTI trabalha em parceria com a Coordenação Regional de Atalaia do Norte e com a Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, ambas da Funai, tanto em temas que dizem respeito à gestão territorial evitando e denunciando as invasões, como às áreas contíguas entre povos isolados e contatados, minimizando o impacto de contatos que ocorrem em contextos desfavoráveis aos povos isolados.

Desde 2011 o CTI publica um boletim eletrônico sobre os povos indígenas isolados na fronteira Brasil-Peru. Assim, tem sido possível difundir por meio das principais mídias desses dois países as informações e as políticas que afetam os direitos e demais assuntos relacionados aos povos indígenas dessa região transfronteiriça.



Vale do Javari, AM

As frentes exploratórias

O rio Javari divide o território brasileiro do território peruano e traz em suas águas várias ameaças aos povos que lá se encontram: o avanço de frentes exploratórias no Peru sobre área de índios contatados e isolados, expulsando-os de seus territórios tradicionais; o tráfico de animais e caça e pesca predatória; a imigração dos israelitas (membros de uma seita religiosa) e suas condutas agropastoris; expansão do narcotráfico; a potencial exploração de petróleo e gás na região; a retirada de madeira para fins comerciais.

Uma forte política de extração madeireira do lado peruano foi iniciada em 2002, atendendo a pressão dos madeireiros, e a partir das concessões florestais no Peru ocorre lavagem de madeira retirada ilegalmente de dentro da TI Vale do Javari.

Quanto ao petróleo, crescem vertiginosamente as áreas de concessão para pesquisa de petróleo na Amazônia peruana, e muitas dessas concessões se sobrepõem a terras indígenas e áreas de índios isolados.

Sou moradora da Resex. Eu era seringueira, minha casa era igual a dos parentes indígenas aqui do Rio Amônia. O povo do Rio Amônia que mora lá perto da Resex é mistura de índios e não índios. Agora os Arara querem a terra deles de volta mas já são todos misturados. Na primeira vez a gente deixou a terra dos índios e escolhemos um canto que falaram que não iam mexer mais com a gente. Na época eles não queriam ser índios, não precisavam de terra. Meus parentes eram “segurança” dos Ashaninka, mas os Arara não gostavam da gente e dos Ashaninka. Algumas pessoas do povo Arara já tentaram matar os Ashaninka (o Benki e outros). O Incra desapropriou a terra do “Turco”. Os Arara, os Ashaninka e os não índios vivem nesta terra que virou um assentamento. Apoiamos um candidato que perdeu e prometeu vingança (Chiquinho Siqueira). Hoje eu moro na Resex, vivo da floresta, não derrubo, faço reflorestamento, sei viver da terra. Tem gente do povo Arara que invade a Resex, caça com cachorro, explora e prejudica. Eu vi durante 10 anos o Seu Chiquinho pescando no Amônia. Moradores do assentamento derrubam a floresta para empresários e estragam a floresta.

Dona Maritô, moradora da Resex Alto Juruá, intercâmbio Acre

Pessoas como a senhora são muito diferentes das pessoas que moram no entorno do Xingu. Num encontro que teve no ano passado ouvimos que o grande produtor rural conserva a floresta e o que o jeito do índio de queimar a terra é que estava errada. A região do Xingu tem um histórico diferente daqui do Acre. Eu nunca escutei isso que a senhora falou aqui, lá no Mato Grosso. Seu discurso é bom para os índios refletirem.

Ianukulá Kaiabi (Atix) intercâmbio Acre

Esses depoimentos foram recolhidos durante a visita do Centro de Formação Yorenka Átame que tem promovido cursos para os não índios a partir de uma visão prática do uso dos recursos naturais e recuperação de áreas degradadas por pasto. Uma parceria com a prefeitura de Marechal Thaumaturgo viabilizou que o CFYA fornecesse uma bolsa de 250 reais para que jovens ficassem estudando e trabalhando ali, restaurando a terra e recuperando a floresta pela técnica do sistema agroflorestal (SAF). Assim, até 2008, 15 não índios e 36 indígenas, num total de 5 cursos, foram formados, sendo que o convênio com a prefeitura garantiu uma vaga de trabalho para os que eram moradores da cidade. Os demais voltaram para suas comunidades para aplicar o que aprenderam. Vera Olinda, coordenadora da CPI-AC enfatizou o papel complementar do Centro Yorenka Átame ao de formação de agentes agroflorestais da ONG pois replicaram sua filosofia de trabalho e ali, com os extrativistas da Resex Alto Juruá, o CFYA colhia sucesso ao reverter a tendência dos moradores da Resex em adotar a criação de gado como única alternativa econômica.

Amapá e norte do Pará

O Planalto das Guianas é uma região reconhecida mundialmente pela riqueza de seus recursos naturais e por abrigar uma grande diversidade sociocultural. Mais de 26.000 índios habitam o Amapá, o Norte do Pará, a Guiana Francesa e o Suriname, pertencentes a diferentes povos. São os Aparai, Galibi Marworno, Kali'na, Karipuna, Kaxuyana, Lokono, Palikur, Teko, Tiriyo (Trio), Wajãpi, Wayana e Zo'é.

Os povos indígenas que hoje habitam o Planalto das Guianas possuem uma história em comum de relações comerciais, políticas, matrimoniais e rituais que remonta a pelo menos três séculos. As redes de intercâmbio que sempre existiram nessa região estão na base de um perfil cultural comum na região como um todo. Essas relações não deixaram de existir nem se deixaram restringir aos limites das fronteiras nacionais, mas foram profundamente impactadas pela consolidação dessas fronteiras e pelas políticas indigenistas implementadas pelos países que se constituíram.

Apesar de viverem realidades diferentes em cada um de seus países, todos os povos indígenas vivenciam uma mesma tensão entre duas tendências distintas, que marcam a região do Planalto das Guianas: a da conservação ambiental, de um lado, e a da exploração predatória, de outro. O embate entre essas duas tendências condiciona o futuro das florestas e dos habitantes que nela vivem.

Outros desafios também são comuns aos povos indígenas dessa região, como a falta de reconhecimento legal de seus direitos, principalmente à terra que tradicionalmente ocupam; os conflitos ligados à exploração predatória do meio ambiente do qual dependem para sobreviver (devido ao garimpo, a grandes projetos de mineração, a madeireiras e aos impactos ligados a obras de infraestrutura); a perda da língua, de valores culturais e o distanciamento entre as gerações; e, mais recentemente, problemas sociais surgidos em função do alcoolismo e das drogas.

O Iepé tem trabalhado junto com seus parceiros – comunidades e organizações indígenas, comunidades do entorno das TIs (assentados e castanheiros), gestores de UCs federais e estaduais (Secretarias de Meio Ambiente e ICMBio) e Funai – em iniciativas que consolidem a gestão territorial e ambiental das TIs da região e avancem na articulação dessas áreas com seu entorno, em particular, as UCs. Há duas iniciativas – uma regional, outra transfronteiriça – conduzidas para a gestão ambiental e territorial que pressupõem uma articulação com o entorno das TIs e a participação de seus moradores:

Constituição do **Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará**, com uma área de 12.397.347 hectares, no oeste do Amapá e norte do Pará. Fazem parte do Mosaico: duas Unidades de Conservação- UCs federais (Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e Floresta Nacional do Amapá), duas UCs estaduais (Floresta Estadual do Amapá e RDS do Rio Iratapuru), duas UCs municipais (Reserva Extrativista Beija-flor Brilho de Fogo e Parque Natural Municipal do Cação) e três Terras Indígenas (TI Wajãpi, TI Parque do Tumucumaque e TI Rio Paru D'Este).

No âmbito desta iniciativa foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista – DTBC de forma participativa e constituído um Conselho Consultivo do Mosaico. Além dos gestores das UCs, estão representados no conselho cinco povos indígenas que ocupam as três Terras Indígenas, órgãos governamentais federais (Funai, Inbra, Ibama), estaduais (Sema, IEF, Imap), municipais (prefeituras de Pedra Branca do Amapari, de Serra do Navio e de Laranjal do Jari), além de uma instituição de ensino (Unifap) e representantes de associações de moradores da RDS do Rio Iratapuru e de assentamentos da Perimetral Norte.

Por meio de oficinas, seminários e intercâmbios, moradores destas terras indígenas, assentados, castanheiros e gestores governamentais engajaram-se na proposta do mosaico como um contraponto as ações predatórias do meio ambiente e um instrumento para a proposição de uma política de sustentabilidade socioambiental, de modo a fomentar a conservação e a adesão a alternativas econômicas factíveis de geração de renda para essas populações. A proposta de criação deste Mosaico encontra-se em análise para reconhecimento no Ministério do Meio Ambiente. Uma vez aprovado, será o primeiro mosaico de áreas protegidas a envolver terras indígenas.



Reunião do Conselho consultivo do Mosaico, AP



Construção de propostas durante a reunião do Conselho do Mosaico, AP



Votação de propostas na reunião do Conselho do Mosaico, AP



Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

O que achamos mais importante é conversar com os moradores das terras envolventes, dos assentamentos da estrada, para a gente fazer o reflorestamento da terra deles, junto com eles, porque eles já acabaram com as árvores e plantas frutíferas do mato. Reflorestamento é uma coisa que a gente devia fazer junto com eles. Nós podemos usar o Centro de Formação e Documentação na nossa terra, levar os assentados para lá, assim nós também podemos fazer intercâmbio com eles mostrando como cuidamos de nossa terra.

Viseni Wajãpi (Apina)
intercâmbio Acre

Escutamos os Ashaninka. Também queremos fazer parceria com os moradores do assentamento que tem perto da nossa terra porque sabemos que os moradores são empurrados pelas madeireiras que exploram a floresta da estrada e isso faz com que os recursos da estrada se acabem e por isso eles invadem nossa floresta. Precisamos trabalhar a capacitação dos moradores da estrada.

Jawaruwa Wajãpi (Apina),
intercâmbio Acre

Viseni e Jawaruwa referem-se a programas de governo que estimulam a colonização da região. Começou nos anos 1980, com a abertura da rodovia Perimetral Norte que entra na TI Wajãpi, e mantém-se com outras configurações nos dias atuais. A Prefeitura Municipal de Pedra Branca, por exemplo, está expandindo o Assentamento Perimetral Norte para lotes em terras contíguas ao limite leste da TIW. Os assentados desmatam para abrir roças e colocar pasto, e a concentração de recursos de pesca e caça dentro da TI estimula invasões. Por iniciativa do Iepé, agricultores familiares do Assentamento Perimetral Norte e o Conselho de Aldeias Wajãpi Apina vêm se reunindo para tentar acertar termos de convivência. Surgiu como proposta estabelecerem uma faixa de gestão compartilhada para servir de área para recuperação ambiental que também protegerá a Terra Indígena Wajãpi. Secretarias de Meio Ambiente, Inbra e Funai são chamados pelo Iepé para fazerem sua parte, mas até agora cada instituição empurra para a outra a condução do problema.

Criação de uma **Rede de articulação transfronteiriça no Planalto das Guianas**, envolvendo representantes indígenas do Amapá e norte do Pará, do Suriname e da Guiana Francesa. Desde 2008 o Iepé vem promovendo Encontros Transfronteiriços com o propósito de reunir representantes dos diversos povos indígenas que vivem nessa região para que possam conhecer as realidades e identificar os problemas socioambientais que afetam estas populações na faixa transfronteiriça. Com apoio da Fundação Rainforest da Noruega e em parceria com as organizações indígenas desses países, foram realizados quatro encontros transfronteiriços até o momento.

– em 2008, em Macapá, quando se reuniram 60 participantes para identificar os desafios para os povos indígenas da região, discutir estratégias de gestão socioambiental e construir coletivamente um plano de trabalho composto por compromissos comuns em torno da consolidação de uma rede de atores e de propostas de desenvolvimento sustentável para o Planalto das Guianas;

– em 2009, na cidade de Saint-Georges de l’Oyapock (Guiana Francesa), encontro que serviu à consolidação da rede de atores e contou com a participação de mais de 170 pessoas. Neste encontro foram discutidos com maior profundidade temas considerados desafios para as comunidades indígenas da região como exploração mineral e atividades ilegais, agricultura tradicional, caça, pesca e colheita e produção artesanal e gestão de recursos naturais.

– em 2010, em Galibi (Suriname), contando com mais de 100 pessoas se debateu as temáticas: terras Indígenas e gestão socioambiental, problemas sociais nas comunidades indígenas: drogas, uso abusivo de álcool e violência contras as mulheres, línguas indígenas, educação e o futuro dos jovens; e se construiu uma declaração conjunta sobre o problema do garimpo na região.

– em 2011, quando mais de 120 participantes dos três países se reuniram em Oiapoque, Brasil, para debater a questão da representatividade política e governança dos povos indígenas; questões fundiárias e gestão territorial e ambiental; desafios socioambientais no Planalto das Guianas; e gestão do patrimônio cultural e educação intercultural.

Os Encontros Transfronteiriços do Planalto das Guianas contribuem para fortalecer a articulação entre os povos indígenas da região, para que se organizem na superação de desafios comuns. Eles permitem a socialização de informações sobre as realidades desses povos nos três países, sobre as condições atuais das comunidades e os limites que enfrentam para manter sua qualidade de vida e garantir o respeito aos seus direitos enquanto povos diferenciados.



Terceiro Encontro Transfronteiriço do Povos Indígenas do Brasil, Suriname e Guiana Francesa, no Suriname



Folder da Exposição Itinerante Transfronteiriça, Amapá-Suriname-Guiana Francesa



Primeiro Encontro Transfronteiriço, Macapá, AP



Segundo Encontro Transfronteiriço, na Guiana Francesa



Quarto Encontro Transfronteiriço, Oiapoque, AP

Nossa reserva extrativista foi criada pela união dos pescadores e moradores tradicionais, de forma controlada. Fizemos um estatuto sobre o que pode e o que não fazer. Estabelecemos critérios para extração da madeira, caça, pesca, mas infelizmente teve gente lá dentro que teve o pensamento diferente, pensou que só porque são extrativistas podem tirar a quantidade que querem, comercializar de forma errada, e isso fez com que a nossa reserva perdesse seu sentido original. Mas agora tem gente pensando diferente, querem retomar a floresta que foi tomada pelos invasores. Estamos preocupados com a criação de gado que estraga nossa floresta. Nossa reserva é a maior área do município, tem político detonando a organização de nossa comunidade, não apoia, fala mal. E nossa organização ainda está com problemas sérios financeiros. Mas estamos lutando para superar isso tudo.

Morador da Resex Alto Juruá, intercâmbio Acre

Cada um aqui veio de um lugar, com seus problemas diferentes no entorno. Aqui fazemos fiscalização, o fazendeiro está chegando e mata a floresta. Floresta só tem dentro do Xingu, em volta já acabou. Tem barragem que deixa o rio raso. O peixe é nosso alimento e o rio é importante. Tenho raiva de pessoas que constroem barragem. Temos que trabalhar junto, não queremos sofrer, temos nossa associação a AIKAX – Associação Kuikuro Alto Xingu. A luta tem que ser junto com o branco e com papel, pois é assim que funciona no mundo dos brancos.

Sempe Kuikuro (Atix), intercâmbio PIX

Além do problema do intenso desmatamento para os cultivos de soja, um conjunto de pequenas centrais elétricas (PCH) vem sendo abertas no entorno do PIX, sendo que uma já está em funcionamento no rio Culuene que percorre a região de ocupação tradicional dos povos de língua Karib (Kuikuro, Kalapalo, Matipu, Nafukwá e Naruvôtu) na região dos formadores do rio Xingu.

A articulação interinstitucional é um eixo importante do trabalho desenvolvido pela CPI-AC, em que se prioriza a interlocução com as comunidades indígenas e os governos para formular diretrizes de políticas públicas; discutir alocação de recursos em programas públicos; acompanhar e mensurar o impacto político de ações governamentais em Terras Indígenas.

A Gestão Ambiental e Territorial das TIs no Acre exige uma intensa articulação interinstitucional e também articulação com os vizinhos, moradores do entorno das TIs. No trabalho da CPI-AC destaca-se a articulação entre as instituições e profissionais indígenas e não indígenas, com quem a CPI-Acre tem parceria: 13 associações indígenas locais; 2 organizações indígenas de categoria profissional; moradores da Resex Alto Juruá; 2 comunidades do entorno da TI Rio Humaitá (que é uma TI de uso dos isolados); 4 ongs acreanas que atuam em um coletivo no estado do Acre em projetos e em espaços de governança, como o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMACT) e o Conselho de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável (CDR-FS). A CPI-AC, em conjunto com a AMAAIAC, também participa do GT Interinstitucional no Instituto de Mudanças Climáticas do Governo do Acre e na Comissão de Validação e Acompanhamento do Sistema Estadual de Incentivos aos Serviços Ambientais (SISA, instituído pela Lei Estadual 2308) e do Comitê Binacional (fronteira).

Os agentes agroflorestais, formados pela CPI-AC, tem cumprido um papel fundamental na valorização e manejo dos recursos naturais existente nas TIs e em seu entorno. O trabalho que desenvolvem nas TIs é potencializado por meio da AMAAIC, na interlocução com os governos municipais e estadual do Acre. A AMAAIC, em parceria com a CPI-AC, conseguiu que a elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas fossem apoiados e reconhecidos pelo governo do Acre, tornando-se um dos elementos da política pública de gestão ambiental. Face a intensificação da produção agrícola de monocultura de soja e cana de açúcar, bem como da expansão da indústria e do comércio, a valorização da floresta, por parte dos agentes agroflorestais, torna-se, no Acre, um imperativo para a diminuição das desigualdades sociais e para a manutenção da biodiversidade.

Recentemente, a CPI-AC implantou um Observatório da Fronteira, que visa monitorar as iniciativas de infraestrutura e integração binacional na região da fronteira Acre – Ucayali, fomentar a participação social e a sustentabilidade das comunidades indígenas dos dois países, a partir do diálogo, intercâmbio e multiplicação de boas experiências que estas comunidades desenvolvem.

O Centro Yorenka Ætame

Criado em 2006, o Centro Yorenka Ætame foi idealizado por sete irmãos para realizar um sonho do avô, Samuel Piyanko: promover a união de índios e brancos para perpetuar a principal fonte de abastecimento de suas famílias e vizinhos – a floresta viva, em pé. Por meio da realização de cursos, o Centro Yorenka Ætame, construído em uma área de pasto que está sendo totalmente reflorestada, situada na margem oposta da cidade de Marechal Thaumaturgo, promove a troca de saberes índios e não índios, e valoriza a implantação de sistemas agroflorestais e a produção de mel com abelhas nativas como opções mais saudáveis e sustentáveis para a manutenção das comunidades e da floresta. O início dos trabalhos se deu em 2007, com a capacitação de jovens índios e não índios e contou com financiamento de uma empresa voltada para projetos de neutralização de carbono. Índios Ashaninka do Peru, da Comunidade Tamaya, também marcam presença nas capacitações. Os cursistas recebem casa, alimentação, pouquíssimas aulas teóricas e muitas práticas, e ainda podem visitar a aldeia Ashaninka para ver o que já está dando certo: fartura de comida nas casas, crianças saudáveis, cestos cheios de alimentos e caixas de abelhas espalhadas pelos quintais. A criação de abelhas nativas é um dos principais módulos do curso porque elas aumentam a polinização e trazem alimento suplementar à dieta das famílias. Os conhecimentos e a experiência dos índios Ashaninka no manejo sustentável da floresta podem criar uma nova perspectiva para as comunidades não indígenas do entorno do Parque Nacional da Serra do Divisor. Extrativistas da Resex do Alto Juruá, localizados às margens do Rio Amônia, são os principais beneficiários da iniciativa, coordenada por Benki Piyanko (...). O projeto está em sintonia com as atividades da Comissão Pró-Índio que oferece módulos de formação no Centro Yorenka Ætame e os Ashaninka integram suas atividades a essas capacitações. A CPI foi pioneira no trabalho de formação de agentes agroflorestais indígenas e certamente plantou a semente do empreendedorismo entre os Ashaninka.



Visita ao viveiro de mudas no Centro Yorenka Ætame, durante o intercâmbio no Acre

A exploração madeireira

Os Ashaninka conhecem a realidade da extração ilegal de madeira nas áreas que correspondem ao seu território tradicional, que está no Brasil e no Peru. Na tentativa de mobilizar as autoridades competentes dos dois países, e para terem provas registradas, realizaram, em 2011, uma missão de fiscalização na fronteira Brasil-Peru, onde há grande densidade de mogno e cedro. Formaram um grupo com dez Ashaninka da aldeia Apiwtxa no rio Amônia (AC) e cinco da comunidade Soweto do Alto Rio Tamaya, no Peru. O descontrole da atividade madeireira no lado do Peru não é um fato recente. Em 2002, o governo desse país concedeu imensas áreas de floresta a grandes empresas madeireiras. Para piorar, no Peru os Ashaninka ainda estão na luta pela demarcação de suas terras. Autoridades brasileiras e peruanas não se articulam para montar um plano conjunto de fiscalização e sequestrar fazem isso isoladamente. No Brasil, última apreensão do Ibama e da Polícia Federal brasileira na região do rio Amônia aconteceu em 2008. A Funai ficou de colocar um posto de fiscalização nessa linha de fronteira, mas isso não foi feito até hoje.

Uma preocupação nossa é com a água. Então chamamos o ISA pra incentivar o povo branco pra preservar a cabeceira do Xingu. Foi quando surgiu a Campanha 'Y Ikatu Xingu para ensinar os fazendeiros. Temos condições de ir até os fazendeiros, mas precisamos de gente que explique bem os problemas, por isso temos parceria com o ISA.

Winti Suyá (Atix),
intercâmbio Rio Negro

A Campanha foi iniciada pelo ISA em 2004 para atuar na recuperação e proteção das nascentes e cabeceiras do Rio Xingu. Estima-se que já foram desmatados quase seis milhões de hectares de vegetação nativa na Bacia do Rio Xingu em Mato Grosso, o que significa que aproximadamente 33% da cobertura vegetal original já foi suprimida no estado.

Na cidade de Canarana visitamos um reflorestamento em área desmatada. Foi muito interessante. As pessoas do Xingu estão fazendo essa experiência junto com o ISA. Eles conseguiram replantar de novo e fazer a floresta voltar. Esse reflorestamento serve para a área não virar deserto e cuidar das nascentes dos rios. É preciso sombra para as nascentes e para os animais. Sementes e viveiro conseguem ajudar aquele lugar e a mata cresce de novo. Lá, junto com os fazendeiros e o povo indígena do Xingu, existe conversa para cumprir o trabalho e plantar de novo pé de árvore. Isso ajuda a pessoa a respirar de novo. Por que a pessoa pensou muito e muito já foi desmatado e estão conseguindo praticar essa experiência.

Kuripi Wajãpi (Apina),
intercâmbio PIX

concluindo...

Os trabalhos que vêm sendo realizados, pela ATIX e pelo ISA, dentro e fora do Parque do Xingu, bem como pelos Ashaninka na região do Alto Rio Juruá são boas referências para falar de alianças estratégicas para fortalecer as terras indígenas, dentro do contexto de discussão sobre gestão ambiental.

O fato de os Ashaninka estabelecerem uma relação institucionalizada com seus vizinhos extrativistas, por meio de ações concretas de formação em manejo agroflorestal e conscientização socioambiental, permitiu aos Wajãpi redimensionarem seu envolvimento com os moradores da Perimetral Norte, geralmente conflitivo. Iniciativas têm sido realizadas para conscientizar colonos levados à região a partir dos anos 1980 por meio de diálogo e repasse de informações, pelos Wajãpi, sobre seus modos de vida. O trabalho do Iepé voltado à formação de pesquisadores indígenas (que será abordado no capítulo 3) vem ao encontro da iniciativa, porque tem procurado fazer com que os jovens wajãpi tornem-se porta-vozes dos velhos na transmissão de valores da cultura wajãpi. O Iepé vem estimulando a reflexão dos mais jovens a respeito dos saberes e práticas do seu próprio povo quando detectou a ocorrência de conflitos internos, geracionais, resultantes de um sentimento de vergonha de ser “como índio” originado com o convívio mais intenso com os moradores das vilas ao longo da Perimetral e de Macapá. A fronteira mais vulnerável da TI Waiãpi fica a sudeste, onde faz vizinhança com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru; com a Floresta Estadual do Amapá e com a Resex Beija-flor Brilho de Fogo, além dos mencionados assentamentos do Incra na Rodovia Perimetral Norte. A criação de uma faixa de gestão compartilhada vem como proposta dos Wajãpi e do Iepé para viabilizar a proteção da TI e permitir a recuperação ambiental das áreas que já foram derrubadas por roças não indígenas e degradadas por atividade garimpeira. Trata-se de uma difícil negociação porque envolve Incra, MDA e Secretarias de Meio Ambiente das instâncias nível estadual e municipal.

O trabalho do CTI com os Timbira, no Maranhão, também encontrou uma forma de conciliar interesses e necessidades desses índios com o contexto regional mais amplo, marcado pela pressão econômica sobre o cerrado. Assim, junto com a Associação Wyty Catê, o CTI criou a Agroindústria FrutaSã, uma alternativa econômica para os timbira e populações tradicionais que ocupam a mesma porção de cerrado tradicionalmente ocupada pelos Timbira

Numa ordem diversa de impasses trazidos pela convivência próxima e constante de não índios com populações indígenas, há uma situação peculiar ao Alto Rio Negro. Saltou aos olhos dos visitantes da RCA à região, quando saíram de São Gabriel da Cachoeira para Iauaretê, passando por Pari-Cachoeira, e também para a turma que viajou até o alto Içana, a existência de uma infinidade de igrejas na paisagem. André Baniwa, anfitrião da RCA, concorda que a desestruturação cultural imposta pela religião “interferiu na gestão da terra indígena, pois perdemos a forma tradicional de manejarmos nosso território”, mas lembra que isso vem sendo superado aos poucos com o trabalho nas escolas, estruturado em projetos políticos pedagógicos que estão desmontando o modelo educacional religioso. Para André, é a forte presença do exército brasileiro para fiscalizar a região de extensas fronteiras internacionais, o foco de preocupação. Se a presença dos missionários salesianos foi impactante ao longo do século XX, hoje são os batalhões de soldados que merecem atenção. A Foirn criou e entregou oficialmente ao comando do exército um conjunto de regras de convivência entre os soldados e indígenas, mas é praticamente impossível monitorar seu cumprimento. “O problema só não é maior porque de 80 a 90% do contingente é indígena”, anotou Mario Vasconcellos, da delegação do Iepé. Em se tratando de relação de vizinhança com fronteiras internacionais, vale mencionar a atuação do CTI no Vale do Javari. A proximidade com a Colômbia e a fronteira com o Peru, países com legislações ambientais e indigenistas distintas, impôs ao CTI o desafio de atuar na região a partir de uma rede de mobilização conjunta para a adequada gestão de uso do vasto território. Para tanto, o CTI vem incentivando a constituição de redes de comunicação e luta conjunta com povos indígenas que vivem no Brasil e no Peru, e seus aliados, numa tentativa de melhorar as políticas públicas que incidem nessa região de fronteira.

O Iepé enfrenta desafio semelhante no norte do Amapá, região transfronteiriça entre Brasil, Suriname e Guiana Francesa. Nesse contexto, tenta conseguir a articulação dos povos indígenas com outros segmentos sociais e instituições governamentais, em torno da construção de um plano de desenvolvimento sustentável integrado para a região como um todo. As iniciativas em gestão ambiental e territorial, pelo Iepé, firmam-se no norte do estado o Projeto Mosaico de Áreas Protegidas e a Rede transfronteiriça, voltados para articular políticas públicas de interesse comum.



Professores e agentes agroflorestais Kaxinawá, AC



Aldeia Urunai, Parque Indígena do Tumucumaque, PA

Nossos parceiros como ISA são importantes. Sabemos que as ONGs não manipulam os índios como dizem. Sobre a RCA, este espaço é muito importante para o Xingu porque aprendemos muito. Nosso modelo de fiscalização é baseado no modelo Wajãpi de descentralização das aldeias que conhecemos num intercâmbio. Estes momentos são riquíssimos.

Ianukulá Kaiabi Suyá (Atix),
intercâmbio Acre

Se os moradores da Perimetral não cuidarem bem da terra deles não vai ter natureza para eles, e aí eles vão começar a entrar na nossa terra, e a gente vai ter que dizer para eles que não pode, e isso vai causar conflito. Nós podemos convidar a prefeitura para ajudar a trabalhar na conscientização dos moradores das comunidades do Riozinho e Sete Ilhas. Estas duas comunidades não têm mais a floresta em pé, só longe, e estão acabando cada vez com a floresta que sobrou. Por isso nós precisamos fazer muitas reuniões com eles, muitas, não é duas ou três vezes não. Temos que fazer um tipo de formação para eles. Nós professores indígenas Wajãpi temos que conversar nas escolas com eles também. Antes nós tínhamos reuniões também com os alunos das escolas da estrada Perimetral Norte e hoje em dia nós não temos mais. Antes nós tínhamos um projeto chamado Mirakatu para fazer estas reuniões. Mirakatu em Wajãpi quer significar viver em paz. Isso nós deveríamos continuar fazendo.

Viseni Wajãpi (Apina),
intercâmbio Acre

3 alimento



Aldeia Missão Tirió, PA

O Rio Negro caracteriza-se por solos pobres em nutrientes e ácidos, com uma grande área do território arenosa, imprópria para agricultura. Da mesma forma, a acidez das águas negras em rios, igarapés e lagos e com baixo teor de sedimentos e oxigênio dissolvido, configura uma região naturalmente de poucos peixes. Esta escassez se agrava nas regiões de cabeceira, no Alto Rio Negro, devido às cachoeiras e topografia ondulada que, além de ter pouquíssimos lagos grandes e perenes, impedem a existência de grandes espécies.

Mesmo assim, a população indígena vivia e se alimentava desses rios e terras segundo seus calendários ecológicos e regras tradicionais de manejo. Ocorre que, com o contato, somou-se a esses fatores: a) introdução de artes de pesca não tradicionais, como as redes de malha estreita, b) a concentração da população em torno dos centros missionários, promovendo uma considerável mudança nas dinâmicas de pesca e agricultura, c) um conjunto de transformações no regime das águas atribuídas às mudanças climáticas atuais e d) desestruturação dos sistemas cosmológicos de manejo durante o processo de colonização.

Em comparação a outros rios de grande disponibilidade de proteína animal, os afluentes do rio Negro, apelidados outrora de “rios da fome” por seus exploradores, têm pouca caça em suas florestas. Apresenta-se, assim, um grande desafio para aumentar a disponibilidade alimentar.

Com a ajuda de ecólogos e antropólogos, a parceira FOIRN/ISA dedica-se ao constante levantamento sobre o uso, a conservação e a valorização da agrobiodiversidade, desdobrando essas iniciativas em pesquisas sobre as práticas indígenas associadas à estratégias de reprodução do conhecimento e valorização das atividades com vistas a manutenção da qualidade e condição de vida nas comunidades. Projetos em parceria com institutos e pesquisadores renomados nesta temática culminaram, por exemplo, no reconhecimento do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro enquanto Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, pelo Iphan – Ministério da Cultura.

No Parque do Xingu a situação se apresenta a partir do momento em que as 16 etnias ali reunidas aumentam de população e são levadas a otimizar o uso das terras boas para o cultivo e para a produtividade; precisam ainda compreender como se adaptar a um clima que constatam ter os períodos de verão quente e seco prolongado, provavelmente em função do grande desmatamento promovido pelas fazendas vizinhas, para o plantio de pastagem ou soja. Na tradição, a escolha de variedades a serem plantadas nas roças familiares envolve muitas motivações, algumas ainda pouco conhecidas por pesquisadores não índios. No Parque do Xingu, além da preferência pessoal, em função dos usos e características de cada variedade, a escolha parece estar vinculada a aspectos agrônômicos; de identidade étnica (inclusive quanto à origem das famílias de cada aldeia); e de oportunidade (para obtenção e/ou conservação de um material particular). Desse modo, o não cultivo ou o abandono de variedades pode se dar em função de respostas insatisfatórias para algum ou mais desses fatores. O ISA pretende dar atenção a isso, fazendo conexões das mudanças de hábitos com as alterações ecológicas promovidas pelo impacto do desmatamento no Mato Grosso.

No Acre, trata-se de enriquecer a floresta empobrecida de recursos pesqueiros e de fauna, ainda uma marca profunda deixada pela economia da borracha interessada apenas em fazer trabalhar um exército de pessoas – indígenas e não indígenas – para extrair o látex mas proibidas de fazer suas roças para complementar a alimentação que sobre explorou a caça. Essa ocupação da floresta nos dois grandes ciclos da borracha na primeira metade do século XX tolheu os índios do Acre a ocuparem seus territórios de forma usual, que induz o processo de domesticação da floresta com recursos estratégicos para a reprodução sociocultural, bem como não permitiu que o contingente de pessoas trazidas do Nordeste para trabalhar nos seringais tivessem meios de processar conhecimentos locais para manejarem o adverso ambiente da nova moradia. O exemplo de sucesso para superar esses impactos históricos foi demonstrado para os visitantes da RCA com o trabalho dos Ashaninka, no Alto Rio Juruá (AC).

Os viajantes indígenas da RCA que saíram do Amapá, de Roraima e do interior do Maranhão com suas histórias diversas de contato, tiveram com o que se identificar quando ouviram o que motivou cada iniciativa associadas com as questões de segurança alimentar: a piscicultura no Rio Negro, o enriquecimento dos quintais, das florestas e das roças pelo constante plantio de mudas de diferentes espécies que a CPI-AC apregoa há anos e que os Ashaninka implantaram, com aperfeiçoamentos, ao pé da letra; e, no Parque do Xingu, as iniciativas com a agrobiodiversidade pela recuperação e manejo dos solos; pelo resgate e conservação de etnovarietades agrícolas e pela valorização da culinária tradicional.



Beiju secando ao sol em casa da TI Wajãpi, AP



Moquear é uma técnica para assar defumando carnes e peixes, praticada entre a maioria dos índios amazônicos



Preparo de beiju

Comentamos que não temos mais, como no tempo antigo, de ver acabar a caça aqui e daí se mudar pra outro lugar. Agora estamos com uma terra demarcada e temos que cuidar muito bem dela. Não dá agora também para viver só da pesca e caça. Se estamos crescendo e o povo aumentando, temos que arranjar maneira de facilitar a questão alimentar. E o cuidado do território, preservação de animais que estão ficando escassos (...). Na década de 70 chegamos a 150 pessoas, hoje somos 600. Aumentou muito.

Fernando Yawanawa (Opiac),
intercâmbio Rio Negro

Escutamos aqui os Ashaninka falarem que tiveram problemas com caça e pesca na terra deles no passado. Nós passamos por este problema atualmente. Precisamos trabalhar isso nas nossas aldeias.

Jawaruwa Wajãpi (Apina),
intercâmbio Acre

Nós vimos que na aldeia Apiwtxa tem criação de jacaré, tambaqui, tracajá, tartaruga, abelha e tem produção de mel. Para nós Wajãpi, fazer criação de tracajá e tartaruga é muito difícil porque temos que ter acompanhamento técnico o tempo todo para orientar a gente; fazer sozinho nós não vamos conseguir. Criação de jaboti nós deveríamos fazer junto com o técnico, aí nós iríamos conseguir criar jabotis, tracajás. Nós vimos com o Benki que os Ashaninka da aldeia Apiwtxa fizeram um açude para criar tracajá, eles mesmos cavaram a terra porque toda a comunidade se juntou, fizeram mutirão e construíram o açude junto, todo mundo unido, obedecendo as lideranças.

Viseni Wajãpi (Apina),
intercâmbio Acre

Xingu

Trocas de sementes, mudas e saberes sobre alimentação

As trocas foram feitas a partir de um encontro idealizado pelos jovens dessas etnias durante um processo de formação realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA) focado no reconhecimento e na valorização de iniciativas socioambientais locais. “Esse resgate dos alimentos é muito importante, pois quem não tem comida, não tem saúde. Eu quero que todas as comunidades indígenas tenham esses alimentos. Quero chegar em outras aldeias e que tenha comida pra todos”, diz Yaiku Kisêdjê.

A ideia surgiu após uma pesquisa realizada pelo grupo de jovens, na qual foi identificada que as roças estavam ficando pobres, e que muitos recursos haviam sido perdidos em suas comunidades. Parte desse processo, apontam os índios, se deve ao contato com o “branco” e as demandas que passaram a surgir desde então.

“Eu estou plantando, mas não consigo cuidar direito [da roça], porque eu não sei tudo também. E quando a gente está à frente de algum assunto importante para o nosso povo, a gente acaba sendo chamado e não tem tempo para cuidar da roça direito”, aponta Tariaiup Kaiabi.

Durante o encontro, os jovens apresentaram os resultados do levantamento que fizeram sobre a diversidade das roças de suas aldeias, definiram suas responsabilidades e encaminharam estratégias de curto prazo para o processo de resgate, manutenção e da constante reinvenção de suas culturas.

Juntas, as quatro etnias trouxeram mais de 120 produtos para a troca. Entre eles, mandioca, cará, batata-doce, milho, urucum, amendoim, feijão-fava, açafraão, inhame, algodão, abóbora, melancia, banana, cabaça, mamão e abacaxi. Cada grupo saiu satisfeito por ter “recuperado” alguma semente que estava faltando no seu roçado.

Na cozinha foram feitos variados tipos de comida. No cardápio: mingau de macaxeira, jacaré assado, mingau de arroz, caldo de peixe, cará cozido, castanha de caju, suco de mel, mingau de pequi, pequi cozido, pirão de peixe com feijão fava, feijão fava cozido, caju in natura, abacaxi in natura, beiju de polvilho, beiju tradicional do Kawaiwete, mimosek (beiju de massa de mandioca com amendoim assado na folha de bananeira), pimenta.

Foi o começo de uma importante discussão para esses jovens que estão vendo os recursos e conhecimentos indo embora com os velhos, que, segundo eles, são os “cuidadores” das sementes e alimentos. “Quando os velhos vão embora parece que as sementes e plantas vão embora com eles. Parece que quando essas pessoas que cuidavam deles começam a enfraquecer e adoecer, as plantas também vão ficando doentes, junto com os seus cuidadores. As plantas dão o sinal”, conta Chico Kaiabi. “Nas histórias de todos nós, as plantas da roça vieram da ‘pessoa’. Por isso elas também sentem as pessoas”, completa Jepoo’i Kaiabi, lembrando a ligação intrínseca dos alimentos com as histórias da origem de cada povo.

O desafio posto é o de lidar com o tempo do jovem, que precisa aprender o “trabalho de branco” para compreender e ajudar seu povo e ao mesmo tempo aprender e praticar as rotinas da sua cultura. Para cultivar esse resgate, os jovens entenderam que o encontro precisa continuar e ser ampliado aos demais povos do Xingu. Definiram que todos que participaram deste evento deverão levar o que foi plantado e colhido a partir da semente trocada no próximo encontro, como uma comprovação do esforço de cada grupo para a manutenção das espécies compartilhadas. Além disso, viram a importância de discutir o acesso à terra boa para o plantio, os impactos do fogo e as estratégias de prevenção.



Meliponário Kawaiwéte da aldeia Moitará, PIX, MT

A soja

No Xingu, o avanço das plantações de soja, tem trazido diversos problemas às populações que habitam a Terra Indígena Xingu. “Quando saímos de avião da nossa região vimos pela janela o quanto não temos mais mata, o Xingu é apenas uma ilha. E aqui não, vimos que o verde não acaba, um dia o Xingu foi assim”, relatou Winti Kisêdjê. O desmatamento atinge principalmente o rio Xingu, que banha toda a TI. As cabeceiras do rio se encontram fora dos limites do Parque do Xingu: estão entre fazendas e áreas desmatadas, e as consequências são o assoreamento e a poluição das águas. Daí a participação dos povos do Xingu na Campanha Y Ikatu Xingu, organizada pelo Instituto Socioambiental e outras organizações da região, destinada a mobilizar quem vive no entorno do Parque do Xingu, para a preservação das nascentes e matas ciliares do rio.

Na comunidade São Pedro fomos conhecer as atividades de manejo. O galinheiro está começando também. Ainda não tinham muita galinha. Tem muita fruta plantada, um lugar grande de ingá, de urucum, mais ainda que São José, muita fruta mesmo. Ficamos o tempo todo comendo ingá, açai, manga, frutas de fora como araçá-boi. Também tem um tanque de peixe em funcionamento, e eles cavaram mais dois. Tudo em mutirão, cavados na mão. Três mutirões para cavar os dois tanques. Aí depois teve uma festa bem bonita que organizaram pra gente. No dia anterior teve benzimento e canto, pra no dia seguinte poder fazer a festa.

Winti Suyá (Atix),
intercâmbio Rio Negro

Os moradores do Alto Rio Negro comentaram da falta de peixe e caça; eles têm até forma de pescar de noite com lanterna. Coisas muito prejudiciais. Lá na nossa terra tem muito peixe e caça, mas mesmo assim temos preocupação. Algum animal pode ser extinto: jacaré, tracajá, capivara... Mas a gente sentou e fez um único planejamento com todas as comunidades, onde íamos chegar, ia deixar as coisas, ou ia buscar uma forma de fortalecer e fazer voltar como era antes, como deixar de tirar ovos de tracajá para ver o que ia acontecer. O que aconteceu é que hoje você vai no rio Gregório e é uma maravilha. Os animais que estavam extintos voltaram. Eu coloquei para eles (moradores do Alto Rio Negro) que fica mais difícil se todas essas áreas não pensarem um único plano, que pode ter extinção mesmo. Mas eles estão cuidando. Gostei de como eles estão cuidando do peixe... E eles mesmos que estão trabalhando ali. Vejo que aqueles alunos se formam técnicos ali, sabendo mexer com aquilo.

João Yawanawa (Opiac),
intercâmbio Rio Negro

Com relação à criação de quelônios, algumas aldeias do Xingu possuem grande interesse na criação destes animais e foi interessante ver que a implementação das criações de jabuti e tracajá são simples e não requerem técnicas muito especializadas.

Renata de Faria (ISA),
intercâmbio Acre

Rio Negro

A percepção local e de algumas pesquisas acadêmicas indica que na Bacia do Rio Negro, nos últimos tempos, os peixes estão cada vez mais escassos, apesar do bom estado de conservação da floresta, demonstrando uma grande sensibilidade dos frágeis ecossistemas aquáticos locais em relação aos impactos crescentes que foram citados anteriormente.

Durante o processo de demarcação das TIs na região, entre os anos de 1997 e 1998, realizou-se uma pesquisa de opinião junto a mais de duzentas comunidades, identificando três áreas críticas na disponibilidade de peixes no Município de São Gabriel da Cachoeira: Alto Tiquié (Distrito de Pari-Cachoeira), Alto Uaupés (Distrito de Iauareté) e Alto e Médio Içana (Distrito de Tunuí).

Por essa razão, a Foirn, em parceria com o ISA, deu início ao projeto Manejo Sustentável de Recursos Naturais na Terra Indígena do Alto Rio Negro, pioneiro por estabelecer as atividades de Piscicultura e Manejo Agroflorestal na região, no âmbito das ações propostas pelo PRDIS e em parceria direta com as associações de base.

O projeto tinha como objetivo garantir a segurança alimentar das comunidades indígenas a partir da multiplicação de modelos sustentáveis de aproveitamento de recursos agroflorestais e aquáticos, aliando conhecimentos tradicionais e conhecimentos técnicos adaptados. Desta forma, implementando, experiências-piloto em piscicultura e manejo agroflorestal, com atividades complementares de treinamento técnico e capacitação administrativa dos parceiros locais. Este trabalho possui interfaces com atividades de educação, pesquisa, documentação e mapeamento, coordenadas por assessores e lideranças indígenas da Foirn e das associações envolvidas: Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié (Atriart); Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté (Coidi) e Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi).

Com grande mobilização social nas comunidades beneficiárias e muitos dias de wayuris (trabalhos comunitários), foram construídas as Estações de Piscicultura em Caruru, no rio Tiquié (1999), em Iauareté (2002) e na Escola Pamáali (2003). Foram obtidos os primeiros sucessos na propagação artificial dos peixes em um modelo pioneiro e inovador por basear-se na: a) gestão local dos projetos feita pelas respectivas associações de base; b) experimentação de técnicas de reprodução e criação para a domesticação de espécies nativas ainda pouco estudadas, em um ambiente aquático cientificamente pouco conhecido; c) utilização de recursos disponíveis localmente para a engorda em viveiros e d) valorização dos conhecimentos tradicionais de cada região.

Uma vez instaladas e em funcionamento, o desafio das estações era funcionar como centros de experimentação, de capacitação de técnicos indígenas e de produção de alevinos para que a piscicultura pudesse ser desenvolvida pelas famílias em suas regiões. Ao passo que, a assessoria se responsabiliza pela manutenção da pesquisa e desenvolvimento de tecnologia adequada à região, com base em critérios socioculturais e ambientais definidos, mantendo também o acompanhamento da rotina administrativa e produção de materiais de divulgação em português e nas línguas indígenas. Uma avaliação do projeto revela mais uma vez o desafio da sustentabilidade: uma vez que as estações não vendem alevinos para sua manutenção, pois a população indígena não possui recursos para compra, gerando interdependência dos projetos.

Este aprendizado levou a desenvolver, em algumas regiões da bacia, estudos sobre diversidade de espécies, produção da pesca, opinião dos pescadores, planos de manejo dos peixes e recomendações para acordos e termos de conduta entre pescadores indígenas, ribeirinhos, turistas e pescadores comerciais de médio porte. Há mais de 20 mil pescarias registradas em bases de dados, diários de pesquisadores indígenas e entrevistas domiciliares com informações de: pescarias, técnicas de pesca, reprodução de peixes e áreas de uso. O manejo dos peixes e a valorização e estruturação de uma cadeia produtiva da agrobiodiversidade são fundamentais para pensar a sustentabilidade econômica da população indígena nas TIs, considerando também suas crescentes relações com as cidades.



Piscicultura na Estação EIBC-Pamáali, Alto Rio Negro, AM



Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro

O Iphan registrou o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro como Patrimônio Imaterial do Brasil no Livro dos Saberes e Modos de Fazer, reconhecendo a riqueza de saberes e práticas, a diversidade das plantas cultivadas, as redes de circulação das plantas e conhecimentos associados, a segurança alimentar e a sustentabilidade do modo de produzir que permite a conservação da floresta.



Roça de mandioca Tuyuka, Alto Tiquié, AM

O trabalho com a piscicultura foi um trabalho legal, mas para pensar a questão da pesca tem que ser com o conhecimento de algo mais, de como organizar o espaço do rio de acordo com o conhecimento dos povos desses rios. Não é uma coisa de só produzir peixe como objeto que a gente come, é a relação de cada povo com o peixe que precisava ser tratada. Assim, os Tuyuka fomos voltando para o conhecimento dos Yepamasa, dos Tariana, sobre como é que se pesca, como colocar armadilha de peixe (...). Não é a armadilha a responsável pela diminuição do peixe; implica ter que saber onde põe, onde que o peixe vai passar, mas não matar todos; e assim se consegue o peixe para comer; isso é o que está na ideia da armadilha. Depois vem o debate sobre as novas técnicas, com perguntas. “Será que isso atrapalha na hora de pescar?” Eu fiquei pensando se piscicultura seria o caminho para resolver o problema, ou apenas um pouco importante, porque tem muito mais a percorrer para organizar o território.

Higino Tenório Tuyuka, (Foirn),
intercâmbio Rio Negro

Na comunidade Serra de Mucura (Baixo Rio Tiquié) a conversa com eles é que não têm criação de peixe, mas estão fazendo manejo de peixe no rio. Colocaram placas em alguns igarapés pro pessoal respeitar. Trabalham com o calendário de piracema dos peixes, para evitar do pessoal pegar e bater timbó na época das piracemas, cuidando pra continuar tendo peixe no rio. Não criam, mas cuidam.

Relatório ISA,
intercâmbio Rio Negro

Trabalhar com piscicultura não é uma alternativa unânime no Alto Rio Negro, e o fato de o ISA ter enfrentado o desafio de responder à demanda de algumas comunidades ajudou a desmistificar essa técnica como a tábua salvadora para a falta de proteína na região. Os depoimentos demonstram que apenas alguns locais levam adiante o trabalho, ainda assim com muito acompanhamento de técnicos levados pelo ISA, como o caso da Estação de Caruru Cachoeira. Na Escola Pamaali, dos Baniwa no alto rio Içana, o sistema de monitoramento dos tanques e reprodução dos peixes é controlado por alunos, ou seja, a execução do trabalho está associada à formação. As visitas que o intercâmbio no Rio Negro promoveu foram proveitosas no sentido de demonstrar para os visitantes que o trabalho é muito difícil e exige muita disciplina. O depoimento de Higino sustenta o argumento de quem optou, no Rio Negro mesmo, por prestar mais atenção nas técnicas tradicionais de pesca, retomando o uso das armadilhas com mais critério. Essa conduta também não foi uma resposta automática e pressupôs mobilizar famílias em torno de muita pesquisa específica sobre os saberes e a relação dos rionegrinos com os peixes, trabalho conduzido por André Martini, antropólogo contratado pelo ISA.

Amapá

O Apina e o Iepé vêm, nos últimos anos, realizando uma série de atividades com o objetivo de enfrentar o desafio dos Wajãpi viverem numa terra demarcada, com limites definidos, mantendo qualidade de vida face às inúmeras transformações do seu dia-a-dia advindas do contato, cada vez mais intenso. O assalariamento, o consumo cada vez maior de alimentos industrializados, a concentração de aldeias em torno de postos de assistência, o aumento do tamanho das roças, o uso de agrotóxicos e a desvalorização dos conhecimentos tradicionais são algumas das questões que se tem procurado enfrentar. Integraram essas atividades, dois projetos desenvolvidos em parceria por ambas instituições. Entre 2004 e 2005, o Apina desenvolveu o projeto “Apoio ao Movimento de descentralização das Aldeias Wajãpi”, que contou com apoio do Programa Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) do Ministério do Meio Ambiente (MMA). E entre 2006 e 2007, o Iepé desenvolveu entre os Wajãpi o projeto “Fortalecimento Cultural e Sustentabilidade na Produção e Consumo de Alimentos dos Wajãpi do Amapari (AP)”, com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ambos os projetos permitiram realizar um conjunto de discussões coletivas, envolvendo homens e mulheres de diferentes idades e aldeias, na tentativa de debaterem problemas crescentes em suas comunidades e em seus modos de vida, trocar experiências e valorizar conhecimentos e práticas tradicionais. Mudanças no modo de vida geralmente levam a mudanças na forma de se alimentar, e mudanças na alimentação de populações tradicionais muitas vezes trazem problemas de saúde. Promover a segurança alimentar por meio do fortalecimento das práticas e conhecimentos tradicionais relacionados à produção e ao consumo de alimentos tem sido uma meta dessas iniciativas.

Mulheres wajãpi, de diferentes idades, trocaram informações e escreveram sobre seus conhecimento e práticas relacionados a alimentação. Perceberam que o hábito alimentar de um povo está ligado com todo o modo de vida daquele povo: com seu jeito de ocupar a terra, de organizar as relações entre as pessoas e até de pensar sobre a origem do mundo e de todas as coisas. Os processos de reflexão, levantamento e sistematização dos próprios saberes, propiciaram às mulheres wajãpi um redimensionamento do discurso depreciativo dos não-índios acerca dos alimentos e das formas de se alimentarem dos Wajãpi e uma percepção da riqueza da diversidade alimentar, traduzida por uma extensa lista de alimentos wajãpi, classificados a partir dos domínios aos quais pertencem. A discussão acerca da diversidade alimentar wajãpi permitiram uma reflexão também sobre o processo de descentralização das aldeias na Terra Indígena Wajãpi e os impactos para a saúde. Vários alimentos listados só existem e são consumidos nas aldeias dos limites da Terra Indígena, enquanto que nas aldeias próximas à estrada Perimetral Norte cada vez mais se intensifica o consumo de alimentos industrializados. O debate sobre as mudanças nos padrões alimentares wajãpi e a relação entre alimentação e saúde alertou as mulheres para o perigo do processo de dependência do mundo dos não-índios – ou seja, para um jeito de viver não sustentável – e para uma conseqüente piora na situação de saúde do grupo, devido ao aparecimento de doenças relacionadas à alimentação, tais como: obesidade, colesterol alto, diabetes, etc.



Mulher Wajãpi na roça, AP

Yanomami

São diversos os ambientes ecológicos e as situações sociais presentes nos 9 milhões de hectares da TI Yanomami. Ainda que os 19 mil Yanomami que vivem no Brasil apresentem uma homogeneidade cultural notável e estejam guiados por um mesmo substrato cultural, possuem diferentes histórias de contato e formas de relação com o mundo, o que acaba se refletindo em concepções particulares do que é e do que não é alimento. Certas espécies de anelídeos, por exemplo, utilizados na alimentação de alguns grupos Yanomami causam repulsa a outros grupos.

Os Yanomami são tradicionalmente caçadores e coletores que praticam a agricultura de coivara. Apesar de 75% de suas necessidades energéticas serem supridas por produtos da roça, a caça e a coleta representam 55% do total de atividades direcionadas para o suprimento proteico de sua dieta. No entanto, a alimentação Yanomami vem se modificando ao longo de sua história, assim como outros aspectos de sua vida. Em um passado relativamente recente, há cerca de 150 a 200 anos, os grupos Yanomami habitavam a Serra do Parima, uma região pequena se comparada ao território atual, localizada entre os Rios Parima (Brasil) e o Orinoquito e Ocamo (Venezuela). Dois processos complementares resultaram na ocupação do território atual: a aquisição de ferramentas de metal e de novos cultivares, principalmente banana e mandioca, que permitiram um aumento na taxa de crescimento da população; e o outro processo foi o desaparecimento dos grupos de família linguística Caribe e Aruaque, que habitavam o entorno da Serra do Parima (as terras baixas), deixando um vazio demográfico que aos poucos foi sendo habitado pelos Yanomami.



Beiju secando ao sol na aldeia Yanomami do Demini, RR

Na comunidade de São José do Içana eles também têm um viveiro. A gente reparou, eu vi nas casas várias panelinhas. Vi que o pessoal juntava semente para depois plantar, semente das frutas que comiam guardadas nas panelinhas.

Winti Suyá (Atix),
intercâmbio Rio Negro

Na aldeia São José do Içana mostraram como eles plantam milho, deixando o buraco aberto e só; deixam aberto mesmo! E já está brotando.

Maurice Nilson (CCPY),
intercâmbio Rio Negro

Para os trabalhos no PIX e na TI Panará, foram especialmente interessantes as trocas de experiências sobre piscicultura, onde ficaram evidentes as dificuldades para que sejam obtidos resultados positivos: exigência de muita qualificação e disponibilidade de tempo para a reprodução em cativeiro; necessidade de complementar a alimentação com ração comprada na cidade; necessidade de recursos financeiros para a compra dos alevinos e da ração; possibilidade de contaminação dos rios ou de invasão destes pelos peixes do cativeiro quando os açudes transbordam e a diferença no sabor dos peixes criados em cativeiro.

Renata de Faria (ISA),
intercâmbio Acre

Em apenas dois anos de proibição da pesca (prática de manejo acordado entre os Ashaninka) eles conseguiram o aumento perceptível da quantidade de peixes nos rios. Os Ashaninka ensinaram as pessoas a guardarem e plantarem as sementes, cuidando do seu crescimento. Benki enfatizou que as pessoas cuidam mais das árvores quando fazem o processo todo – produzir a muda e plantar – do que quando recebem as mudas prontas. No caso do Centro Yorenka Ætame, elas são produzidas em viveiros naturais, sob a copa de árvores.

Renata de Faria (ISA),
intercâmbio Acre

A ocupação de novas áreas trouxe outras espécies para o cardápio dos grupos Yanomami que mais se afastaram da Serra do Paríma, em direção às planícies da região. Ao mesmo tempo em que novos alimentos foram sendo descobertos, outros deixaram de ser consumidos por existir somente em regiões mais altas. É o caso de uma espécie de lagarta, chamada na língua yanomama, falada nas terras baixas, de wakanariak ou wakanania na língua sanumá, habitantes das terras altas. A importância dessa lagarta na alimentação dos Yanomami faz com que a sua existência permaneça na memória mesmo daqueles grupos que não mais podem encontrá-las por terem se mudado de ambiente ecológico.

Após o momento de expansão do seu território, os últimos 30 anos reservaram mudanças drásticas em diversos aspectos da vida da maioria dos grupos Yanomami, consequência principalmente da invasão garimpeira na década de 1980 e do subsequente caos sanitário. Duas modificações notáveis podem ser observadas atualmente, sem que os impactos tenham sido mensurados a contento. O primeiro é a introdução de alimentos industrializados, principalmente nas poucas regiões com acesso a cidades por via fluvial ou terrestre. Além da interferência nas formas tradicionais de produção de alimentos, problemas de saúde diretamente relacionados ao uso abusivo de sal e açúcar já são preocupantes. Diabetes, pressão alta e complicações renais já são realidade. O outro está relacionado à mudanças no modo de ocupação do território: após o contato, principalmente naquelas regiões em que o garimpo teve impacto significativo na saúde dos Yanomami, a concentração demográfica ao redor de postos de atendimento à saúde aumentou e a mobilidade territorial diminuiu. A sociedade Yanomami permanece baseada na mobilidade e na dependência dos recursos da floresta, seja da caça ou da coleta, mas esse quadro começa a ter como resultado sinais de esgotamento dos recursos ambientais de forma pontual, principalmente nas regiões onde a concentração demográfica é grande. As regiões mais densamente povoadas da TI Yanomami, a oeste e noroeste da TI (onde estão oito dos 37 polo base de saúde), somam aproximadamente 8mil pessoas, quase metade da população da TI Yanomami. Essas regiões são de serras que atingem até 1.200m de altitude e começam a dar sinais de esgotamento de alguns recursos ambientais.

Para planejar atividades de longo prazo nessas regiões, o ISA realizou pesquisas de campo que resultaram na realização de diagnósticos socioambientais das regiões de Awaris e Surucucus. Na primeira, a CCPY e depois o ISA, realizam atividades de gestão territorial desde 2007. Aí, o tema da falta de alimentação é uma constante nos discursos e nas queixas dos Yanomami da região alta, os Sanumá, sobre a falta de caça e de peixes de médio ou grande porte, o que vem sendo corroborado pelos relatórios de desnutrição do DSEI Yanomami que apontam a região como a de maior índice de desnutrição da TI.

Buscando aprofundar o conhecimento sobre a ocupação do território e também sobre a alimentação, foi iniciada uma pesquisa, em conjunto com professores Sanumá, que tem como objeto a relação que eles têm com todas as espécies que são usadas na alimentação. A história recente dos grupos Sanumá, registrada no âmbito dessa pesquisa, mostrou que pelo menos as quatro últimas gerações anteriores à ocupação definitiva da região de Awaris na década de 1960 viveram entre guerras e migrações, e nesse processo estabeleceram a fronteira mais ao norte de todo o território Yanomami. Essas constantes migrações, que se iniciaram muito próximas à região de origem dos Yanomami, fizeram com que em poucas gerações grupos vivessem em diversos ambientes ecológicos, adaptando-se e acumulando informações sobre múltiplas espécies de animais, vegetais e fungos que podem ser usados na alimentação. Na pesquisa são abordados conhecimentos ecológicos, concepções cosmológicas de surgimento das espécies, tabus relacionados, formas de preparo culinário, mitologia e mais uma série de aspectos que tenta fazer justiça ao conhecimento global e aprofundado que tem se desvendado na medida do desenrolar da pesquisa. Os pesquisadores Sanumá estão sendo formados durante o processo de pesquisa com objetivo de conseguir dialogar com o mundo não-indígena, ou seja, a formação busca além de documentar em detalhes o saber Yanomami, também formar pesquisadores que possam dialogar com o conhecimento científico não-indígena e buscar soluções culturalmente viáveis para projetos que visem pensar a gestão da TI Yanomami. Para isso estão aprendendo como manejar computadores, internet e aprendendo também como os pesquisadores não indígenas procedem, além de terem contato com pesquisas já realizadas sobre os Yanomami.



Lagarta wakanania consumida pelos Yanomami, RR

Projeto de gestão territorial

No âmbito do Projeto de Gestão Territorial tem se realizado ações que visam garantir a segurança alimentar das comunidades Sanumá. São três eixos principais de ação: a criação de peixes; o adensamento agroflorestal de roças, com introdução de espécies e práticas de manejo mais propícias ao uso do solo de acordo com a menor mobilidade apresentada atualmente; e, finalmente, o apoio à mobilidade, ofertando ferramentas e utensílios que auxiliam no processo de mudança e articulando instituições governamentais para garantir a continuidade dos serviços básicos de atendimento à saúde depois da mudança de uma comunidade.

Na nossa terra Yanomami em alguns lugares tem invasão de garimpeiro e fazendeiro, tem falta de caça e de peixe. Mas na região onde eu moro, no Toototopi, nós não temos este problema. A única coisa que a gente queria aprender era tirar mel sem derrubar a árvore. Por isso, nós fizemos um projeto para o PDPI onde aprendemos a criar abelha perto da aldeia e produzir mel para a comunidade.

Rogel Yanomami (Hutukara),
intercâmbio Acre

Nós indígenas, desde a nossa origem, sabemos preservar e conservar nossos recursos naturais. Minha terra indígena do Rio Jordão tem 607 mil hectares, duas mil pessoas e 22 aldeias. Nós temos duas organizações, a OPIAC e a AMAIAC. Trabalhamos juntos pela preservação da floresta e valorização cultural. Hoje em dia cuidamos de mata ciliar, cuidamos do lixo e deixamos nosso ambiente limpo. Temos regimento para não jogar lixo, como pilha e celular, dentro das aldeias. Fazemos reflorestamento da capoeira. Não só é o professor e o agente agroflorestal que trabalham não, todo mundo, toda comunidade trabalha nas aldeias. Além disso, temos assessoria através da AMAIAC que monitora nosso trabalho nas aldeias. Tem reservas no entorno mas os moradores já estão entendendo nosso trabalho, quando fazemos reunião convidamos eles para participarem. Pensamos nas próximas gerações que precisam aprender isso e garantir terra para eles viverem bem. É bom trocar experiência com quem já vai lutando há muito tempo, e por isso estou gostando muito deste intercâmbio.

Tadeu Mateus Kaxinawa (Opiac),
intercâmbio Acre

concluindo...

A maioria dos participantes relatou as diversas ações de manejo de recursos naturais nas terras indígenas, voltadas à segurança alimentar, com pouca ênfase na finalidade da geração de renda. As atividades mais mencionadas por todos são: apicultura e ou meliponicultura; manejo de recursos para artesanato; piscicultura; diagnóstico de caça; criação de animais silvestres e domésticos (criação e manejo de quelônios e avicultura, respectivamente); sistemas agroflorestais; recuperação de áreas degradadas; comercialização de sementes florestais; produção de mudas de frutíferas.

A complexa atividade de piscicultura desenvolvida pelo ISA no Alto Rio Negro colheu depoimentos dos visitantes que esprelharam o posicionamento dos próprios rionegrinos: de um lado; a admiração pelo trabalho e sua complexidade e, do outro, a consciência de que embora necessária a reprodução dos peixes é preciso manter seus métodos tradicionais de pesca, com novas táticas de proteção, como o manejo dos locais de pesca. Um relato de Higino Tuyuka anotado no relatório do Iepé sobre a visita na região do Tiquié, é exemplar: “A gente conversou muito com André que é consultor do ISA contratado para repensar a piscicultura. Primeiro pensaram que faltava peixe. ‘Vamos colocar peixe’, dissemos. Mas pensamos isso mais na nossa lógica, coisa de matemática nossa, do pensamento da gente mesmo. Ouvimos muito também o Armindo, administrador do trabalho da piscicultura, com muita sapiência sobre a técnica para fertilização acontecer, para aumentar a busca dos peixes nativos. E num dado momento a gente fica tentando convencer o jovem a participar do projeto, mas eles não querem, eles querem pescar”.

A equipe do Xingu anotou o caso da comunidade Serra da Mucura, no baixo rio Tiquié, que optou por não criar, mas fazer manejo de peixe, por tratar-se de região com lagos. Colocaram placas em alguns igarapés para os pescadores respeitarem o calendário de piracema, evitando inclusive o uso do timbó nessa época. Ou sejam, não criam peixes, mas cuidam para que não acabem. O relatório da equipe do Iepé, observou, em relação à piscicultura, que diante da demanda alimentar da comunidade, a atividade é paliativa, uma segurança no caso de uma emergência, um complemento. Essa constatação é reiterada por André Baniwa, que anfitriou a comitiva da RCA em São Gabriel da Cachoeira, muito impressionada com o que viu em Iauaretê, uma cidade indígena. Diz ele: “Em Iauaretê algumas pessoas começaram a abrir seus açudes particulares. Como lá a população é muito grande, precisa de sustentabilidade, o povo precisa de muita subsistência, tem que ter. Tem que ter mercado também, senão não consegue viver com aquele movimento que tem lá. Não dá pra viver como era antes, por isso mudaram um pouco a sobrevivência, para o povoado, morar ali em conjunto; se não fizessem isso ali o pessoal ia acabar aqui para a cidade, desempregado. Eles estão construindo as coisas sim, por conta própria, pensamentos próprios (...)”.

No PIX, os moradores das aldeias visitadas puderam passar a mensagem de que estão preocupados com o futuro de suas roças, o que se refletiu, meses depois da passagem da comitiva da RCA no Parque, em uma reunião que juntou os Yudja, os Kawaiwete, os Ikpeng e os Kisêdjê para uma longa conversa sobre cuidados com a terra e manutenção das roças. A tentativa dos xinguanos, agora, é poderem manter uma dinâmica de troca de sementes, de ensinar e aprender o manuseio de novas espécies, plantar e comer prioritariamente produtos das roças e não comprados nas cidades.

Quanto aos visitantes, a equipe do ISA destacou como interesse particular, os diagnósticos de caça realizados pelos pesquisadores Wajãpi (com o Iepé) e o realizado pelos Yanomami (com o ISA), para ser replicado com os Panará; e a restrição, nas TIs do Acre, do número de cachorros para caça, como bom exemplo para o PIX.

Os Tiriyó se identificaram com a problemática apontada pela questão das aldeias muito grandes, como é a que se formou em torno da Missão Tiriyó, onde as roças ficam muito distantes e recursos de caça e pesca praticamente não existe mais. Relatam que há aldeias em que a capoeira não cresce mais porque foram dominadas pelo capim. A pesca também já está difícil nessas aldeias. Em uma publicação feita pelos professores tiriyó e kaxuyana, de 2011, eles expressam a vontade de “começar a criação de peixes e caça e plantio de palmeiras como açaí, bacaba, taperebá, buriti, patauá, pupunha, injá, coco, e também cupuaçu, cacau, caju, pequiá e outras plantas frutíferas”. Não seria injusto insinuar que essa vontade pode ter se inspirado nos relatos dos viajantes da RCA, ao verem o trabalho dos Ashaninka, no Acre.



Visita às plantações e viveiros no Centro de Formação dos Povos da Floresta, AC

A cultura (no Alto Xingu) é diferente. Não comem caça. Só comem peixe, isso é muito diferente.

Jakyri Wajãpi (Apina),
no intercâmbio no Acre

É estranho faltar farinha. Também não gostamos do pequi.

Sedrick e Marinelson Karipuna (Iepé),
intercâmbio PIX

Segundo Benki Pianko Ashaninka, antigamente havia pouca fruta e saía até briga por este recurso. Hoje, a abundância é tanta que não existem mais os donos das árvores. Ensinares também as pessoas a guardarem e plantarem as sementes, cuidando do crescimento. Ele enfatizou que as pessoas cuidam mais das árvores quando fazem o processo todo do que quando recebem as mudas prontas.

Renata de Faria (ISA),
intercâmbio Acre

4 formação



Maloca Tuyuka da aldeia São Pedro, alto Rio Tiquié, AM

Não seria exagero afirmar que foi por intermédio do trabalho com educação indígena que a articulação dos atuais membros da RCA se configurou (essa afirmação não ignora o peso fundamental da discussão sobre direitos indígenas como fator aglutinador do movimento indígena com a sociedade civil mobilizada em torno do reconhecimento da existência de muito mais povos do que os oficialmente listados e a luta pelos seus direitos civis e territoriais, nos anos 1980). Enquanto lideranças indígenas de peso brigavam com seus aliados em Brasília para abrir espaço a essas questões estruturais, um trabalho de formiga se configurava dentro das escolas de aldeias indígenas, onde ONGs como a CPI-AC e o CTI e mais tarde a CCPY e o ISA se associavam a pesquisadores e professores universitários para compor um modelo de educação escolar alternativo ao modelo padrão, não indígena. Um dos desdobramentos foi a formação de jovens indígenas para assumirem funções relevantes para a autonomia dos seus grupos em face de serviços estratégicos para a sustentabilidade das terras em que moram. As organizações indigenistas de apoio trabalharam na direção de formar professores, agentes de saúde e agentes agroflorestais ou ambientais – para citar as ocupações mais usuais – como resposta a demandas das lideranças mais velhas que, com as mesmas ONGs parceiras, haviam lutado pela defesa de direitos civis e territoriais.

Os primeiros caminhos foram explícitos: desfazer a hegemonia da ideologia integracionista das missões religiosas no ensino escolar das aldeias, endossada pela Funai. Construindo, participativamente, modelos que também ofereciam técnicas para o domínio da escrita e da leitura entre os índios, valorizando a língua materna, essas ONGs teceram uma relação de confiança com as lideranças. O fato é que a escola foi sempre o lugar destinado a veicular o conhecimento dos brancos aos índios. Se os fóruns de discussão eram inúmeros, foi a CPI-AC quem criou um conceito à prática de trabalho – as escolas de autoria, onde alunos se tornariam agentes da construção dos conteúdos veiculados em sala de aula, com auxílio de seus professores que eram formados em processo, isto é, exercendo seu ofício em sala de aula. Esses, por sua vez, eram assessorados por não índios, a maior parte professores universitários com projetos de pesquisa nas terras indígenas envolvidas nesse tipo de trabalho, ou simplesmente militantes das ONGs engajadas em atuar com as lideranças locais para a demarcação das terras indígenas. Atuar com educação indígena catalisou pesquisas linguísticas, a elaboração de dicionários e gramáticas instrumentais, a demanda por pesquisa etnomatemática e, o mais importante, a arregimentação de quadros e aliados externos para colocar essa pauta nas instâncias de Estado. A CPI-AC serviu como referência conceitual e atestou que seu modelo (que atinge sólidos 30 anos) foi bom para inspirar e amparar a formação de professores, como fez o ISA no Parque do Xingu durante 15 anos desde a década de 1990. No Alto Rio Negro, no entanto, o ISA respeitou o anseio de demolição da centralidade da escola no cotidiano das diversas etnias da região e, por isso, durante muitos anos a educação escolar indígena não era pauta principal de sua interlocução com a Foim. As escolas Pamáali, Tariana e Utapinopona foram se estabelecendo nessa discussão e apresentando caminhos que respondiam às orientações traçadas pelos Baniwa, pelos Tariana e pelos Tuyuka, respectivamente, cada proposta diferindo bastante uma da outra, demandando assessorias especializadas e parcerias financeiras para viabilizar o compromisso da Foim com esses pleitos. As experiências educacionais desenvolvidas pela CCPY e agora assumidas pelo ISA/CCPY também seguem um caminho particular, cuja origem resulta de maior imersão da reflexão antropológica no processo de relacionamento dos Yanomami com os não índios. O programa parte do conceito de etnografia simétrica, proposta pelo antropólogo Bruce Albert, que demanda a compreensão de duas vias das duas sociedades postas em contato. A escola yanomami não ensina “cultura indígena”, mas os elementos e concepções da cultura yanomami (personagens, concepção do mundo) necessariamente apareçam, sobretudo nos passos iniciais do trabalho dos professores. Conforme uma turma se alfabetiza e conquista proficiência na língua escrita, novos conteúdos se somam, tratados de forma comparativa, para que seja compreendida a sociedade dos não Yanomami.

Nessa publicação o tema “formação” vem associado à escolarização pois é trabalhando pela qualidade do ensino na escola das aldeias que os integrantes da RCA vêm conseguindo preparar pessoas indígenas para se tornarem professores, agentes ambientais, agentes de saúde e assim por diante. Para que sejam alcançados resultados favoráveis e que se estabeleçam políticas públicas que os endossem, a escola indígena catalisa discussões sobre o futuro das comunidades onde ela está implantada. Assim vêm se conformando os projetos político-pedagógicos de acordo com o tempo e as expectativas dos alunos e comunidades, nem sempre compatíveis com o ritmo paralisante das políticas públicas que geralmente colocam muita discussão e conquistas a perder.

Acre

Não importa se é professor, agente de saúde ou agente agroflorestal: é na escola que se constrói o diálogo para a aprendizagem. A formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre representa a continuidade e a renovação de uma longa e pioneira trajetória de formação de professores indígenas levado a cabo pela CPI-AC ao longo dos últimos 30 anos. Tentando se atualizar de acordo com a agenda do movimento indígena e com a lógica dos financiamentos, a formação desses agentes vem sendo feita em parceria com diversas agências governamentais, universidades e entidades da sociedade civil. Tem como objetivo apoiar e a assessorar parte da população indígena do Acre e algumas de suas organizações em relação às terras indígenas, parte delas já identificadas e demarcadas, para que possam ocupá-las e gerenciá-las, de forma sustentável, segundo seus modelos produtivos, suas redes sociais, sua ideia de territorialidade e seus projetos de presente e futuro.

O trabalho educacional da CPI-AC privilegia integrar a construção do currículo com o processo cotidiano de ensino-aprendizagem. Os agentes agroflorestais, com suas comunidades e assessores, estão envolvidos na investigação e organização do currículo, por meio dos procedimentos de registro (como os relatórios e diários), o planejamento e a avaliação do trabalho realizado nos cursos e nas aldeias.

Cada sociedade indígena é uma totalidade diferenciada e particular e o presente e o futuro delas depende da sua capacidade de dar continuidade, atualizar e reordenar seu modo de vida. A continuidade se relaciona com as formas escolhidas para a ocupação e o uso dos recursos naturais dos territórios, considerando as condições atuais de convivência com outros grupos sociais e das pressões exercidas pelo entorno e pela sociedade envolvente. A formação em gestão territorial e ambiental dos agentes optou por tomar como referência a história de trabalho da CPI-AC na formação de professores, organizando a aprimorando seu enfoque sobre “currículo”:

- 1– o currículo como esquema ou projeto de ensino: o que se pode e se deve fazer. Em outras palavras, um modelo de planejamento, baseado na reflexão sobre os passos a dar, a previsão de seus efeitos e a organização funcional de todo processo como um conjunto integrado;
- 2– o currículo como esquema de análise sobre o que se está fazendo, ou o que se fez ao longo de um processo, de uma trajetória. Ou seja, um modelo de investigação.

De 2000 a 2007, os agentes agroflorestais, junto com a equipe de assessores e consultores da CPI-AC, produziram e investigaram os documentos do projeto – especialmente os relatórios dos cursos e das oficinas e das viagens de assessoria – e debateram e elaboraram a versão final do texto do currículo-planejamento. Ele contém os princípios gerais, os rumos e os desafios que vêm orientando o Setor de Agricultura e Meio Ambiente da CPI-AC junto à Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre, AMAAI-AC, na formação dos atuais e futuros agentes. O produto resulta de esforços centrados nos cursos intensivos no Centro Formação da CPI-AC em Rio Branco, nas oficinas itinerantes nas terras indígenas, nas assessorias aos agentes agroflorestais nas suas aldeias, nas numerosas reuniões, fóruns, seminários e viagens de intercâmbios promovidos junto à RCA.

Entendido desta forma, o trabalho de formulação pedagógica curricular é uma resposta política e institucional aos anseios e expectativas dos próprios agentes e da equipe docente e assessores, de terem regularizado o longo processo de formação frente ao restante da sociedade brasileira, uma vez reconhecida a natureza simultaneamente diferenciada e interativa dessa escolaridade particular. Trata-se, pois, de um texto-memória de uma história de trabalho, a partir de olhares de variados atores educacionais, entre eles, os estudantes e os formadores de instituições de ensino; estes formularam, nem sempre de forma uniforme e homogênea, as áreas de estudo que integraram a formação: por exemplo, a agrofloresta e a ecologia, a biologia, a geografia, a matemática, a história, etc. Recupera-se o fio histórico desta construção, resgatando os dados registrados pelos formadores e estudantes em forma de relatórios dos cursos, oficinas, assessorias, desde 1996, relidos analiticamente.



Produção coletiva de mapas pelos Agentes Agroflorestais Indígenas, AC



Tecelã Kaxinawá, AC

Na década de 1970 não tínhamos uma escola indígena. Em 1975 tínhamos escola que era dos missionários, e em 1978 eu já estava nessa escola. Depois, vimos que não dava certo ter missionários dentro da terra indígena. Foi quando houve um apoio da Funai para tirar os missionários. O Fernando foi o primeiro professor Yawanawa. E assim foi evoluindo cada vez mais, formando vários alunos com as regras do estado do Acre, não era escola diferenciada. Nessas regras é que fiquei sem estudo e continuei sem estudo, até que num certo período fizemos uma parceria com a Secretaria Estadual de Educação para envolver mais professores com formação. Até que fui convidado para trabalhar como professor, mas eu só tinha até a 5ª série. Não tínhamos acesso para conversar dentro da Secretaria de Educação do estado, então era uma educação que estávamos fazendo por conta própria. Desde esse momento já pensávamos diferente, de ter uma educação diferente para o nosso povo. O governo não apoiava as causas indígenas, mas depois Jorge Viana foi eleito e a coisa mudou. E fomos conhecendo um mundo diferente, o que é uma escola dentro de uma terra indígena. A assessoria era da CPI-AC, com apoio do pessoal do governo e depois recebemos uma equipe na nossa comunidade fazendo uma oficina para montar um PPP de 1ª a 4ª série. A Opiac foi conscientizando os povos indígenas para entenderem o que é educação escolar indígena diferenciada. Conhecemos as leis que apoiam a educação escolar indígena, e nos perguntamos: Como trabalhar essa escola diferenciada? É com PPP? É com calendário?

João Yawanawa (Opiac),
intercâmbio Rio Negro

O relato do professor João resume em poucas linhas uma trajetória que durou bons 20 anos de luta, introduzida pela CPI-AC idos de 1980, para dar corpo e voz aos índios do estado do Acre. A importância que a Opiac atribuiu ao Estado colocando em segundo plano o papel da CPI-AC, revela o próprio teor da luta – comprometer o poder público acreano com a escola indígena estruturada por professores índios. Jorge Viana, eleito prefeito de Rio Branco (1992) e depois governador por dois turnos seguidos (1998 a 2005) admite que o conceito de “florestania” (floresta sustentável com cidadania para seus ocupantes) respondeu aos anseios dos movimentos sociais. Até os dias atuais, em que pese a diferença do Acre em relação aos demais estados amazônicos, a Opiac e a CPI-AC não podem baixar a guarda, sob o risco de enfrentarem os mesmos impasses que seus parceiros da RCA enfrentam em seus estados.

Tal história de trabalho também se conecta a outras propostas curriculares elaboradas pelo Setor de Educação da CPI-AC, apresentadas à Secretaria de Estado de Educação do Acre. Estas se destinaram a regulamentar os estudos das crianças, jovens e adultos que cursam o 1º segmento de Ensino Fundamental nas Escolas Indígenas e de seus professores, que recebem a Formação de Magistério Indígena Bilíngüe Intercultural de nível médio, desde 1983. Em dois momentos da década de noventa, 1993 e 1998, o Conselho Estadual de Educação do Acre, aprovou com entusiasmo as citadas propostas. E, motivado por tais iniciativas, ainda incomuns no Brasil, e seu importante impacto no âmbito regional e nacional, o Ministério de Educação atribuiu a consultores e assessores da Comissão Pró-Índio do Acre e outras ONGs, a responsabilidade de coordenar a elaboração de dois dos documentos diretores da nova política educacional: Referenciais Curriculares Nacionais para Escolas Indígenas (1998) e o Referencial Nacional para a Formação de Professores Indígenas (2002).

Centro de Formação dos Povos da Floresta

Em 1996, a CPI-ACre comprou um terreno na área rural de Rio Branco e transformou-o em escola, hoje conhecida por Centro de Formação dos Povos da Floresta – CFPF. A aquisição abriu a possibilidade para se criar um espaço de valorização da cultura indígena em todos os seus aspectos. Além de construir um ambiente de pesquisa, de difusão e de extensão agroecológica que servisse de referência para as outras TIs do estado, resgatou novas e antigas técnicas de práticas de manejo e de conservação dos recursos naturais e agroflorestais que começaram a ser implementadas nas terras indígenas, mediadas pela CPI-AC.

O CFPF possibilitou condições mais apropriado para a CPI realizar os cursos de formação. Pensava-se em criar um espaço mais agradável, com vários significados para se trabalhar com os povos indígenas, aspectos da educação ambiental e da gestão territorial, oferecendo maior comodidade e conforto aos indígenas e seus assessores. Um lugar onde a instituição tivesse autonomia e agilidade logística para resolver os problemas básicos de funcionamento dos cursos de formação, oficinas e seminários, e onde professores, agentes de saúde e agroflorestais indígenas se sentissem bem para realizar seus estudos e suas pesquisas.

A proposta foi mostrar aos povos indígenas acreanos que, a partir de atividades práticas, de modelos demonstrativos de desenvolvimento comunitário e dentro dos padrões de sustentabilidade, era possível recuperar áreas degradadas. Foi no processo de instalação e ocupação do CFPF que se demonstrou como a concepção de aglofloresta torna possível tornar produtivas as florestas, recompor a mata ciliar, criar animais silvestres e domésticos consorciados com os cultivos, utilizar técnicas de manejo e de conservação dos recursos naturais, além de construir um espaço onde o conceito de “autoria” também estivesse presente na arquitetura, no paisagismo, na arte e nos modelos demonstrativos e pedagógicos de desenvolvimento comunitário.

O CFPF foi de vital importância para a formação dos AAFIs, pois o espaço deu a possibilidade de conhecerem e trabalharem técnicas e práticas alternativas de produzir proteína sem ser a de gado com a criação e o manejo de quelônios (tracajá e tartaruga) em cativeiro, de peixes nativos, de porco consorciado com a piscicultura além de aves domésticas como peru, ganso, galinha, codorna, pato etc. A produção de alimentos sem destruir a floresta é possibilitada com a implementação de sistemas agroflorestais e de horta orgânica, bem como a criação de abelhas nativas (meliponas). Todos os modelos demonstrativos e pedagógicos que existem hoje no CFPF foram implementados e manejados nas atividades dos cursos de formação de agentes agroflorestais indígenas, contribuindo no aperfeiçoamento metodológico do trabalho e na compreensão desses modelos de produção contextualizados com a floresta.

Reunir diferentes povos indígenas durante os cursos tem favorecido ricas discussões e reflexões sobre seus diversos saberes. As trocas permitem que conhecimentos sejam incorporados ao programa de formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs), como por exemplo a técnica manchineri de manejo de palha que não derruba a palmeira para retirada das folhas usadas para a cobertura das casas.

Outro aspecto importante que o Centro de Formação oferece no processo de formação dos AAFIs é a oportunidade de acompanharem o desenvolvimento dos experimentos dos modelos de desenvolvimento, observando e avaliando o que deu certo ou não.



Centro de Formação dos Povos da Floresta da CPI, Rio Branco, AC

Agentes agroflorestais indígenas

No Acre, a CPI, em parceria com a Opiac e a Amaaiac, coordena a formação e dá assessoria técnica e política aos agentes agroflorestais indígenas (AAFIs). Nas TIs, os AAFIs participam das escolas indígenas como colaboradores dos professores e ministram aulas que exprimem uma nova formação específica na área de gestão de suas terras; atuam ainda como importantes lideranças na conscientização de seus respectivos grupos a respeito dos condicionamentos socioambientais impostos pela atual conjuntura. Eles também são responsáveis pela implementação de uma série de iniciativas socioambientais, educacionais, culturais e produtivas destinadas à diversificação das fontes alimentícias e das alternativas econômicas hoje disponíveis.

São vários os resultados do trabalho dos AAFIs. Além de influenciarem um novo modo do uso da terra e do manejo dos recursos naturais, eles também influenciam as políticas públicas para a gestão de seus territórios. Os AAFIs são responsáveis pelos diferentes modelos de agrofloresta implementados e manejados em suas comunidades que têm uma grande quantidade de espécies e variedades de plantas. Esses recursos contribuem na melhoria alimentar dos povos indígenas e na sua qualidade de vida, oferecendo outros produtos para sustentabilidade das comunidades.

O Centro de Formação veio de um planejamento, por causa da necessidade que a gente estava enfrentando durante os cursos que a gente fazia, promovidos pela Comissão Pró-Índio do Acre, porque a Fundação Cultural ficava no centro da cidade, era muita perturbação e quase toda hora entravam pessoas estranhas e aquilo tirava a concentração da gente, então essa escola aqui, trouxe para nós tranquilidade, tirou do centro da cidade e trouxe pra cá, para a gente ficar a vontade e sentir que esse centro faz parte da nossa vida também.

Edson Ixã Kaxinawá (Opiac),
intercâmbio Acre

Primeiro temos que fazer o povo conhecer o seu mundo e depois conhecer o mundo lá de fora. Estou na faculdade no 3º ano de faculdade. Será que quando eu terminar meu estudo vou esquecer meu povo? Temos parentes em Cuba fazendo medicina e um Kaxinawá também. Temos quatro jovens em Rio Branco se formando na faculdade, primeiro tivemos que ter uma conversa com eles, para que eles pudessem voltar pra sua comunidade que é um compromisso.

João Yawanawa (Opiac),
intercâmbio Rio Negro

A Educação Escolar Indígena é uma das componentes de atuação do Programa Xingu desenvolvido pelo ISA em parceria com a Atix, com origem nos anos 90. Como na década de 90 não havia mais professores não índios no Parque do Xingu, alguns ex-alunos das escolas mantidas pela Funai, da região do Médio, Leste e Baixo Xingu, das etnias Kamaiurá, Ikpeng, Yudja, Kawaiwete e Kisêdjê, assumiram informalmente as aulas, a pedido de suas comunidades. Esses jovens e suas comunidades reivindicaram um processo de formação para aprenderem a serem professores. Com o empenho de Megaron Txucarramãe, cuja política estava voltada para que os índios assumissem o protagonismo também na educação escolar, e com a contribuição de educadores, antropólogos e linguistas que atuaram no Parque, foi obtido o apoio da Fundação Rainforest da Noruega para a primeira experiência de formação de professores. Em 1993 um grupo de educadores e uma linguista, coordenado pela antropóloga Carmen Junqueira, redigiu o projeto de formação, iniciado em 1994.

O projeto foi nomeado Urucum/Pedra Brilhante (Yryku/Itaenyfuk) pelos cursistas. Nos dois primeiros anos os cursos foram promovidos pela Fundação Mata Virgem e Associação Vida e Ambiente (AVA). Em 1996 esse projeto passou a ser de responsabilidade do Instituto Socioambiental, sob coordenação pedagógica de Maria Cristina Troncarelli. A proposta curricular do curso, redigida por uma equipe multidisciplinar de especialistas, enfatizava a gestão territorial, trazendo reflexões sobre os impactos ambientais e sociais que se agravaram na década de 90, com o desmatamento provocado pela extração madeireira, pecuária, soja, pelas queimadas e pelo surgimento de novas cidades no entorno do Parque. Com o território dividido entre 11 municípios, os limites do Parque e as nascentes dos rios formadores do rio Xingu foram desmatados, as matas ciliares destruídas, os rios assoreados e suas águas foram contaminadas por agrotóxicos. Ao mesmo tempo, o curso incentivava o levantamento e o mapeamento das espécies, das variedades e da situação de abundância de diferentes recursos naturais utilizados na alimentação, na confecção de artesanato e em outras práticas culturais. Os alunos envolveram-se na pesquisa e no manejo de alguns desses recursos.

O contato maior com as cidades e com novos interlocutores: funcionários dos governos municipais, estadual e federal, comerciantes e moradores das cidades, fazendeiros, madeireiros, pescadores, garimpeiros e assentados, trouxe novos padrões de consumo e de comportamento, e novas doenças. Por esse motivo, temas relacionados à prevenção de doenças e valorização das práticas tradicionais de saúde foram muito enfatizados na formação dos professores. O estudo da antropologia trouxe aos professores reflexões sobre a organização da própria sociedade e de outras sociedades, indígenas e não-indígenas: as diferenças entre economias comunitárias e a economia capitalista, as formas de ocupação do espaço geográfico e de organização social e política. Através do estudo da linguística os professores criaram ortografias para a escrita de suas línguas. A língua portuguesa foi trabalhada como segunda língua e os professores foram orientados para ensiná-la através de estratégias específicas, utilizando principalmente a oralidade, a música, a poesia, diálogos e dramatizações. Leram, interpretaram e produziram diferentes tipos de textos, refletindo sobre sua estrutura, função e uso.

Ao mesmo tempo em que se discutia os impactos sociais e ambientais da ocupação não-indígena na região, o curso estava voltado para a formação dos professores como pesquisadores de conhecimentos das suas próprias sociedades e para a elaboração de propostas específicas e diferenciadas de escola.

Os cursos tinham a duração de 25 a 30 dias, sendo duas etapas anuais, seguidas de acompanhamento pedagógico às escolas das aldeias desenvolvido por educadores da equipe e consultores especialistas de diferentes áreas. Encerrado em 2005, este projeto foi apoiado pelo Ministério da Educação durante seus 11 anos de existência e de 1998 a 2002 teve a parceria da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Formaram-se em Magistério 47 professores de 14 etnias do Parque e Panara, que também cursaram a Formação Continuada promovida pelo ISA. Destes professores, 39 ingressaram no Curso de Licenciatura para Professores Indígenas da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat).

Nos últimos anos, o ISA no Xingu tem desenvolvido ações voltadas a educação não formal, propondo cursos de formação complementares às ações históricas no tema educação, como é o caso da "Formação em Território e Serviços Socioambientais no Xingu" iniciado em 2011. É nele que se pretende elaborar o Plano de Gestão Territorial e Ambiental do PIX.



Estudantes Kuikuro, PIX, MT

Associações que atuam na política indígena e indigenista

Defender interesses e direitos do seu povo e território, se comunicar com proficiência em português e estabelecer parcerias com instituições não indígenas são atividades estratégicas para as lideranças indígenas. Atualmente, elas se amparam nas associações para conduzir esse tipo de atuação política, o que implica na necessidade de habilidades e/ou competências estranhas aos processos de aprendizagem tradicionais.

Essa realidade orienta o projeto "Capacitação em Gestão", do Programa Xingu/ISA, que aporta conhecimentos e desenvolve habilidades aos gestores das associações xinguanas, por intermédio de três frentes:

- 1) capacitação para cada associação indígena nos processos de gestão;
- 2) qualificação da participação das associações no movimento indígena e indigenista e
- 3) articulação e mobilização das associações na gestão de serviços coletivos.

É importante lembrar de alguns exemplos que estão dando certo, como é o caso da formação de agentes florestais indígenas do Acre, onde a Comissão Pró-Índio atua com sua assessoria permanente. Hoje a formação é reconhecida como Escola de Formação de Indígenas pelo governo do Estado, o que significa a grande conquista junto ao poder público.

Higino Tuyuka (Foirm),
intercâmbio Acre

Gostei de como os alunos e os professores (da escola Pamáali, dos Baniwa do rio Içana) eles estão cuidando do peixe... Eles é que estão trabalhando ali. Vejo que aqueles alunos se formam técnicos ali mesmo, sabendo mexer com aquilo.

João Yawanawa (Opiac),
intercâmbio Rio Negro

Rio Negro

A Foirn e o ISA atuam como parceiros há 15 anos para reestruturar o sistema da educação escolar indígena na região do Alto Rio Negro e, mais recentemente, acompanham e apoiam as associações indígenas de base do Médio Rio Negro nas discussões e demandas para implementação de uma educação diferenciada e de qualidade nas comunidades.

O objetivo principal do Projeto de Educação Foirn/ISA era garantir a autonomia das comunidades e associações na definição de seus projetos escolares relacionando-as com os conhecimentos científicos e acadêmicos ocidentais, com um calendário próprio adequado à dinâmica cotidiana das famílias, aos ciclos ecológicos e importantes datas e festividades das comunidades. As escolas, cada uma em seu contexto, buscaram: a) valorizar, registrar e formalizar os conhecimentos tradicionais com ênfase no manejo socioambiental e na gestão territorial; b) equacionar e criar soluções inovadoras e tecnológicas sustentáveis para a melhoria da qualidade de vida das comunidades; c) formar cidadãos indígenas que valorizem suas culturas e pensem o desenvolvimento sustentável de suas terras. Esse modelo de escola cria uma responsabilidade e envolvimento de alunos, professores e comunidades no planejamento das discussões, nas propostas e soluções de questões consideradas importantes. As reuniões da escola com a comunidade, seminários de pesquisa, assim como assembleias escolares são frequentes e têm foco político e pedagógico.

Apesar dos avanços, há diversos desafios colocados pelas experiências das escolas indígenas: desde a formalização, reconhecimento e apoio pelo poder público à continuidade dos estudos de alunos procedentes dessas escolas diferenciadas e sua futura inserção profissional e pensar em mercado de trabalho dentro das terras indígenas. Enquanto isso, os povos indígenas do rio Negro continuam na luta para construir escolas que respeitem suas línguas, culturas e projetos de futuro.

Escola Tariana

- Oficinas em manejo agroflorestal;
- Pesquisas sobre a agrobiodiversidade das roças e dos quintais;
- Ações de salvaguarda e Registro da Cachoeira de Iauaretê;
- Mapeamento dos lagos e igarapés;
- Mapeamento dos lugares sagrados;
- Desenvolvimento e multiplicação de modelos sustentáveis de aproveitamento de recursos aquáticos e agroflorestais baseado em conhecimentos tradicionais e conhecimentos técnicos;
- Implantação de experiências piloto em piscicultura, avicultura,
- Manejo Agroflorestal em Iauaretê;
- Pesquisa, documentação e mapeamento

Escola Tuyuka

- Produção agrícola alternativa;
- Produção de merenda escolar;
- Melhorias da qualidade de vida nas comunidades: água potável e moradias;
- Manejo ambiental e ordenamento territorial;
- Pesquisa sobre paisagens Tuyuka.

Escola Baniwa (Pamáali)

- Piscicultura, avicultura e meliponicultura;
- Sistemas agroflorestais;
- Formação de agentes indígenas de manejo ambiental;
- Registro e organização de conhecimentos sobre as paisagens florestais da Bacia do Rio Içana;
- Gestão ambiental e manejo de recursos pesqueiros e florestais;
- Gestão Ambiental (controle de erosão, coleta de lixo)



Alunos da Escola Pamáali recebem os visitantes da RCA, rio Içana, AM



Tuyuka em atividade de matemática, rio Tiquié, AM

O papel estratégico dos Agentes indígenas de Manejo Ambiental (Aima)

No enfrentamento dos desafios regionais, emerge a figura do Aima com um papel complementar à assessoria externa, garantindo maior autonomia e ampliação das experiências. Formados com experiências de pesquisa, tornaram-se mediadores e colaboram na tradução e contextualização das questões relacionadas às tecnologias, manejo ambiental, processos educacionais para a sustentabilidade, monitoramento e gestão territorial e alternativas de geração de renda e subsistência, dentre outras. Ademais, atuam como professores especiais nas áreas de formação técnica em escolas indígenas diferenciadas, a exemplo do que tem acontecido na Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamáali, na Escola Tuyuka Utapinozona e também na Escola Tukano Yupuri.

O que me chamou a atenção foi a merenda escolar dos Ashaninka. Eles plantaram muita banana, pupunha, laranja, murumuru. O Benki explicou pra gente que tudo isso serve para a merenda escolar, que é tudo para a comunidade, fizeram uma plantação coletiva que produz alimento que serve de merenda escolar para comunidade. É muito importante também a gente fazer isso. A gente poderia fazer uma plantação pequena que serviria somente para a comunidade. Assim, o dinheiro que o governo usa para comprar merenda escolar industrializada, ele poderia passar para a comunidade Wajãpi que pode fornecer merenda diferenciada para os alunos. Isso também é muito importante.

Viseni Wajãpi (Apina),
intercâmbio Acre

Merenda é comprada aqui dentro do PIX para a escola estadual, mas é comprada industrializada para escola municipal.

Sempe Kuikuro (Atix),
intercâmbio PIX

Atualmente está sendo gestada uma proposta de formação avançada para os indígenas do rio Negro, a partir de uma discussão que vem de longa data: uma universidade indígena específica para o rio negro. É deste embrião que se constituiu o Instituto de Conhecimentos dos Povos Indígenas do Rio Negro – ICIRN, que pretende desenvolver um programa de formação avançada indígena, intercultural e interdisciplinar, ancorado na pesquisa colaborativa e comparativa como método de trabalho, para atender um público indígena, com currículos diferentes: a) egressos do ensino médio das escolas indígenas e b) pessoas que já atuam nos diversos projetos da parceria Foirn e ISA na região, dentre os quais os Agentes Indígenas de Manejo Ambiental, Assessores Pedagógicos Indígenas, pesquisadores indígenas, lideranças indígenas e gestores de projetos.

O QUE NÃO QUEREMOS?

- Replicar o que já existe: não vamos fazer cursos superiores de disciplinas que já existem, por exemplo,
- Direito, Medicina, Antropologia, Biologia e outras.
- Competir com alternativas existentes: licenciatura intercultural; acesso diferenciado a universidades.
- Que seja somente numa língua e com predominância do conhecimento científico.
- Estruturas burocratizadas.

O QUE QUEREMOS?

Queremos curso superior que nos permita atuar nas comunidades.

- O cidadão indígena deve ser capaz de melhorar sua condição de vida comunitária social e econômica.
- Conhecimentos indígena e ocidental não indígena devem trabalhar juntos: o diálogo intercultural deve ser o princípio de construção da proposta de formação e é urgente abrir novos espaços onde conhecimentos tradicionais e ocidentais dialoguem igualmente.
- Que o ensino seja por meio de pesquisa e interdisciplinar.
- Que essa formação se estenda para todo o Rio Negro e, assim, outros parentes que não conhecem nossa proposta de ensino poderão partilhar conosco.
- Que essa formação nos permita gerir de forma sustentável os recursos que temos na nossa região.
- Que esse espaço de formação seja autônomo e, ao mesmo tempo, sejam criados vários observatórios em diversas áreas do conhecimento, seja na educação, saúde, meio ambiente etc.
- Um desenho institucional aberto e flexível, como espaço aberto para gerar e apreender diversas expectativas, incluindo também pessoas que nunca estudaram nas escolas indígenas diferenciadas.
- Na ideia de uma escola autônoma, ela poderia fazer convênios com muitas outras universidades, que permitam um conselho de apoio, operando mais como uma rede de pesquisadores.
- Que alunos e professores dessa escola possam cursar ou oferecer cursos e oficinas nas universidades parceiras e vice-versa.
- O ensino superior deve ser reconhecido legalmente e os alunos que concluírem essa formação possam ter certificado reconhecido.
- Seguiremos o princípio de acolher a diversidade de calendários microrregionais, regionais e étnicos de toda região do rio Negro, em vez de seguir os calendários das universidades não indígenas: os calendários serão debatidos e escolhidos pelas comunidades, lideranças, associações, Foirn, instituições parceiras, assessores; podemos fazer módulos, períodos letivos e pesquisas nas comunidades.

Educação Escolar Indígena do Rio Negro 1998-2011 e suas conquistas

Valorização dos conhecimentos indígenas nos currículos, o que significa uma reaproximação das crianças e jovens aos velhos conhecedores indígenas marginalizados do processo escolar até então.

Fortalecimento das línguas indígenas, através da alfabetização das crianças em sua própria língua, definição e adoção da escrita – que teve como desdobramento a publicação de uma extensa coleção de livros didáticos e literatura em várias línguas indígenas – e uso dessas línguas como línguas de instrução em várias escolas.

Estímulo ao ensino via pesquisa, favorável à produção dos conhecimentos indígenas, em lugar de disciplinas que, antes de tudo, reproduzem conhecimentos externos; essa metodologia permitiu desenvolver, nas escolas e para além delas, importantes pesquisas, com participação de pesquisadores indígenas e de universidades.

Circulação de **conhecimentos indígenas entre gerações** amplamente estimulada, para muito além dos processos de pesquisa ou escolares, valorizando parcerias na luta por avanços na gestão escolar, cultural e política dos conhecimentos indígenas.

Valorização das línguas e conhecimentos indígenas não se deu, no entanto, em detrimento dos conhecimentos e ciências ocidentais importantes para a realidade local; conhecimentos e tecnologias que contribuem para os projetos de desenvolvimento das comunidades indígenas são valorizados nessas escolas.

Infraestrutura e equipamentos necessários para escolas com ensino via pesquisa nas comunidades, com recursos do Projeto de Educação Foirn/ISA, algo que o governo brasileiro, em seus diferentes níveis, não é capaz de implantar.

Dentro da Seduc do Acre, o professor João Yawanawa contou que eles têm total apoio da gerência de educação indígena do estado, inclusive com representantes indígenas dentro da secretaria. Então vamos propor às nossas secretarias estaduais de educação que façam intercâmbio com a Secretaria de Educação do Acre.

Higino Tenório Tuyuka (Foirn),
intercâmbio Acre

O valor das atividades de troca de experiências oferecidas pela RCA fica explícito nesse desabafo do prof. Higino, desencantado com a falta de ação dos órgãos de governo do Amazonas com as políticas de educação escolar indígena.

Na aldeia São José do Içana tem vários plantios, muito caju, castanha, tudo, bastante fruta plantada em volta, tudo ligado à escola. Tudo eles ligam à escola: piscicultura, manejo, melípona, tudo feito como atividade da aula, coisa para depois da merenda, para escola. A escola mobiliza bem as atividades da comunidade. Segundo o agente de manejo, alunos e professores, com ajuda dos pais, já tinham plantado mais de duas mil mudas.

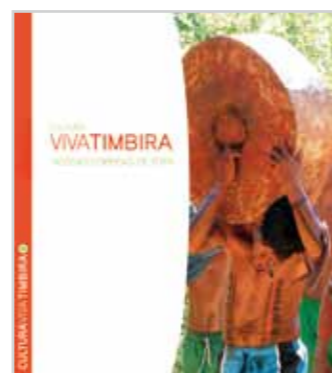
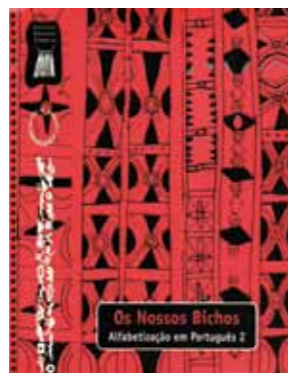
Maurice Nilson (CCPY),
intercâmbio Xingu

Timbira

A Escola Timbira é um espaço de discussão de conhecimentos e de valorização de suas tradições socioculturais, recuperando o reconhecimento da unidade sociocultural destes povos. Trata-se de uma proposta alternativa – mas oficial – de escola, reconhecida não só pelas comunidades, mas também pelas instâncias governamentais. Forma professores; edita materiais didáticos reunidos na Coleção Timbira; implementa uma proposta metodológica (de estrutura e funcionamento) para as escolas nas aldeias, de maneira que não interfira no processo tradicional de socialização das crianças e jovens; e assessora a Comissão de Professores Timbira, que tem sido a principal articuladora de uma política educacional para o povo Timbira. Esta Comissão tem representantes nos Conselhos de Educação Indígena dos Estados do Tocantins e Maranhão.

A Escola Timbira resultou de vários anos de atuação dos educadores do CTI com os povos Timbira. Foi constituída como alternativa para educação formal dos alunos Timbira, um espaço de discussão para valorizar os conhecimentos e tradições socioculturais, recuperando o reconhecimento da unidade sociocultural destes povos. A proposta de formar os Timbira enquanto cidadãos críticos com conhecimentos suficientes para encarar os desafios do seu relacionamento com a sociedade envolvente foi resultado de uma construção participativa, que envolveu:

- Formação de professores indígenas, para que assumissem com mais qualidade a sua tarefa de ensinar nas escolas das aldeias. Esta formação se dava pela realização de cursos complementares àqueles realizados pelas Secretarias Estaduais; pelos acompanhamentos pedagógicos nas escolas das aldeias; pelo programa de intercâmbio onde os professores Timbira visitavam outras aldeias conhecendo a realidade específica de cada escola; e pelo acompanhamento das ações e políticas realizadas pelos órgãos oficiais.
- Criação da Comissão de Professores Timbira, que tem sido a principal articuladora de uma política educacional para o povo Timbira. Esta Comissão surgiu a partir do acompanhamento das políticas públicas pelos professores e hoje tem representantes nos Conselhos de Educação Indígena dos Estados do Tocantins e Maranhão.
- Garantia de um ensino com mais qualidade e específico para os alunos das escolas das aldeias que cursavam o primeiro ciclo do ensino fundamental. Esta ação se deu através da edição de materiais didáticos específicos e diferenciados: a Coleção Timbira formada, até o momento, pela publicação *Nossos Bichos*, três materiais para a alfabetização em língua portuguesa, um conjunto de quatro materiais para o estudo da Matemática e, para as séries intermediárias, os livros bilíngues *Estudando os Cerrados* e *Nossos Frutos*, resultado das pesquisas dos professores e jovens pesquisadores Timbira. Essa ação também contou com a implementação de uma proposta metodológica de estrutura e funcionamento de uma escola que não interferisse no processo tradicional de socialização das crianças e jovens. A meta é que essas escolas sejam coordenadas e organizadas pela comunidade ou por pessoas escolhidas por ela e que os professores sejam em sua maioria Timbira.
- Oferta de uma alternativa aos jovens Timbira de acesso ao conhecimento sem a necessidade de se deslocarem para estudar nas cidades. Essa formação dos jovens se deu por meio de cursos modulares com foco na questão territorial e ambiental das Terras Timbira e de seu entorno; da realização de curso regular correspondente ao segundo ciclo do ensino fundamental, em sistema de módulos no Centro Timbira de Ensino e Pesquisa; e pela realização de um programa de estágios para a capacitação em gestão administrativa e política da Associação Wytý Catê dos Povos Timbira.



Capas de publicações paradidáticas Timbira



Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Pënxwyj Hemejxá

Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Pënxwyj Hemejxá

O longo histórico de relação dos Povos Timbira com a sociedade nacional suscita demandas por uma formação ampla em conhecimentos e ferramentas que subsidiem os agentes indígenas na interlocução com essa sociedade, de modo que consigam ditar seus próprios projetos de futuro e o alcançar fortalecimento de suas formas de organização socioculturais. Neste sentido, para sediar as várias atividades de formação, pesquisa e produção de conhecimento desenvolvidas no âmbito desta parceria inaugurou-se em 1997 o Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Pënxwyj Hemejxá, que desde 2006 é reconhecido como Ponto de Cultura pelo MinC. Situado em Carolina (MA), numa região equidistante das seis TIs Timbira do Maranhão e Tocantins e território histórico de ocupação destes povos, o Centro Pënxwyj Hemejxá é um local de aprendizagem e de intercâmbio cultural e político dos povos Timbira. Nele, são realizados os encontros e assembleias da Wytý Catê e as diversas atividades do Programa de Educação e Referência Cultural do CTI.

Nós não podemos deixar o Centro Penxwyj acabar. É ele que alimenta e fortalece a cultura dos Timbira, para não deixar nossa língua acabar nem perder nosso conhecimento.

Arlete Bandeira (Wytý-Catê)

O agente agroflorestral também faz a fiscalização do entorno na fronteira. Na fronteira com o Peru é muito perigoso, pois tem muitas madeireiras trabalhando no lado brasileiro, entre o Rio Juruá e o Rio Breu. Temos liderança como txai Benki que nos representa e nos defende. Pensamos nas próximas gerações que precisam aprender isso e garantir terra para eles viverem bem.

Tadeu Mateus Kaxinawa (Opiac),
intercâmbio Acre

Queremos que os guardas-parque continuem a sua formação e virem agentes agroflorestrais (homens e mulheres) para poderem trabalhar em todas as aldeias. Por isso queremos a formação continuada para os profissionais que vão trabalhar a questão do cuidado da terra indígena.

Professores tiriyo e kaxuyana (Apitikatxi)

Projeto Mentwajê

O Projeto Mentwajê nasceu em 1997 das discussões entre a equipe do CTI e as lideranças da Associação Wyty-Catê. Sua proposta é atender, principalmente, a necessidade de formação de novos quadros (mentwajê) para facilitar o diálogo entre as atividades da associação e o cotidiano das aldeias e contribuir para a gestão do patrimônio cultural e ambiental das Terras Timbira e a própria gestão administrativa da Associação Wyty-Catê. Assim, foram indicados pelas comunidades alguns jovens para serem capacitados e orientados. O trabalho acontece por meio de oficinas modulares junto aos jovens Timbira que são acompanhados de um grupo de velhos conselheiros. Estas oficinas acontecem no Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Penxwyj Hempexjà, seguidas de atividades práticas de pesquisa nas aldeias. Com o fim dos cursos modulares do ensino formal da Escola Timbira no Centro Pënxywj Hëmpejxà, o Projeto Mentwajê, assumiu seu legado e vários de seus objetivos.

O **Mentwajê Cultural** orienta jovens para atuar na gestão do patrimônio cultural Timbira. Durante os últimos anos foram realizadas no Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Pënxywj Hempexjà seis oficinas com duas semanas de duração cada, sobre temas referentes ao seu patrimônio cultural, promovendo o intercâmbio de experiências entre os Timbira das diferentes aldeias e a capacitação dos mentwajê em técnicas de documentação em áudio, vídeo e fotografia. As oficinas mesclam esses dois momentos de aprendizagem – um mais voltado para a capacitação técnica dos mentwajê e outro para a troca de experiências entre os diferentes povos Krahô, Apinayê, Krikati, Pykobjê, Ramkokamekra e Apanjekrá que formam a unidade cultural Timbira.

Oficinas itinerantes também são realizadas nas aldeias. Elas acompanham o calendário anual de festas, apoiando a realização e documentando estas festas. Para este trabalho, os mentwajê assumem o controle de câmeras e gravadores para registrar os rituais em suas aldeias e para dar continuidade às pesquisas sobre seu patrimônio cultural. Deste modo, são treinados nas técnicas de documentação, aprendendo a utilizar os equipamentos e a editar conteúdos.

O Mentwajê Cultural incentiva o envolvimento dos jovens com o “movimento” das aldeias, realçando a importância e estimulando a produção das práticas e saberes timbira. É por meio dos rituais que as relações sociais são produzidas e reforçadas, por isso é preciso garantir as condições para que esses se realizem em toda sua integridade.

Neste processo os agentes produtores de cultura local são valorizados e prestigiados como portadores de conhecimento. Os cantadores e seus aprendizes são um dos principais focos do projeto; eles possuem um papel de agente cultural gerador de patrimônio, fundamental para a salvaguarda da cultura timbira.

O **Mentwajê Ambiental** discute com os jovens as temáticas relacionadas à gestão territorial e ambiental, envolvendo reflexões e atividades sobre o uso e controle de seus territórios a partir de sua etnohistória, das estratégias tradicionais de manejo, bem como dos conhecimentos e ferramentas da ciência ocidental. Foram realizadas doze oficinas com conteúdo programático diverso, dentre os quais: a formação dos territórios Timbira, o processo de colonização e desenvolvimento da região, histórico da política fundiária brasileira e instrumentos de gestão territorial e ambiental.

A cartografia, suas bases e convenções, são tratadas e postas em diálogo com o sistema de conhecimento Timbira, suas concepções de mundo, espaço e território. Um conjunto de mapas temáticos Timbira foi elaborado retratando: os territórios e o uso dos recursos naturais; as relações políticas, culturais e de parentesco entre os Timbira; o antigo “Paiz Timbira” nas vias das primeiras frentes de expansão e colonização; o atual “País Timbira” no contexto pós-demarkação; e os impactos socioambientais do entorno.

Os mapeamentos participativos são utilizados para suscitar discussões e planejamentos dos territórios Timbira e aliam reflexões sobre as estratégias tradicionais de gestão dos territórios – os resguardos alimentares, as caçadas e pescarias coletivas, zoneamento das áreas de roça, técnicas de extrativismo e demais – às estratégias, técnicas e instrumentos ocidentais, visando o manejo sustentável e o controle territorial. É ainda uma ferramenta que viabiliza o (re)conhecimento das semelhantes problemáticas socioambientais vividas por cada povo, sendo um instrumento de articulação política para a gestão integrada das TIs Timbira.



Mapeamento participativo do território Timbira

A escola Baniwa funciona de um jeito bem diferente: existe uma aldeia só para a escola, ela foi erguida para isso. Os alunos ficam dois meses lá com os professores e dois meses em suas aldeias. O professor Seki Wajãpi achou isso muito ruim: “Assim não fica quase com a mãe”, comentou. “Se a escola fica na comunidade mesmo, aí o caciquezão de lá é que vai mandar em tudo”, disse André Baniwa para explicar uma das razões da Escola Pamáali ter sido construída em uma aldeia separada.

Mario Vasconcellos (Iepé),
intercâmbio Rio Negro

A Escola Indígena Baniwa Coripaco Pamáali, concebida, implementada e gerida pelos Baniwa é de fato surpreendente. Depois de tantas avaliações críticas ao regime de internato imposto pelos salesianos aos índios rionegrinos, eis que os Baniwa optam por um formato semelhante, embora com características bem diferentes. A Escola Pamáali é distante de 800 km de São Gabriel da Cachoeira, em uma aldeia aberta com a finalidade exclusiva de atender alunos do 3º e 4º ciclos do ensino fundamental (equivale à 5ª a 8ª séries). Eles saem de suas aldeias para ali ficar durante dois meses seguidos, alternados com um período de dois meses em casa, com a família. Na Pamáali são supervisionados pelos professores que não retiram dos seus alunos a responsabilidade pela organização, manutenção e cuidados com a infraestrutura. A família encaminha seu filho com sua porção bimensal de farinha e o restante da alimentação é provido pelas roças e cultivos de frutíferas plantados pelos alunos e mestres e complementada com recursos obtidos com doações externas. A reação de Seki Wajãpi com o fato dos alunos ficarem longe da guarda de suas mães é a mesma de muitas outras pessoas, mas os Baniwa estão convictos do sucesso dessa empreitada. Afinal, em 2011 a escola comemorou 10 anos de existência com 105 alunos formados. Desses, 62 assumiram atividades na região do rio Içana como professores, pesquisadores indígenas e diretores das associações de base. Apenas oito foram para a cidade continuar os estudos e ingressar no serviço militar. Os demais continuam seus estudos no ensino médio na região.

Muito interessante e profundo o envolvimento da comunidade (São José, no rio Tiquié) com a escola. Ao começar um período letivo, os professores, o coordenador pedagógico (liderança local que atua como conselheiro da escola) e os pais dos alunos se reúnem para escolher os temas que serão ensinados. Feito isso, os pais produzem cartazes trazendo os temas e assuntos escolhidos, referentes à realidade local (pesca, festas, músicas, benzimentos), em cima dos quais os professores criarão as atividades.

Mario Vasconcellos (Iepé),
intercâmbio Rio Negro

Yanomami

Iniciado em 1995, o Programa de Educação Intercultural, hoje Programa de Educação Yanomami – PEY, esteve inicialmente a cargo da Comissão Pró-Yanomami (CCPY), passando, em 2009, a ser gerido pelo ISA. O programa atende à reivindicação dos Yanomami que vêm no processo escolar um modo de fortalecer suas línguas por meio da alfabetização, bem como de ter acesso a informações e conhecimentos exógenos hoje indispensáveis à sua autonomia sociopolítica e econômica, uma vez que seu contato com o mundo exterior passou a ser crescente e irreversível.

Ao acatar os anseios dos Yanomami por uma educação social e culturalmente apropriada, o programa estabeleceu como seus principais objetivos:

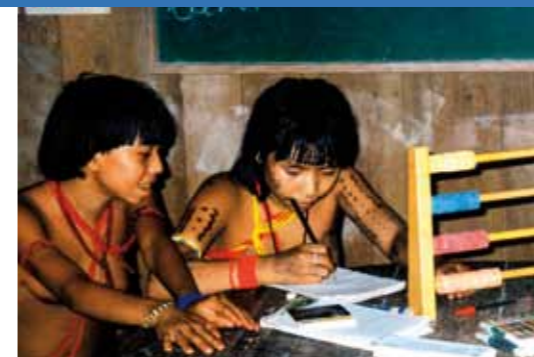
- Garantir a perenidade e o dinamismo das línguas yanomami, dotando-as de uma grafia e de um acervo de textos próprios (cartilhas escolares, jornais, livros, etc.), favorecendo sua apropriação de novos conhecimentos conforme seu sistema de conceitos e lógica cultural específicos.
- Colocar à disposição da sociedade yanomami novos saberes, técnicas e informações que permitem a seus membros alcançar o pleno exercício da cidadania e de, assim, poder assumir, de maneira mais eficaz, a defesa dos seus direitos territoriais, culturais e civis, conforme as disposições da Constituição brasileira.

O PEY baseou-se, assim, num princípio de “etnografia simétrica”: pretende garantir acesso aos Yanomami a um conhecimento fidedigno sobre a sociedade envolvente (nas suas versões regionais, nacionais e internacionais), e isto na sua língua e de acordo com seus próprios processos de produção do saber.

Até o ano de 2010 a tarefa prioritária do PEY foi, além da sustentação de sua rede de 35 escolas indígenas, a formação dos professores yanomami para assumirem progressivamente sua gestão autônoma. Para isso elaborou e implantou o Projeto Político Pedagógico Magistério Yarapiari, através do qual se realizaram cursos anuais com várias disciplinas básicas e específicas: história, geografia, aritmética, ciências naturais e ecologia, direitos indígenas, escrita yanomami, português, pedagogia, educação sanitária e informática. Ao longo do ano, o funcionamento de cada escola indígena é acompanhada por assessores, assegurando-se a continuidade da formação pedagógica dos docentes yanomami e a qualidade do ensino oferecido. O programa também organizou estágios linguísticos e culturais em outros grupos indígenas de Roraima falantes do português, com a colaboração da Associação dos Povos Indígenas de Roraima, do Conselho Indígena de Roraima e da Organização dos Povos Indígenas de Roraima. Além de favorecer o domínio oral e funcional desta língua, os intercâmbios promovem a solidariedade entre os povos indígenas de Roraima e formam os docentes yanomami para o desenvolvimento de atividades de pesquisa histórica, social e cultural como meio autônomo de adquirir conhecimentos.

O PEY tem como meta o reconhecimento e manutenção dessa experiência de escolarização yanomami pelo Estado brasileiro. As conquistas foram o reconhecimento de 35 escolas yanomami e a contratação de professores yanomami, que em 2012 chegaram a 31, por parte da Secretaria de Educação do Estado de Roraima. Espera-se, ainda, que o Conselho Estadual de Roraima aprove o Projeto Político Pedagógico Magistério Yarapiari, certifique os professores formados e dê continuidade na formação de novos professores yanomami. A partir de 2011 houve uma reorientação dos objetivos do programa nas seguintes direções:

- Reforçar a capacitação política e administrativa da Hutukara Associação Yanomami no monitoramento das questões de educação perante a SECD e CEE/RR (cursos, contratações, registro da escola, reconhecimento do Magistério Yarapiari, material escolar, etc.) a fim de garantir a perenidade do trabalho realizado pelo PEY desde 1998 e os direitos dos Yanomami a uma educação diferenciada de qualidade;
- Redimensionar a importância social e cultural excessiva dada à figura do professor e aos conhecimentos do mundo dos brancos, vetores de mudanças culturais muitas vezes indesejáveis, e de reforçar a importância estratégica das figuras (xamãs, líderes locais) e saberes tradicionais (Etnobiologia, Mitologia, História, etc.), num contexto demográfico e social sensível onde a população dos 0-14 ultrapassa os 50% e o interesse pela cultura yanomami diminui perigosamente.
- Acompanhar e assessorar o crescente interesse das comunidades yanomami para atividades econômicas extrativistas (cipó, castanha, etc), fonte de renda que tende cada vez mais a complementar a entrada dos salários de professores e Agentes Indígenas de Saúde cujo uso coletivo em benefício das comunidades pouco se efetivou (como os mais velhos o tinham planejado ou pelo menos esperado).



Escolas Yanomami, RR

Todo nosso grupo visitante ficou impressionado com a capacidade dos três funcionários do setor financeiro da Foirn, todos indígenas, de, com muita tranquilidade, administrar os 22 projetos que a Foirn toca atualmente. O chefe da seção diz que “trabalhar com números desgasta muito a mente, então tem que trabalhar bem calmo”.

Mario Vasconcellos (Iepé),
intercâmbio Rio Negro

Sobre a Funai, vai ser a primeira coisa que vou contar para meu pai: tem índio que trabalha na Funai.

Jakyri Wajãpi (Apina),
intercâmbio Rio Negro

Acho que o mais marcante é o quanto a escola está presente na organização da gestão territorial. Abelha, peixe, tudo é comandado pela escola, que também tem papel na língua, um papel cultural bem forte. Isso eu achei bem legal. Eles juntam os pais dos alunos e conversam com os pais, o que vai ter na aula, o que vai trabalhar na sala. E os pais dos alunos fazem os cartazes. Estava tudo em volta, cheio de cartazes que os pais dos alunos faziam com desenho, com escrita cartaz de frutas, de flautas. E aí os professores trabalham o conteúdo desses cartazes, que viram instrumento para os professores trabalharem. E é um jeito de envolver todo mundo, escutar o que os pais querem que entre no meio da escola.

Maurice Nilson (CCPY),
intercâmbio Rio Negro

Entre os Wajãpi

Entre os Wajãpi do Amapari, a introdução da educação escolar é relativamente recente. O início do processo de letramento foi viabilizado pela FUNAI, logo após o contato, nos anos 70, ficando a cargo de um casal de missionários do Summer Institute of Linguistics/SIL, que direcionava seu trabalho para a tradução da Bíblia na língua wajãpi. Como em outras regiões, o trabalho do SIL serviu como subsídio para outra agência evangélica, a New Tribes Mission/Missão Novas Tribos do Brasil – MNTB, que se estabeleceu em duas aldeias (Taitetuwa e Ytuwasu) entre 1984 e 1995. Nestas aldeias, os missionários criaram escolas para alfabetizar os Wajãpi em sua língua materna (a partir de uma grafia estabelecida por eles com assessoria do SIL), visando capacitá-los a ler as traduções da Bíblia – num processo em que a educação subordinava-se às metas da evangelização.

A partir de 1991, a Secretaria de Estado de Educação do Amapá assumiu as 4 escolas existentes na TIW (Taitetuwa, Ytuwasu, Aramirã e Mariry – sendo que nestas últimas aldeias as escolas haviam sido criadas pela FUNAI, que aí mantinha professores de forma intermitente), contratando professores não-índios para ministrarem as séries iniciais do Ensino Fundamental, então Primeiro Grau.

A carência de formação e de preparo específicos para enfrentar um contexto educacional e existencial extremamente diferenciado do ponto de vista cultural, entretanto, fez com que a maioria destes professores tivesse muitas dificuldades, seja para adaptar-se às condições de vida das aldeias, seja para desenvolver uma prática pedagógica eficiente do ponto de vista do aprendizado dos alunos. Uma das estratégias equivocadas adotadas nos primeiros anos deste período, por exemplo, consistia em tentar alfabetizar os alunos em sua língua materna – o Wajãpi – sem que os professores conhecessem minimamente a língua em questão.

A ineficácia dos métodos de ensino, aliada à falta de sintonia com as expectativas dos índios em relação à escola e aos longos períodos que os professores passavam na cidade, sem dar aulas, foram fatores que contribuíram para que os Wajãpi solicitassem ao Centro de Trabalho Indigenista (CTI) – que já vinha apoiando sua luta pela demarcação da terra – a elaboração de um Projeto de Educação que pudesse formar os próprios índios para assumirem as escolas de suas aldeias.

Os cursos para a primeira turma de jovens escolhidos pelas comunidades para serem professores indígenas foram iniciados em 1992, tendo 11 etapas realizadas até o primeiro semestre de 1998. A partir de julho de 1998, a formação de professores indígenas pela equipe do CTI assumiu um novo formato para se inserir no “Programa Turé de Formação em Magistério Indígena” – proposto pelo Núcleo de Educação Indígena da Secretaria Estadual de Educação (NEI/SEED) para a formação de professores indígenas em todo Amapá. A continuidade da formação desenvolvida pelo CTI configurou-se então como um subprograma do Programa Turé, com um currículo voltado às necessidades específicas dos Wajãpi, a ser executado pelo CTI com acompanhamento e apoio do NEI/SEED.

Dez professores Wajãpi terminaram sua formação em nível médio em 2006, por meio desse programa que a partir de 2002 passou a ser coordenado pelo Iepé, sendo logo em seguida contratados através de concurso pela Secretaria Estadual de Educação, para lecionar no primeiro segmento do Ensino Fundamental.

Ao ser iniciada a formação desta turma, em 1992, as escolas de 1a a 4a série criadas pela Secretaria de Educação na TIW mal tinham completado um ano de existência, e a precária escolarização dos jovens candidatos a professor exigiu que se completasse sua alfabetização durante as primeiras etapas do curso, bem como se iniciasse o ensino de Matemática praticamente do zero

Em 2002, o Iepé, em convênio com a SEED, iniciou a formação da segunda turma de 18 professores wajãpi, que já frequentaram 9 etapas de formação presencial e iniciaram suas atividades de estágio supervisionado. Em 2007, porém, a SEED interrompeu o financiamento às atividades do Iepé, e a formação foi paralisada por falta de recursos. Desde então, os Wajãpi, por meio do Apina e da Awatac têm cobrado a finalização dessa formação, enviando diversos documentos a SEED, ao MEC e a Procuradoria da República, entre outras instituições, mas sem obter resultados.



Escola Wajãpi, AP

Uma coisa que eu aprendi neste intercâmbio foi sobre a merenda das escolas indígenas do Acre. Eles estão comendo alimentação tradicional que eles mesmos plantam e vendem para as escolas, eles não estão comendo comida industrializada nas escolas. É muito diferente da merenda das escolas indígenas do Amapá.

Kasianã Wajãpi (Apina),
intercâmbio Acre

O quesito merenda escolar não tem sido associado, entre os parceiros da RCA, como item necessário para a segurança alimentar das aldeias indígenas, daí não ter sido apresentado no capítulo anterior. Por tratar-se de política pública, vem acochado ao âmbito da escola durante as conversas estimuladas pela RCA. Em todo caso, é interessante saber que tem sido valorizado o processo de produção da merenda pelas famílias dos alunos, uma forma de conciliar dois aspectos importantes: o respeito à dieta indígena, trabalho que professores e agentes ambientais indígenas tem buscado reforçar, e geração de renda, que as famílias buscam e as associações indígenas apresentam como alternativa que não depende de projeto, mas de agenda de monitoramento do dever do Estado.

No Tumucumaque

As comunidades Tiriyo e Kaxuyana, que vivem no Parque Indígena do Tumucumaque, norte do Pará, há anos vêm manifestando sua insatisfação com a qualidade do processo de escolarização formal disponível em suas aldeias.

As famílias que possuem fonte de renda, por meio de salários ou aposentadorias, tem procurado enviar seus filhos para estudar em Macapá. Há casos de famílias inteiras que se mudaram para Macapá, abandonando a área indígena, para poder propiciar educação escolar aos seus filhos. Ao mesmo tempo, o número de aldeias vem aumentando com o processo de dispersão populacional em curso há alguns anos. De modo que, se em 1969 existiam apenas três aldeias na região, atualmente existem 30 aldeias que se distribuem por toda faixa oeste da TI Tumucumaque. E com o surgimento de novas aldeias, surgem também demandas por novas escolas e novos candidatos a se tornarem professores indígenas. Atualmente, ha dezessete escolas indígenas, nas quais são atendidos cerca de quinhentos alunos.

O Iepé atua aí por meio do seu Programa Tumucumaque que desde 2005 vem desenvolvendo um conjunto de ações/oficinas voltadas para a valorização cultural dos Tiriyo e Kaxuyana. Em 2007 deu inicio a um programa específico de formação continuada de professores-pesquisadores cujo foco principal recai sobre a importância da pesquisa sobre seus próprios conhecimentos, com ações que possam repercutir nas propostas dos órgãos públicos regionais, no fortalecimento da escola e na produção de materiais didáticos específicos, que valorizem as formas de organização e os patrimônios culturais desses grupos indígenas.

É nesse sentido que, no Tumucumaque, o Iepé trabalha com a figura do “professor-pesquisador”. Embora formulado enquanto um programa de “formação continuada”, a grande maioria dos professores com quem o Iepé trabalha não possui sequer a formação básica, que há anos aguardam seja providenciada pelos órgãos competentes. Portanto, como acontece em outros casos no restante do país, trata-se de um grupo de professores que precisa ser formado “em serviço”, e que precisa “aprender para si” e “para ensinar aos outros” praticamente ao mesmo tempo. Além disso, em se tratando de professores indígenas, aquilo que eles precisam aprender e ensinar não é um dado, mas algo a ser construído e definido no processo desta formação. E, neste processo, a formação para a pesquisa e de fundamental importância, inseparável da formação para o ensino na sala de aula.

Pensando nesses desafios e que o Iepé optou por investir numa formação que lhes proporcione desenvolver todas estas capacidades. Para tanto, os professores cursistas contam, em cada curso, com a orientação de especialistas em educação indígena em diferentes áreas, que durante as aulas, fornecem-lhes orientação pedagógica e conhecimentos relacionados aos saberes universais, ao mesmo tempo em que incentivam a condução de uma educação escolar específica que valorize as línguas e os conhecimentos locais, bem como a elaboração de propostas pedagógicas e a elaboração de materiais didáticos adequados a realidade social e cultural local.



Professores-pesquisadores Tiriyo e Kaxuyana, Missão Tiriyo, PA

A Escola e a gestão territorial

A partir de 2010, o Iepé passou a trabalhar a ideia de um plano de desenvolvimento sustentável e de gestão territorial para a Terra Indígena Tumucumaque, a partir da escola. A proposta foi centrada na discussão e elaboração de propostas por parte dos professores indígenas em formação. Estes refletiram sobre terra e meio ambiente, saúde, educação, cultura, problema do lixo, alimentação de frutas e produtos da roça, construindo propostas para serem discutidas com suas comunidades. A ideia mais geral era suscitar reflexões a partir da escola.

Quatro números de um jornal trilingue, *Enpato Iponohto*, foram editados com propostas preparadas pelos professores. Em um deles os professores escreveram:

“Nas últimas etapas do curso de formação, nós professores tiriyo e kaxuyana, temos discutido sobre a situação da nossa terra e o que queremos para o nosso futuro. Ouvimos e conversamos que é importante ter um plano de gestão para a Terra Indígena do Parque do Tumucumaque. O que pensamos e escrevemos ficou assim: um plano de gestão territorial é uma maneira dos povos indígenas hoje pensarem, discutirem e colocarem em prática todas as suas idéias para poderem cuidar dos recursos que eles usam na sua terra. Esses recursos são a caça, a pesca, a madeira, a palha, os frutos, a roça e tudo aquilo que se precisa para continuarem a viver com saúde em sua terra. Nós conversamos sobre vários assuntos que devem estar num plano de gestão. Algumas idéias nós escrevemos aqui, para que mais pessoas possam conhecer o que estamos pensando. E também coisas e apoios que precisamos”.

A escola Baniwa funciona de um jeito bem diferente: existe uma aldeia só para a escola, ela foi erguida para isso. Os alunos ficam dois meses lá com os professores e dois meses em suas aldeias. O professor Seki Wajãpi achou isso muito ruim: “Assim não fica quase com a mãe”, comentou. “Se a escola fica na comunidade mesmo, aí o caciquezão de lá é que vai mandar em tudo”, disse André Baniwa para explicar uma das razões da Escola Pamáali ter sido construída em uma aldeia separada.

Mario Vasconcellos (Iepé),
intercâmbio Rio Negro

A Escola Indígena Baniwa Coripaco Pamáali, concebida, implementada e gerida pelos Baniwa é de fato surpreendente. Depois de tantas avaliações críticas ao regime de internato imposto pelos salesianos aos índios rionegrinos, eis que os Baniwa optam por um formato semelhante, embora com características bem diferentes. A Escola Pamáali é distante de 800 km de São Gabriel da Cachoeira, em uma aldeia aberta com a finalidade exclusiva de atender alunos do 3º e 4º ciclos do ensino fundamental (equivalente à 5ª a 8ª séries). Eles saem de suas aldeias para ali ficar durante dois meses seguidos, alternados com um período de dois meses em casa, com a família. Na Pamáali são supervisionados pelos professores que não retiram dos seus alunos a responsabilidade pela organização, manutenção e cuidados com a infraestrutura. A família encaminha seu filho com sua porção bimensal de farinha e o restante da alimentação é provido pelas roças e cultivos de frutíferas plantados pelos alunos e mestres e complementada com recursos obtidos com doações externas. A reação de Seki Wajãpi com o fato dos alunos ficarem longe da guarda de suas mães é a mesma de muitas outras pessoas, mas os Baniwa estão convictos do sucesso dessa empreitada. Afinal, em 2011 a escola comemorou 10 anos de existência com 105 alunos formados. Desses, 62 assumiram atividades na região do rio Içana como professores, pesquisadores indígenas e diretores das associações de base. Apenas oito foram para a cidade continuar os estudos e ingressar no serviço militar. Os demais continuam seus estudos no ensino médio na região.

Na aldeia São José do Içana tem vários plantios, muito caju, castanha, tudo, bastante fruta plantada em volta, tudo ligado à escola. Tudo eles ligam à escola: piscicultura, manejo, melípona, tudo feito como atividade da aula, coisa para depois da merenda, para escola. A escola mobiliza bem as atividades da comunidade. Segundo o agente de manejo, alunos e professores, com ajuda dos pais, já tinham plantado mais de duas mil mudas.

Maurice Nilson (CCPY),
intercâmbio Rio Negro

Javari

Na TI Vale do Javari é crescente a reflexão de “para que” e “como” deve ser a escola na aldeia; de como fazer da escola um espaço de criação de projetos de futuro das comunidades perante os desafios que são colocados a elas pela relação constante e historicamente recente com o “mundo dos não índios”. Fomentar e acompanhar tais discussões, junto aos professores, pesquisadores e lideranças indígenas é um dos principais objetivos da ação do CTI por intermédio do Programa Educação para Conservação do Vale do Javari, e um dos seus principais desafios.

As primeiras experiências de ensino escolar no Vale do Javari foram iniciadas na década de 40, pela Missão Novas Tribos do Brasil, segundo o relatório “A situação da Educação Indígena no Vale do Javari”, emitido pelo Civaja em março de 2003. Objetivando a conversão dos índios, os missionários alfabetizaram alguns Marubo para que pudessem ler a bíblia. Em meados dos anos 80 a Funai começou a instalar as primeiras escolas indígenas na região. A partir do ano de 1992 as escolas indígenas passaram a ser responsabilidade das Secretarias Estaduais de Educação, e não mais da Funai. Na TI Vale do Javari, a Seduc-AM é atualmente responsável pela formação dos professores indígenas e a prefeitura de Atalaia do Norte pelo pagamento dos salários dos professores e, supostamente, pela construção e manutenção das escolas. No ano 2000 a Seduc iniciou na TI o Projeto de Capacitação para os Professores Indígenas no Programa Pirayawara, mas até o momento, 12 anos depois, essa etapa de formação ainda não foi concluída.

Em 2002 o CTI deu início ao Programa de Educação para a Conservação da Terra Indígena Vale do Javari, a princípio atendendo a uma solicitação do povo Matis na complementação da formação de seus professores e jovens estudantes. Logo o trabalho foi estendido para a aldeia Rio Novo do povo Marubo e, paulatinamente, para as outras aldeias Marubo do rio Ituí, para os Kanamari e os Mayoruna. As aldeias Marubo do rio Curuçá continuam sendo acompanhadas por missionários, por opção dos índios. Em 2004 o CTI realizou o primeiro Curso de Formação Complementar para professores do Vale do Javari. Até 2012 foram realizados 11 cursos, cada um a um povo específico, o que facilita a contextualização linguística, cultural e histórica. A matriz curricular desses cursos atende demandas suplementares aos cursos oficiais em conteúdos básicos de língua portuguesa, matemática e linguística, mas principalmente em questões regionais e específicas relacionadas à geografia, história, situação pré e pós-contato, gestão ambiental, ameaças à integridade territorial e possibilidades de enfrentamento.

Mais de 50 professores atuam na TI Vale do Javari; há cerca de 1.400 alunos, a maioria no ciclo básico, já que somente um Pólo de Educação está em funcionamento. Hoje o INEP reconhece 32 escolas, mas há outras cinco não registradas que funcionam em casas de professores voluntários. Ainda assim, há algumas registradas que estão sem professor contratado e a maioria delas tem demasiados alunos por professor. Esse quadro acarreta um progressivo aumento do êxodo de jovens das aldeias para as cidades em busca de melhores condições de estudo. As cidades que mais recebem esses jovens é Atalaia de Norte/AM e Cruzeiro do Sul/AC, seguidas por Benjamin Constant/AM e Tabatinga/AM. Muitos que saem cedo de suas comunidades não conseguem ser mais que empregados braçais, muito mal remunerados, quando não trabalham em troca apenas de estadia e comida. Sofrem também preconceito por parte dos regionais e problemas de adaptação na sociedade local. Muitos não conseguem concluir seus estudos por falta de apoio financeiro e voltam para suas comunidades, tendo problemas também para se readaptarem a elas. Se essa evasão permite que os indígenas conheçam a realidade dos brancos ao seu redor, ela gera graves problemas como o envolvimento com drogas e bebidas, exploração sexual de jovens de ambos os sexos, aliciamento pelo narcotráfico, a entrada de doenças venéreas nas comunidades, entre outros. Esses jovens ainda acabam sendo pressionados para facilitar o arrendamento de trechos do território indígena para os regionais ou para atuarem na exploração dos recursos naturais do mesmo modo predatório que os não índios do entorno fazem. Muitos dos que conseguem resistir aos impactos urbanos passam a integrar-se no movimento indígena, atuando nas associações indígenas locais, a maioria com sede em Atalaia do Norte. Em 2008, todos esses dados foram agrupados pelo CTI no “Diagnóstico sobre a Educação Escolar Indígena na Terra Indígena Vale do Javari” e seguem sendo atualizados constantemente.

Em um trabalho conjunto com jovens lideranças das associações e principalmente com os professores indígenas, formais e informais, e com os caciques nas aldeias, a equipe do CTI realiza acompanhamentos pedagógicos e oficinas temáticas nas aldeias, participando da implementação do ensino fundamental e oferecendo reforço aos professores; assessora a produção de materiais didáticos e paradidáticos, livros de cantos, vídeos e gravações sonoras, de acordo com as necessidades de cada povo; assessora também a construção conjunta dos projetos político pedagógicos de cada povo, valorizando os calendários rituais, os conhecimentos tradicionais e o cotidiano das aldeias: as formas tradicionais de transmissão de conhecimento.



Escolas na TI Vale do Javari, AM

Os Guarani estão muito perto da cidade, misturados, parece que já não são mais índios. Às vezes as pessoas pensam assim. Só que na aldeia é só a linguagem que predomina, a cultura, rituais, religião forte. Então Guarani tem isso, mas é difícil mesmo deles mostrarem para fora a sua cultura, é uma estratégia para se fortalecer.

Leonardo Guarani (CTI),
intercâmbio Rio Negro

O depoimento de Leonardo Guarani revela o oposto. Seu povo optou deliberadamente por não demonstrar a manutenção de sua organização social, o intenso uso da língua nas aldeias e a prática dos rituais religiosos. Os Guarani se protegem usando os artifícios construídos pelos brancos sobre o que é “ser índio”. Falam português fora da aldeia e se paramentam com vestes “típicas” para apresentações de danças e músicas criadas desde o tempo das missões jesuíticas, no século 17. Para conseguirem renda, vendem artesanato com itens da cultura material que não usam mais, como arco e flecha, e cocares com penas de animais domésticos. Cestos e esculturas em madeira completam o repertório talentoso do modo guarani de agir perante os não índios.

Muito interessante e profundo o envolvimento da comunidade (São José, no rio Tiquié) com a escola. Ao começar um período letivo, os professores, o coordenador pedagógico (liderança local que atua como conselheiro da escola) e os pais dos alunos se reúnem para escolher os temas que serão ensinados. Feito isso, os pais produzem cartazes trazendo os temas e assuntos escolhidos, referentes à realidade local (pesca, festas, músicas, benzimentos), em cima dos quais os professores criarão as atividades.

Mario Vasconcellos (Iepé),
intercâmbio Rio Negro

concluindo...

A RCA reconhece a escola como catalizadora das discussões sobre os planos de futuro de grupos indígenas, a maior parte deles baseada na sustentabilidade territorial.

Estamos falando de quase 25 anos de trajetória com desenhos e redesenhos de PPPs para o ensino fundamental e médio em escolas indígenas dentro das Terras Indígenas sem que os poderes públicos responsáveis pela implementação desses projetos tenham definitivamente assimilado a ideia; ao contrário, os depoimentos registrados nos intercâmbios demonstram que, com exceção do Acre, por causa de uma conjunção favorável que levou sucessivamente ao poder governantes que tem a “florestania” (floresta com cidadania) como plataforma política, a implementação de PPPs têm ficado mercê das vontades políticas dos gestores públicos do Mato Grosso, do Amapá, do Amazonas e de Roraima, campo político de atuação das instituições membro da RCA.

O intercâmbio no Rio Negro permitiu o contato com três modelos de escola – Tuyuka, Baniwa e Tariana, todas servindo de exemplo para outros povos da região que almejam escolas também diferenciadas. O sucesso no ensino fundamental serviu de base para o processo de consulta para a implantação de um programa de formação indígena avançada, em nível superior ou equivalente, realizada no médio e alto rio Negro. Foram realizados três grandes seminários e outras reuniões entre 2009 e 2012 na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), envolvendo pesquisadores, conhecedores, professores e lideranças indígenas e convidados não indígenas, cientistas, especialistas em educação e representantes de universidades. Como resultados desse processo, foram publicados dois livros – Manejo do Mundo, 2010 (Prêmio Jabuti 2011) e Rotas Criação e Transformação, 2012. A implantação desse programa de formação avançada e sua institucionalização se dará através do Instituto dos Conhecimentos Indígenas do Rio Negro, tendo como horizonte a criação de um ambiente favorável aos conhecimentos indígenas, à valorização da diversidade socioambiental e à promoção da colaboração com conhecimentos universais para o “bem viver” na Amazônia de hoje.

Os professores ronegrinos destacaram um aspecto importante das escolas enquanto detentora de um papel gestor, o que geralmente é colocado em segundo plano na elaboração dos PPPs: “Pensando na relação da escola com a gestão territorial, o professor Higino Tuyuka, do rio Tiquié, enfatizou que a escola pode ser um espaço para pensar a gestão e que ela pode auxiliar na formação de gestores do conhecimento, da cultura e do território”, sintetizou Renata de Faria, do ISA, depois de ouvir o professor Higino falar de sua escola durante intercâmbio no Acre. Hoje os gestores das escolas são professores indígenas escolhidos por suas comunidades e pela comunidade escolar, com reconhecimento da Seduc. A exemplo, destacam-se as escolas de ensino fundamental de Taracua, Pari Cachoeira e Iauaretê, todas elas ex-sedes das bases salesianas no Alto Rio Negro. Segundo Higino, esse processo precisa ser consolidado, pois até bem pouco tempo a igreja e o Estado acreditavam que indígenas ainda não eram capazes, daí a justificativa da necessidade de tutela. Neste cenário a posição das secretarias estaduais e municipais é fundamental e, por isso mesmo, necessita de constante acompanhamento para garantia das condições de trabalho (materiais para os alunos, equipamentos para as escolas e contrato para os professores) e avanço da oferta descentralizada do ensino médio integrado.

“Com os missionários, não me lembro da gente ter uma conversa mais forte”, narra André Baniwa sobre um episódio entre a Foirn e o então bispo de São Gabriel da Cachoeira. “Foi em 2003, a partir da demanda de gestão das escolas pelos indígenas. Foi bastante difícil. Nossas experiências com a Escola Baniwa e a Escola Tuyuka foram um bom ponto de partida para o combate. Eles (os missionários) insistem que os indígenas não têm poder de gestão, não sabem como gerir, principalmente as escolas que estão nos centros missionários. Nós não ficamos calados e um dia, mais uma vez, na maloca da Foirn, o bispo veio falar sobre isso e nos comparou com uma bicicleta que ainda está aprendendo a pedalar(...) Ninguém falou nada. No silêncio, ele saiu e foi embora. Vejo que o silêncio às vezes fala mais forte do que você ficar gritando”.

Essa situação, infelizmente, não se revela apenas no Alto Rio Negro, em função da trajetória missionária. Em um país que investe pouco na educação de toda sua população, pode parecer impertinente a trajetória de brigas das instituições parceiras da RCA com os sistemas públicos de ensino. Embora a legislação federal seja inclusiva para povos indígenas, a resistência das secretarias estaduais e municipais de educação mantém-se alheias às suas responsabilidades.



Escola Kaxinawá na aldeia Mucuripe, AC



Escola Ashaninka, AC



Alunos Tiriyo, PA

Chamamos os mais velhos da comunidade pra consultar o que ensinar aos alunos de 1ª a 4ª série e chegamos à conclusão que deveríamos ensinar pra fortalecer a nossa língua, pois as crianças quase não falavam porque seus pais e mães também já não falavam mais. O português na escola, então, só a partir da 5ª série. As crianças precisam reconhecer a língua escrita e oral. A escola é um ponto de referência, pois a língua é um ponto de referência, e isso deu muito certo. O nosso povo já tinha perdido os artesanatos. A escola também fez voltar o nosso artesanato, principalmente nossos cocares (japo), que só as lideranças fortes é que usam. A flecha nin-guém fazia mais, e isso voltou. A escola incentivou as mulheres a voltarem a fazer cerâmica, vários produtos voltaram a existir, por meio de um planejamento da escola, porque ela teve objetivo na convivência do povo Yawanawa.

João Yawanawa (Opiac),
intercâmbio Rio Negro

Vimos como a escola ajudou a fortalecer a língua tuyuka. Eles falaram bastante sobre isso, que no começo da escola era muito forte o desejo de trazer a língua de volta, por causa do uso dominante do tukano e do português. O resultado concreto é que conseguiram, já rolou, fortaleceram o uso da língua.

Relatório ISA,
intercâmbio Rio Negro

A educação escolar indígena diferenciada e específica dos Tuyuka é uma experiência em que o currículo é temático e não disciplinar, desenvolvido através de metodologia ensino-aprendizagem via-pesquisa. No princípio teve muito conflito com as forças da política pública do município para conseguirmos autonomia indígena para fazer a gestão escolar, para conquistar esse espaço político; porém, mesmo assim, através do diálogo político conseguimos chegar ao entendimento entre as partes. Muitas experiências são boas, positivas e estão até servindo de modelo para regiões próximas, uma forma de expressar a liberdade de escolha, o que é bom para sua comunidade ou ao seu povo. O exemplo de boas experiências é significativo, porque até o público sensibilizado pela questão do direito vem pouco a pouco tomando algumas decisões políticas a favor da mudança estrutural do sistema convencional do ensino.

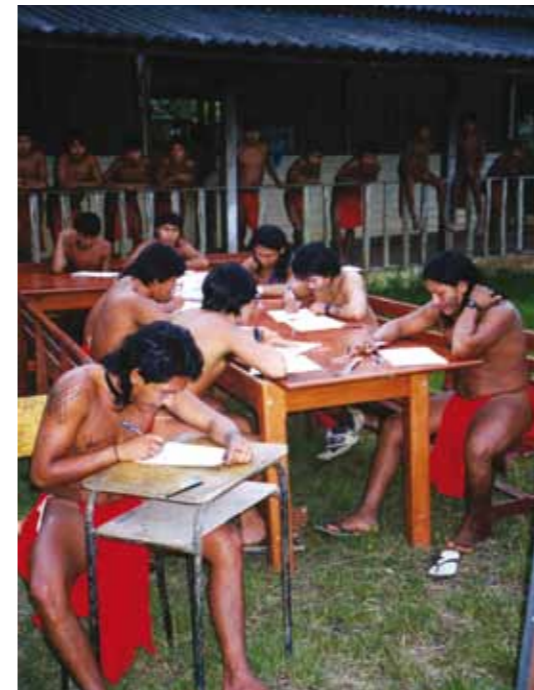
Higino Tuyuka (Foirn),
intercâmbio PIX

O caso do Amapá é emblemático. No caso dos Wajãpi, desde 2006 a SEED-AP não renovou mais o convênio que vinha mantendo com o Iepé desde 2002 para a formação dos professores wajãpi, não obstante o fato de haver uma segunda turma de professores que havia iniciado o curso em 2002 e ainda não o concluíra. Entre 2007 e 2010, o Iepé conseguiu realizar apenas mais uma etapa da formação desta turma, com apoio da Coordenação Geral de Educação da Funai. Os professores da segunda turma só não pararam totalmente de estudar porque resolveram participar do projeto “Fortalecimento dos Direitos Culturais dos Povos Indígenas nas Políticas Públicas”, desenvolvido pelo Iepé com apoio da Fundação Rainforest da Noruega, que incluía cursos sobre história da colonização e legislação indigenista, entre outros assuntos. Também foi possível realizar uma oficina reunindo professores e pesquisadores wajãpi para discutir o currículo diferenciado das escolas, com apoio do IPHAN, mas, de modo geral, a falta de financiamento governamental e não governamental levou à interrupção de um trabalho de quinze anos de construção de uma educação escolar própria dos Wajãpi.

A suspensão do financiamento não provocou apenas a interrupção da formação dos professores, mas também do processo de acompanhamento pedagógico às escolas, de construção coletiva de seu projeto político-pedagógico e de produção de materiais didáticos específicos. Provocou, inclusive, a paralisação das aulas em muitas escolas, já que muitos professores perderam a motivação com a falta de acompanhamento, a interrupção dos cursos e, no caso dos professores não concursados, o fim da bolsa que recebiam através do convênio Iepé-SEED. Embora promettesse assumir o acompanhamento às escolas dali para frente, a SEED-AP restringiu seu diálogo com os professores contratados a questões burocráticas e trabalhistas, quando não envolvia ameaças por conta de posições políticas assumidas pelas lideranças de suas comunidades. Tudo isso gerou grande preocupação entre os Wajãpi, que se mobilizaram de várias formas para reivindicar a continuidade do trabalho que vinha sendo feito pelo Iepé com apoio do governo. Diversos documentos foram produzidos e enviados à SEED-AP, ao MEC e à Procuradoria da República, entre outras instituições, e diversas reuniões com representantes governamentais foram feitas, mas sem obter resultados.



Escola Ashaninka, AC



Professores Wajãpi, AP

A compra da produção agrícola para a escola regionalizada provocou o aumento da produção que, agora, é também comercializada na cidade. Os indígenas do Acre estabeleceram a política de plantar 2 hectares de frutíferas no entorno de cada escola. Foi interessante ver o resultado do enriquecimento com frutíferas plantadas em sistemas agroflorestais nos quintais das casas da aldeia Apiwtxa.

Renata de Faria (ISA),
intercâmbio Acre



Pesquisador Wajãpi, AP

Quando fui aos Kaxinawá vi que eles vivem de sua cultura. Nós fomos um tempo folclorizados, e isso é mal. Aqui a escola não resgatou, mas valorizou nosso conhecimento.

Higino Tenório Tuiuka (Foirn),
intercâmbio Rio Negro

Higino Tuyuka faz referência a uma “cultura indígena oficial” que durante muito tempo vigorou no alto Rio Negro onde, como consequência de um longo trabalho dos salesianos de impor aos índios os valores e hábitos dos brancos, introduziram no calendário cultural regional a celebração oficial atribuída aos índios, como a do 19 de Abril. Depois, já com os salesianos desprestigiados e a descoberta, pelo Brasil, da exuberância da Amazônia, o Boi de Parintins, nos anos 1990, passou a ser a maior expressão da indianidade amazônica. São Gabriel, então, passou a abrigar o Festival, onde a população local representava a “cultura indígena” no formato das festas, das músicas e das coreografias geradas pela indústria cultural de Parintins. Ou seja, índios representando a si próprios por meio de alegorias alusivas a um passado (não) extinto que fazia caber no imaginário das pessoas da região, esmagadas pelo preconceito, a real presença índia do Alto Rio Negro. A Foirn, durante alguns anos, participou ativamente do Festival mas, aos poucos foi se dando conta de que seu trabalho de inserção cidadã dos índios era incompatível com a mensagem do festival.

4 gerações



Ikpeng (PIX), 2010

Há cerca de 20 anos a sociedade brasileira vem experimentando uma nova dinâmica, construindo processos de participação e intervenção nas políticas públicas e respeitando a diversidade cultural dos diferentes grupos sociais que a constituem. Os povos indígenas fizeram parte nesse movimento e acumularam algumas conquistas, como a proteção dos seus territórios, o acesso a serviços diferenciados de saúde e educação, bem como o direito de fazer a gestão desses serviços. Com isso, surgiu a necessidade de profissionalização de jovens indígenas – professores, agentes de saúde, chefes de postos indígenas, chefes de postos de vigilância, agentes ambientais, entre outros – assunto tratado no capítulo anterior.

Essa profissionalização dos mais jovens reverteu no aumento de pessoas assalariadas nas aldeias (antes reservado a índios contratados pela Funai como motoristas, mateiros ou atividades afins), intensificando o acesso a bens materiais, o que gerou necessidades diferentes de consumo, maior contato com as cidades e, para incrementar tudo isso, o acesso às novas tecnologias de comunicação em rede. A renda familiar originada pela venda de artesanato e ao recebimento de aposentadoria pelos velhos passou a não ser suficiente para a compra de bens individuais (como vestimenta e equipamentos eletrônicos) e familiares (munição, material de caça e pesca e artefatos domésticos para as mulheres etc.). O acesso regular e mais amplo ao dinheiro alterou, então, não apenas a dinâmica da economia de boa parte das famílias indígenas, mas também a dos arranjos políticos dentro das comunidades. Se usarmos como referência o contexto contemporâneo da sociedade brasileira pós Constituição, as velhas lideranças se organizaram para defender direitos civis e territoriais; hoje, as lideranças se organizam para defender esse território nem sempre com apoio do Estado e, portanto, para ampliar a obtenção de recursos materiais, para gerir o acesso e o uso desses recursos e, no caso das etnias mais engajadas com o futuro, como as parceiras da RCA, atentas para resguardar, a partir dessa nova realidade, a sustentabilidade da própria cultura.

As associações indígenas surgiram nesse contexto e vêm se constituindo como espaços de organização de novas demandas que trouxeram, também, mudanças significativas na forma de organização política dos grupos indígenas, com reflexos no processo de participação política na sociedade brasileira como um todo. A repercussão disso, no cotidiano das aldeias, traduz-se por um sentimento sempre presente nas falas das lideranças e dos mais velhos em geral – de “perda da cultura”. Os velhos queixam-se que os jovens têm vergonha de manter os costumes, como o uso da língua, as pinturas corporais e a prática das festas, enquanto os jovens queixam-se de que seus pais e avós se recusam a dialogar com eles por estarem mais interessados em ter acesso aos benefícios da modernidade os quais, por intermédios dos jovens, chega-lhes para o conforto da vida cotidiana. A geração mais nova de lideranças, seja homens (e raramente, ainda, mulheres) acabam assumindo papéis mais proeminentes nas associações, nas escolas ou demais funções públicas, e parecem ter clareza que a geração dos mais velhos teve seu papel fundamental para defender direitos territoriais e civis. O que cada grupo tem dificuldade de dimensionar é que ambos os papéis são necessários e complementares. Os velhos de fato delegaram aos jovens a liderança da gestão das instituições associadas ao acesso a recursos (financeiros e materiais) vistos como indispensáveis para garantir a sustentabilidade da própria cultura, o que motivou os velhos a lutarem por seus territórios.

Maurice Nilson, assessor da CCPY na época do intercâmbio no Rio Negro, pondera em seu relatório que a gestão territorial enquanto vivência espontânea das populações indígenas não passa necessariamente pelo aparato das associações indígenas. “Se de um lado elas se apresentam como representação legítima dos índios em seu diálogo com a sociedade nacional, por outro apresentam estrutura de sociedades civis, com coordenação central e demais elementos que lhes são próprios. O depoimento de um rapaz altoxinguano indicou o espírito do processo das organizações indígenas se inserirem na política local, posicionando-se como subalternas às lideranças tradicionais do Alto Xingu, o que justifica serem jovens as lideranças que ocupam cargos nas associações. Mais preparadas com relação ao contato, essa nova geração tem como conselheiros as lideranças legítimas de suas comunidades, aspecto também levantado no Alto Rio Negro, onde conselhos de anciãos são designados a orientar a ação dos gestores. No caso dos Yanomami, boa parte das conversas entre as lideranças de uma ou mais comunidades giram em torno de decisões sobre os usos territoriais e as destinações de espaços para novas roças ou de eventos coletivos, passando ao âmbito da política indígena”, explica Maurice.

Sobressaiu, finalmente, nos intercâmbios sobre gestão territorial e ambiental, a discussão sobre “resgate cultural”. O que parece emanar disso é uma tentativa, pelos mais velhos, de lutar pela valorização do uso da língua no cotidiano, pelo cumprimento integral do calendário das festas e pela escuta de conselhos e histórias; e, da parte dos mais jovens preocupados com seu povo, emana certa apreensão pela falta de atenção de sua geração na aplicação cotidiana de conhecimentos para a produção dos artefatos da cultura material, de tempo para ouvir e recontar os relatos míticos ou para cumprir as tarefas associadas ao calendário cerimonial. Segundo os jovens, ainda assim a responsabilidade recai sobre os velhos, que não se interessam em ensinar-lhes, mas apenas tê-los como diplomatas dos interesses indígenas junto aos brancos, o que os obriga a desagregar-se. O fato é que se isso torna-se assunto passa a ser uma preocupação legítima. Todos os parceiros indígenas da RCA superaram traumas profundos trazidos pelo contato e agora enfrentam nova ordem de impactos. Praticamente todos esperam que as escolas indígenas assumam para si a tarefa desse “resgate”. De acordo com um relatório de viagem de intercâmbio, o assessor da Hutukara comenta que nesse assunto exceção pode ser feita aos Yanomami cujo contato mais recente, isolamento territorial e presença menos hegemônica de missões religiosas na TI podem explicar que conjuntos essenciais de seu modo de vida estejam mais resguardados o que lhes deixa fora dessa discussão. O senso comum atribuiria aos povos xinguanos a mesma situação de isolamento e preservação cultural, mas os mais velhos das aldeias, alguns pesquisadores e mesmo professores índios estão atentos à rápida deterioração do uso da língua no cotidiano e de práticas tradicionais, por jovens e crianças, o que se explica pela proximidade das cidades e o fluxo de pessoas indígenas ou não que entram e saem do PIX. Se contato recente e isolamento territorial explicassem as reticências dos Yanomami e da Hutukara à noção de resgate cultural, os Wajãpi e povos do Tumucumaque, respectivamente, junto com o Iepé, poderiam abolir sua preocupação com o assunto, mas vemos que ele consta da pauta de trabalho de parceria.

O Iepé vem conduzindo na região do Amapá e norte do Pará um programa de formação de pesquisadores indígenas que se voltam para registrar e sistematizar suas próprias culturas e histórias, com o intuito de valorizar internamente seus patrimônios culturais. Esse programa tem propiciado aos índios uma reflexão sobre cultura, como um movimento prospectivo rumo ao futuro e o estabelecimento de novas relações entre as diferentes gerações.

As etnias do Alto Rio Negro, por sua vez, conseguiram reerguer-se a partir do reconhecimento territorial para enfrentar a cultura missionária e definir uma trajetória própria de revitalização de valores e costumes tradicionais. O professor Higinio Tuyuka tem sido um grande lutador pela qualidade do ensino escolar em sua aldeia, e durante intercâmbio no Acre, em 2010, fez um depoimento que causou impacto nas novas gerações: “Minha terra é homologada desde 1998, eu nunca quis fazer faculdade para não virar uma ‘caixinha de fósforo’, eu sempre quis ser mais aberto. Eu acho que os professores indígenas que estão estudando o curso superior estão estudando para seu interesse próprio assim como os índios quando viram políticos. Os ‘valores são formas materiais e imateriais’ e não é a faculdade que fortalece isso. É através da gestão territorial e ambiental que fortalecemos nossos valores culturais. Para que estudar e depois se vender para os políticos, empresários e vender seus recursos naturais? Minha luta é sempre essa. Para que eu vou fazer universidade se não é para ajudar minha comunidade a resolver os problemas? Estudo é uma ferramenta para ajudar meu povo. A tecnologia tem que ser a serviço do homem. Estudar para ser agente agroflorestal é um trabalho que vai realmente ajudar você a comer melhor, viver melhor. Mas estudar para virar doutor? Só vai ajudar a ele mesmo. O conhecimento de fora só é importante se o conhecimento de dentro é tão forte quanto. O pau que cresce torto não endireita mais. Quem estuda fora não volta mais para trabalhar para a aldeia. A escola deve ser um espaço de definição para que os jovens aprendam os valores da sociedade onde está inserindo, resolvendo os problemas da sua comunidade, aprender para ajudar seu povo”.

Os intercâmbios promovidos pela RCA têm evidenciado que as tensões entre as gerações nas comunidades indígenas tornaram-se mais complexas, na medida em que surgiram novos padrões de relacionamento e de tomada de decisões que escapam ao controle comunitário. A dificuldade de superar essas tensões afeta a transmissão de valores, de experiências, de conhecimentos, com impactos nas formas de organização e gestão coletivas, inclusive dos seus territórios. Não raro, constata-se dificuldades das lideranças jovens em repassar informações adequadas às suas comunidades diante da divergência de propostas e caminhos de futuro que lhes são apresentados.



Professora Francisca Yawanawa e seus alunos, aldeia Arara, AC



Mulheres Wajãpi, AP

Vemos que estão acontecendo muitos fenômenos na nossa terra. Os peixes estão morrendo sem a gente fazer nada, e concluímos que a mudança climática está causando essa mortalidade de peixes. Os velhos dizem que não acontecia isso no tempo deles, sabemos que os xamãs não estão mais colocando a capa de proteção da terra contra o calor do sol. Os povos indígenas estão se preocupando com isso. Vamos ter que praticar benzimentos, temos que curar o mundo, vamos fazer isso com os xamãs da Colômbia para curar o mundo no ano que vem. Os velhos estão dizendo que a temperatura está cada vez mais alta. Muita gente disse que tem que reflorestar mas nós, povos indígenas, sempre fazemos isso, a gente nunca derrubou em grande escala. Não é só a tecnologia do branco que vai resolver este problema. Nosso conhecimento tradicional pode resolver este problema. Por isso a escola tem que ser do próprio indígena. Este conhecimento vai ajudar a gente a resolver nosso problema.

Higinio Tuyuka (Foirn), intercâmbio Acre

No Kuikuro foi bom ver a aldeia e parentes nus e pintados. Nunca tinha visto ao vivo, pois nós estamos perdendo nossa cultura. As casas são tradicionais, totalmente diferentes das nossas casas. Foi um impacto. Dançamos nas casas deles.

Sedrick Karipuna (Iepé), intercâmbio PIX

O cacique não gosta de ver que o povo se case com brancos ou homem ou mulher. Pra construir as coisas consultamos os velhos. Conforme a ideia da comunidade vai construir as coisas e a comunidade sabe que tem que ouvir as lideranças e os velhos. Eu sou presidente (da associação), e vou sabendo o que vou falar porque os velhos me orientam quando vou pra algum lugar apresentar os interesses da comunidade. Quando temos que decidir coisas de última hora, é muito difícil pra nós, porque temos que consultar sempre essas pessoas.

Winti Suyá (Atix), intercâmbio Rio Negro

No Xingu não teve missionário, mas mesmo assim o pessoal se afastou da cultura por outras formas. Os velhos falam que os jovens não querem mais cantar, fazer peneira etc. e o jovem diz que o velho não quer mais ensinar.

Paulo Junqueira (ISA), intercâmbio Rio Negro

Amapá e norte do Pará

Apesar de uma legislação favorável aos processos de autonomia indígena, ainda vigora no Brasil, de modo geral, um profundo desconhecimento das experiências históricas e dos movimentos contemporâneos de afirmação política e cultural dos povos indígenas. Mas também entre si, dentro de suas comunidades, surgem tensões que resultam da discriminação a que são submetidos fora da TI, seja pelos vizinhos da Perimetral, seja pelos moradores de Macapá, seja pelas instituições não-indígenas com quem precisam lidar. Esse é o principal desafio que se coloca atualmente aos Wajãpi do Amapá. A geração mais nova vem questionando os valores e os saberes dos mais velhos, evitando inclusive exibir marcas materiais de sua indianidade – como, por exemplo, a pintura corporal – para não enfrentar os preconceitos arraigados na população não-indígena com a qual mantêm contato cada vez mais intenso. Como afirma o professor Makaratu Wajãpi: “Atualmente os jovens gostam mais de coisas dos não índios, esse conhecimento que nós temos eles falam que é passado. Por isso nosso conhecimento está começando a se modificar”.

Preocupados com essa atitude frequente entre os adolescentes, alguns chefes de aldeias e os professores bilíngues procuram alternativas para valorizar, nas próprias aldeias, os conhecimentos que os jovens colocam em dúvida. É o que os líderes do Conselho das Aldeias Wajãpi / Apina explicaram ao Ministro da Cultura e à plateia da cerimônia de entrega do título que a UNESCO lhes conferiu, em 2003, pelo **Plano de Salvaguarda** de suas Expressões orais e gráficas (ver box ao lado): “Nós nunca vamos esquecer nossa cultura porque continuamos ensinando nossos filhos e netos na escola e no dia-a-dia. Nós temos nossa proposta curricular diferenciada, que já está sendo construída pelos próprios professores wajãpi para fortalecer a cultura wajãpi na escola. Mas também fora da escola nós ensinamos nossos conhecimentos para as crianças, através de nossa tradição oral, das caçadas e das caminhadas na mata... Nós queremos que os não índios conheçam nossa cultura para respeitar nossos conhecimentos e nosso modo de vida. Se os não índios não respeitam nossa cultura, até os nossos próprios jovens podem começar a desvalorizar nossos conhecimentos e modos de vida. Por isso, nós queremos apoio para continuar este trabalho de formação dos Wajãpi, e também de formação dos não índios, para entender e respeitar os povos indígenas” (Aikyry, Japaropi, Jawapuku, Kumare, novembro 2003).

A atual mobilização dos professores e pesquisadores indígenas, em torno de problemáticas relacionadas à “cultura” resulta inclusive da constatação do impacto negativo dessas ações assistenciais, que continuam sendo praticadas na perspectiva da “integração” e do apagamento das diferenças. Também é posterior à apropriação de novas formas de organização (com um modelo trazido pelos não índios) que os Wajãpi, como todos os grupos indígenas brasileiros, passaram a incorporar no final da década de 1990. O Conselho das Aldeias Apina, criado em 1994, tem se consolidado progressivamente não apenas como instância de representação “para fora”, mas como um espaço para experimentar novas formas de tomada de decisões coletivas, em torno dos problemas que afetam o “coletivo” das 49 aldeias desse grupo, que inclusive valoriza muito suas diferenças internas. Como explicam os pesquisadores: “Wajãpi não é tudo igual, não! Cada um tem seu jeito, porque Wajãpi mora cada um na sua aldeia. Os Wajãpi moram todos separados. Os Wajãpi moram cada um na sua região. Antigamente, a origem dos Wajãpi é assim mesmo, todos separados. Nós, Wajãpi, não moramos juntos, senão vai diminuir a caça, os peixes, o lugar para fazer roça e lugar para caçar. Por isso nós mudamos de lugar para morar onde tem mais caça e peixes e recursos naturais. Nas aldeias novas tem muita palha ou o lugar de onde tiramos palha fica mais perto de casa. E também as plantas crescem bem nas aldeias novas” (Marãte, Patire, Kari e Jawapuku, julho 2006).

O contexto de valorização dos saberes e práticas tradicionais está configurando novos sujeitos – entre eles, os membros da diretoria do Conselho / Apina e os membros da “turma de pesquisadores wajãpi”. Ao mesmo tempo, novas práticas – como a pesquisa e o registro por escrito de tradições antes transmitidas oralmente – estão fazendo ressurgir agentes comunitários tradicionais, como são os homens e as mulheres tratadas como jovijãgwerã, que os jovens estão novamente aprendendo a respeitar, enquanto “sábios” de suas aldeias. Toda essa rede de relações, entre este grupo indígena e seus vizinhos não indígenas, como entre os diferentes grupos locais e gerações wajãpi, apresenta uma com-



Inauguração do Centro de Documentação Wajãpi, AP

O **Plano de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial Wajãpi** tem no fortalecimento de uma educação escolar diferenciada um de seus pontos de apoio. Elaborado em 2002, por ocasião da candidatura dos Wajãpi à Segunda Proclamação das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela Unesco, sua implementação começou em 2005, quando, com apoio do MinC e do IPHAN, foi iniciada a formação em pesquisa de um grupo de jovens wajãpi interessados em realizar o inventário das manifestações culturais associadas à arte gráfica kusiwa. Visitando aldeias, fazendo entrevistas, participando de atividades do dia a dia e estimulando a realização de festas ou outras atividades que estavam deixando de ser praticadas, os pesquisadores foram acumulando registros e sistematizando informações, interpretando-as em discussões com colegas e com seus formadores. Nas oficinas, os pesquisadores escolhem os temas de suas pesquisas individuais, preparam roteiros, apresentam dados coletados e planejam novas etapas de pesquisa. Também realizam pesquisa coletiva temática, sistematizando conhecimentos e práticas tradicionais dos Wajãpi. Esse trabalho é voltado a dois públicos diferentes – interno e externo – e vem propiciando uma melhor compreensão dos saberes wajãpi e das formas de pensar dos não índios.

Como disse o Hapyhi Krahô temos que plantar para nossos filhos e netos. Hoje, valorizando nossa cultura, fazemos intercâmbio entre nossos povos e as aldeias da Colômbia. Também discutimos sobre aquecimento solar, vemos que estão acontecendo muitos fenômenos na nossa terra, os peixes estão morrendo sem a gente fazer nada, concluímos que a mudança climática está causando esta mortalidade de peixes, os velhos dizem que não acontecia isso no tempo deles, sabemos que os xamãs não estão mais colocando a capa de proteção da terra contra o calor do sol. Os povos indígenas estão se preocupando com isso. Vamos ter que praticar este benzimento, temos que curar o mundo, vamos fazer isso com os xamãs da Colômbia para curar o mundo no ano que vem. Os velhos estão dizendo que a temperatura está cada vez mais alta. Muita gente disse que tem que reflorestar mas nós, povos indígenas, sempre fazemos isso, a gente nunca derrubou em grande escala. Não é só a tecnologia do branco que vai resolver este problema. Nosso conhecimento tradicional pode resolver este problema. Por isso a escola tem que ser do próprio indígena. Este conhecimento vai ajudar a gente a resolver nosso problema”.

Higino Tuyuka (Foirm),
intercâmbio Acre

Os guarani têm 500 anos de contato, e a gente sempre manteve a nossa língua e a nossa cultura e isso não é muito diferente daqui. Quem manda são os velhos e eles preferem não discutir as coisas, eles passam as coisas, quando veem que não têm como vencer, ganhar, então eles fazem as coisas. O pessoal de fora pensa que eles estão fazendo do jeito que as pessoas querem, mas no fundo os velhos estão fazendo sempre viver a sua cultura. Isso é o que aconteceu por 500 anos. Hoje, na aldeia, as pessoas ainda estão dominando a linguagem própria, poucas pessoas falam bem fluente o português, poucas pessoas, apesar de ter 500 anos de contato, e isso é uma característica nossa. Isso é só para vocês entenderem. Os mais velhos sempre acharam que conhecendo, o povo fica mais vulnerável, daí os guarani não mostram muito a sua cultura. Aos poucos eles inventam coisas, a própria gravação de CD, o CD pra gravar só coloca músicas feitas por algumas pessoas, que não é sagrado, o sagrado nunca é gravado. Isso é uma estratégia dos Guarani.

Leonardo Guarani (CTI),
intercâmbio Rio Negro

plexidade que não pode ser abordada a partir de uma simples oposição entre o “tradicional” e o “novo”. O que é certo, no entanto, é que o programa de formação de pesquisadores wajãpi é vivenciado como um novo elo entre jovens e velhos, entre passado e futuro.

Em setembro de 2009, o Iepé, o Apina e o Iphan inauguraram **Centro de Documentação e Formação Wajãpi**. Localizado dentro da Terra Indígena Wajãpi, o Centro possui salas de pesquisa e um espaço para a realização de oficinas, cursos e reuniões, além de alojamentos para os Wajãpi residentes em outras aldeias e consultores atuando no processo de formação de professores e pesquisadores indígenas. As salas de pesquisa abrigam a documentação produzida pelos pesquisadores e documentaristas wajãpi envolvidos na produção de um inventário das manifestações culturais dos Wajãpi, bem como outros documentos e registros produzidos por pesquisadores não índios. O Centro está equipado com computadores, impressoras, televisão e aparelho de DVD, internet e radiofonia, que funcionam com sistema de energia solar. A responsabilidade pelo cuidado e uso do CFDW será dos pesquisadores Wajãpi e dos membros da diretoria do Apina.

A experiência de trabalho com os Wajãpi foi expandida, pelo Iepé, para outras terras indígenas da região do Amapá e norte do Pará. Na região do Oiapoque, o Iepé tem realizado um programa de capacitação dos funcionários indígenas do Museu Kuahi, um museu indígena instalado no centro daquela cidade, realizando exposições etnográficas e pesquisas nas aldeias. Na região do Tumucumaque, outro programa de formação está em curso envolvendo mais de 40 professores-pesquisadores Tiriyó e Kaxuyana.

Várias publicações, folders, livros e exposições resultaram dessas iniciativas, mas o resultado principal tem sido a ampliação do interesse dos mais jovens sobre sua própria língua, cultura e história, criando e fortalecendo novos espaços de diálogo entre as gerações, jovens e velhos, homens e mulheres.

Rio Negro

O processo de revitalização cultural faz parte de um movimento maior, em curso já há alguns anos em toda a região do Alto Rio Negro. Ele consiste em diversas iniciativas de pesquisa e projetos participativos envolvendo as diferentes gerações com o objetivo de troca, produção e reprodução do conhecimento com destaque para utilização das línguas indígenas. Dentre as principais ações, há: a) reconstrução de malocas, moradias coletivas do passado que eram também centro da vida cerimonial, hoje chamadas Casas do Conhecimento; b) retomada de práticas rituais em desuso por várias décadas; c) implementação de escolas indígenas com PPPs diferenciados, d) processos de pesquisa geridos pelas associações e pontos de cultura indígenas e e) elaboração de publicações escritas e em formato de novas mídias.

A escola Tuyuka, por exemplo, está centrada em pesquisas e definição de temas de estudo baseados em valores centrais aos Tuyuka, como suas línguas e saberes. Entre as atividades de destaque, estão as três oficinas de música realizadas com participação dos Tuyuka colombianos para discutir estratégias de gestão e compartilhamento de seus conhecimentos tradicionais e avaliar a importância de os jovens se concentrarem para escutar os “velhos”. Várias visitas foram feitas às comunidades do lado colombiano, sendo o professor Higino o interlocutor para conversar com os bayarua (cantadores) Tuyuka na Colômbia.

No bojo dessas iniciativas também foram elaborados diversos materiais didáticos e paradidáticos, bem como registros de narrativos e mitos com destaque para a coleção “Narradores Indígenas do Rio Negro”, editada pelo ISA e pela Foirn, reúne narrativas de autoria indígena sobre os mais importantes mitos de criação, história dos povos, explicações de benzimentos de cura ou proteção contra doenças, a visão indígena do contato com os brancos em versões repassadas por avôs e pais às futuras gerações. Alguns narradores já falecidos deixaram aí sua memória viva. O público-alvo são as mais de 700 comunidades indígenas do Rio Negro.



Wajãpi ensinando crianças a trançar, AP

Nós quase acabamos com nossa língua. Os patrões nos proibiam de falarmos na nossa língua, diziam que não era língua de gente. Quase acabamos com essa língua. Os patrões impunham o ritmo de trabalho nos seringais, nós não tínhamos tempo pra fazer nossas atividades tradicionais, e assim nosso povo não plantava algodão, as mulheres ficavam longe das mães, com o dinheiro dos seringais tínhamos de comprar roupa e terçado, e com isso fomos esquecendo nossas atividades tradicionais.

João Yawanawa (Opiac),
intercâmbio Rio Negro

A criança tem muita facilidade de aprender a língua portuguesa. Vimos que é importante primeiro a língua. Existe uma falha dos professores, dos pais e dos alunos. Nosso cacique tem muita preocupação de que os jovens possam sair das suas comunidades e ensinar besteiras para as pessoas das comunidades.

Winti Suyá (Atix),
intercâmbio Rio Negro

Os pais repassaram para a escola a responsabilidade das crianças falarem a língua, mas depois percebemos que a escola é um ponto de referência para as crianças falarem, não adiantava as crianças falarem na escola se em casa não falam, o espaço mais adequado de incentivar as crianças falarem é dentro de casa. Fizemos uma reunião para conversar isso com os pais e depois eles entenderam.

João Yawanawá (Opiac),
intercâmbio Rio Negro

O povo Yawanawa teve muito influência dos brancos por causa dos seringais, por isso ele perdia a sua língua facilmente porque diziam que nossa língua era “gíria”. Hoje quando vamos às comunidades, as mães dizem que foram repreendidas por falarem sua língua. Os brancos embriagavam nosso povo com cachaça se aproveitavam das nossas mulheres. A nossa crença já estava praticamente perdida. Só quando surgiu a questão de escola que mudou, pois a escola deu muito apoio ao que queríamos. Ela teria que mudar a situação da língua que quase não era mais falada. Temos pessoas que crêem muito no nosso espírito e muitos não mais acreditavam e a escola permitiu que isso voltasse.

João Yawanawa (Opiac),
intercâmbio Rio Negro

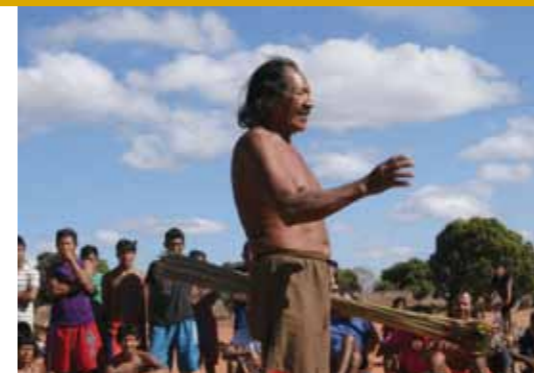


Objeto sagrado dos índios Desana e o livro da coleção Narradores Indígenas do Rio Negro, AM

Timbira

Há mais de 30 anos o CTI vem fortalecendo a prática musical e ritual dos povos Timbira, apoiando as iniciativas destes povos para o fortalecimento e a difusão de suas manifestações culturais e dinamizando suas próprias formas de produção e transmissão de conhecimentos. O intercâmbio de gravações dos cantos e depoimentos entre as aldeias vem estimulando o interesse pela contínua circulação desses conteúdos entre as gerações. Música e linguagem, cantigas e textos, caracterizam sistemas vivos de conhecimento e as intervenções realizadas pelo projeto Cultura Viva Timbira, voltado ao registro, recuperação, classificação, conservação e guarda do patrimônio cultural Timbira, são um meio de contribuir para a continuidade destes saberes.

Todo o material de registro é reunido no Acervo Cultural Timbira no Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Pënxyj Hêmpejxà, Ponto de Cultura reconhecido pelo MinC, localizado a 17 km da cidade de Carolina, MA. O Acervo teve início em 1990 com apoio da Profa. Dra. Kilza Setti que reuniu as fitas K7 gravadas pelos antropólogos do CTI e pelos Timbira e formou o Acervo Musical Timbira. Durante os anos seguintes, o Acervo foi alimentado com gravações de músicas, histórias e reuniões nas aldeias e, a partir de 2006, passou a contar com objetos, materiais áudio visuais e textuais coletados pelos próprios Timbira e pesquisadores que estiveram em suas aldeias, desde 1940 até os dias atuais. Hoje o Acervo reúne mais de 20.000 fotografias digitalizadas, 600 horas de gravações audiovisuais de rituais, cantigas, reuniões e depoimentos. Em 2009 e 2010 o CTI realizou uma ampla pesquisa em diversos museus do país para a realização de um inventário sobre a cultura material Timbira, bem como documentos textuais e visuais: parte do que foi encontrado foi fotografado ou copiado e todas estas informações também estão disponíveis no Acervo Cultural Timbira.



Liderança timbira dá boas vindas para o grupo da RCA na aldeia Canela, MA

A associação Mawo passou os dois primeiros anos sem documentação, depois de legalizada já fizemos projetos com o MMA e para o PDPI. Tem também o MJI – Movimento jovem Ikpeng que une associação, escola e comunidade. Claro que nem são todos que participam. Quando tem futebol existe desfalque, mas no geral, temos boa participação. O MJI teve ampla participação no Projeto Político Pedagógico.

Kumaré Ikpeng (Atix),
intercâmbio PIX

A associação está puxando a educação. A Associação Indígena Kisêdje quer criar o PPP das escolas. Chamamos os professores sobre o estudo das crianças, pais, pra pensar como podemos melhorar a educação das nossas crianças. Lá existe a 1ª e a 4ª e é mais em português. E hoje a associação está incentivando a alfabetização na língua.

Winti Suyá (Atix),
intercâmbio Rio Negro

Javari

O movimento de valorização cultural no Vale do Javari acontece a partir do encontro do desejo dos mais velhos em reaver costumes e rituais desmerecidos no pós-contato, com o entendimento dos jovens professores e multiplicadores da importância da manutenção de tradições na regulação da vida nas aldeias: ciclos, fartura e saúde. Nesse sentido o CTI tem apoiado: (i) os trabalhos dos pesquisadores indígenas; (ii) a realização de grandes encontros e festas; (iii) registros em áudio e imagens e a circulação dos mesmos; e (iv) a construção de malocas. O cinema levado às aldeias (a maioria sem energia elétrica) é outro vetor que suscita profícuas discussões nas aldeias, aquecendo o movimento em torno da “cultura”.

Após um longo trabalho de valorização dos ritos cantados Kanamari nas aldeias, a Akavaja, com o apoio do CTI e PDPI, lança o Tüküna Nawa Waik, um álbum duplo que disponibiliza uma amostra de cantos em um CD e um DVD que documenta a vida ritual na aldeia.



Capa do Álbum duplo CD e DVD dos Kanamari, AM



Ritual Kohana, dos Kanamari, aldeia Remansinho na TI Vale do Javari, AM

O cipó também já era esquecido, a escola fez uma pesquisa do que estava perdido e que poderia ser resgatado.

João Yawanawá (Opiac),
intercâmbio Rio Negro

A bebida sagrada deve ser tomada toda a noite. Estava a ponto de sair, porque deixei de comer as coisas boas, cortarem meu sal, e etc... Precisa cumprir dieta. Meu tio dizia que se eu quisesse ser homem eu teria que aguentar tudo isso. E ele disse que tínhamos que aproveitar porque eles já eram velhinhos.

Fernando Yawanawa (Opiac),
intercâmbio Rio Negro

Temos uma cultura muito forte, nos pintamos como tradicional... Os jovens saem pra cidade e quando voltam não querem tirar a roupa. Isso é triste, e a associação está tentando conscientizar sobre a (importância da) festa. Mesmo que a cultura seja forte, já tem gente fazendo isso.

Winti Suyá (Atix),
intercâmbio Rio Negro

concluindo...

As conversas mantidas durante as visitas de intercâmbio deixaram no ar a questão do desencontro de expectativas entre as gerações. No Xingu, o assunto vem irremediavelmente à tona quando entra em jogo a relação dos jovens com as cidades. São muitas as saídas ou entradas ao Parque: pelo rio Culuene, pela aldeia Ngosoko e Piaraçu, por Marcelândia, Analândia, Gaúcha do Norte e outras. Os mais velhos reconhecem que muitos saem para estudar, para fazer compras ou apenas para passear, mas, “aprendem a beber, a dançar como os brancos, e esquecem como é na aldeia”. Daí começariam os problemas. Percebeu-se, ainda no contexto do PIX, certa ambiguidade quando as lideranças se remetem à escolarização ou às atividades das associações a maior responsabilidade pelo esgarçamento da cultura tradicional. Ao mesmo tempo que recebem o afastamento de famílias da aldeia ao levarem os filhos estudar na cidade ou indicam jovens para prestar serviços para as associações, depositam na escola e nas associações a tarefa de fortalecimento cultural, deixando em segundo plano a vivência do cotidiano que não “remunera”, não “profissionaliza”. Nesse sentido, Ianukulá Kaiabi Suyá, vice-presidente da Atix quando participou de um intercâmbio da RCA, ressaltou a importância da pessoa indicada pelo cacique “ter aptidão” como gestor ou como funcionário público, e não necessariamente qualificação técnica, o que pode ser adquirido durante o trabalho. *“Tudo vai depender de seu engajamento com seu povo, pois quando uma pessoa estudou e depois desiste do trabalho e só vai querer ficar na cidade, vai ser um prejuízo muito grande para a comunidade. Vai ficando ali, sem saber exatamente o que fazer”*. Por outro lado, a autonomia dos índios para fazer a gestão da FOIRN, e sua forte atuação no cenário político local, impressionou os Wajãpi quando observaram que o setor financeiro da Federação está integralmente nas mãos de três índios rionegrinos. Para contrabalançar a admiração e a surpresa, avaliaram que os três funcionários “não são mais índios”, pois vivem direto na cidade, trabalhando.

Essa situação está longe de ser tranquila na avaliação de Higino Tuyuka, liderança do Alto Rio Tiquié, região do Alto Rio Negro onde atua a Foirn. Ele revela a preocupação com o interesse dos jovens em ir à universidade. Segundo Higino, eles não voltam para atuar em suas comunidades: *“As universidades os tornam individualistas. Os conhecimentos não indígenas só são importantes se os conhecimentos indígenas forem colocados em pé de igualdade e valorizados como devem ser”*, aspecto que recebeu a concordância de Kasianã Wajãpi, um jovem professor que vem sendo formado pelo lepé: *“Quando Higino falou isso eu fiquei comparando com os professores Wajãpi que estão estudando na universidade. Antes, os professores Wajãpi ajudavam muito o povo Wajãpi, mas depois que alguns professores foram estudar na universidade, eles pararam de trazer conhecimento para a comunidade. Mesmo os professores assalariados não ajudam muito sua comunidade. Eu vi que outros povos também estão preocupados com isso, por isso precisamos fazer muitas reuniões na comunidade para discutir esta questão dos jovens que querem estudar na cidade”*, relata Kasianã em sua viagem ao Acre. Nesse sentido, o trabalho do lepé com pesquisadores wajãpi vem obtendo sucesso na tarefa de reavivar o interesse de jovens por seus próprios saberes e práticas: *“Nós Wajãpi enfrentamos muitos problemas com preconceitos. Muitos não-índios que trabalham nas nossas aldeias não entendem e não respeitam o nosso modo de vida: organização social, jeito de ocupar a terra, jeito de casar, jeito de curar as doenças, jeito de fazer resguardo, jeito de se pintar, jeito de comer, etc. Outro problema é que alguns jovens não se interessam pelos nossos conhecimentos e nossas práticas. Alguns de nossos saberes estão se perdendo. Por isso, nós, os 20 pesquisadores escolhidos pelos chefes, vamos pesquisar mais esses saberes, para trazer de volta e usar.”*

Retoma-se, a partir dessa experiência positiva, o impasse já conhecido. Embora apreciem seu trabalho, os pesquisadores e documentaristas ressentem-se do fato de não serem reconhecidos interna e externamente como profissionais no mesmo patamar que professores, agentes de saúde, agentes de saneamento etc. – o que inclui, naturalmente, o retorno financeiro proporcionado pelos salários, além da possibilidade de frequentar uma universidade e obter cargos no serviço público. Nos últimos anos, alguns deles vêm considerando a possibilidade de “mudar de carreira”, chegando a propor ao lepé que sua formação fosse transformada em um curso profissionalizante na área ambiental.

Nesse sentido, a experiência dos Ashaninka, no Alto Rio Juruá, no Acre, abriu uma perspectiva positiva para quem teve oportunidade de conhecer o trabalho de três irmãos formados pela CPI-AC, seja como professores, seja como agentes agroflorestais. A base técnica e o engajamento político com as questões associadas ao fortalecimento cultural, ao valor da terra indígena como local de aplicação de saberes e de manutenção de usos, de acordo com os “costumes tradicionais”, indicam que existem caminhos possíveis de superação de impasses.



Apresentação das delegações no intercâmbio no Xingu, MT

O que mais chamou minha atenção foi a inclusão digital em algumas aldeias por onde passei. Hoje, para o meu povo parece ser impossível nossos filhos terem acesso a isso. Mas os do Rio Negro conseguiram. Se o motivo pra gente não ter for a distância da nossa aldeia, lá eles também moram bem distantes da cidade.

Davi Kaxuyana (Apitikatxi),
intercâmbio Rio Negro

Por mais longe que é, tem gente levando TV, levando som na aldeia, só porque pensam que tem que tirar proveito da energia que o governo levou para lá. Acho que eu não teria coragem de levar não. A gente tem segurado muito a entrada desses aparelhos na nossa família.

João Yawanawa (Opiac),
intercâmbio Rio Negro

Vocês estão vendo que temos tecnologia, motos e internet (desde 2005 – programa do governo), isso facilita na divulgação da cultura. A internet liga para o trabalho e depois desliga. Temos controle e não tem luz nas casas.

Sempe Kuikuro (Atix),
intercâmbio PIX

Eu vejo aqui (na aldeia Apiwtxa, alto rio Juruá, AC) que vocês usam a roupa de vocês, roupa tradicional. Lá nas aldeias do Alto Rio Negro as pessoas indígenas querem usar corrente de ouro e diamante. Até que ponto as escolas que tratam desta questão de gestão vão conseguir reverter esta mentalidade? Eu quero levar o que eu estou vendo aqui para minha aldeia. Vamos ter que renovar e inovar; somos renovadores.

Higino Tuyuka (Foirn).
intercâmbio Acre

Tem aldeias que não tem contato com os brancos, por isso eles preservam muito a cultura. A nossa, até 2003, ainda era muito fraquinha, desde a língua até a medicina tradicional. Ainda tem velhos que trabalham a medicina, então promovemos encontros de pajés que trouxemos dessas aldeias mais tradicionais e aí fizemos levantamentos de comunidade que conheciam espécies e trocas de experiência com os pajés das outras comunidades.

João Yawanawa (Opiac),
intercâmbio Rio Negro

documentos públicos produzidos pela RCA



Rede de Cooperação
Alternativa Brasil – RCA

“CARTA ABERTA DA RCA SOBRE GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA NO BRASIL”

Entre dos dias 11 e 26 de novembro de 2007, um grupo de 35 pessoas, pertencentes às entidades da sociedade civil organizada, sendo elas indígenas e parceiras assessoras socioambientalistas (Iépe, ISA, FOIRN, OPIAC, CTI, ATIX, CCPY, APINA, CPI) estiveram reunidas em São Gabriel da Cachoeira (AM), para discutir o tema “Gestão Territorial Indígena” e ainda identificar e sistematizar conhecimentos acumulados entre os participantes nas suas práticas em gestão territorial. A RCA Brasil – Rede de Cooperação Alternativa existe desde 1997 e é formada por entidades indígenas e não indígenas que se reúnem para definir estratégias e diretrizes políticas comuns às realidades de cada participante – seja na área de educação, pesquisa, conservação da biodiversidade, fortalecimento da autonomia dos povos indígenas e a ampliação da sustentabilidade das comunidades indígenas. O principal instrumento utilizado pela RCA para difundir suas ações é o intercâmbio entre seus integrantes e tem o apoio da Rainforest Foundation da Noruega.

O intercâmbio no Rio Negro foi marcado pela troca de experiências dos vários modelos de gestão indígena desenvolvidos por cada povo, que passam a servir de referência e inspiração para outros povos que participam da Rede. Percebemos as soluções próprias que temos dado para enfrentar efeitos e restrições decorrentes da delimitação territorial, relacionadas também ao contexto político e histórico de cada região. Mas destes contextos surgem formas de protagonismo das nossas organizações indígenas que enfrentam todas essas questões com soluções.

A demarcação das terras indígenas traz, em princípio, garantias adicionais ao direito imemorial que já temos sobre a terra onde vivemos: posse permanente e usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Portanto, demarcação implica obrigações adicionais do Estado, tais como, respeito às definições de gestão territorial por cada povo para proteção dos limites e impedimento de ocupação destas terras por terceiros. No entanto, parte dos nossos povos ainda luta pela demarcação ou possui seus territórios extremamente reduzidos. E grande parte das terras indígenas no Brasil já homologadas ainda sofre invasões de vários tipos, seja quando são entrecortadas por estradas ou ferrovias, seja quando têm partes inundadas por usinas hidrelétricas ou quando sofrem com garimpos clandestinos e com as grandes fazendas de criação de gado e de latifúndios. Tudo isso traz grave consequência para nós e também para o restante do mundo que sofre com o desequilíbrio do ciclo natural da vida no planeta causado pelo desmatamento, poluição e difusão de doenças.

Apontamos também falta de apoio em todos os aspectos, por parte da grande maioria dos governos estaduais e municipais em reconhecer nossos processos de educação própria e de proteção e revitalização da nossa cultura.

Assim nesse momento de reflexão, elaboramos este documento que tem o objetivo de alertar governos e populações sobre nossos maiores anseios por políticas públicas federais, estaduais e municipais que incorporem as nossas demandas. Para isso, elencamos alguns pontos importantes para indicar as ameaças, problemas em geral ou pontos de reflexão que apontam riscos futuros para nossas futuras gerações.

Alerta ao Governo

Diante de tantos e tão importantes desafios que já enfrentamos, para demarcação e para construção de boas condições de vida nas terras indígenas, queremos que o Estado cumpra então sua parte:

1. No seu dever de proteger e fazer respeitar as terras, culturas e tradições indígenas perante a sociedade brasileira;
2. Incorpore efetivamente nas políticas públicas o respeito a formas diferenciadas de pensar e de viver, criando meios adequados de consulta aos povos indígenas sobre os projetos que afetem direta e indiretamente nossos modos de vida. Ou seja, não queremos que as políticas públicas partam do princípio de que as comunidades precisam alterar seu modo de vida para ter acesso aos serviços de assistência. Pois acreditamos que o governo é que deve formatar seus serviços às condições específicas de cada povo indígena, já que temos experiências de sucesso em áreas como educação escolar, alternativas econômicas, uso das tecnologias, pesquisas, manejo de recursos naturais e gestão territorial;
3. Respeite nossas próprias soluções de gestão territorial, nossas próprias formas de administrar os recursos da terra e a própria terra indígena. A gestão territorial deve ser feita pelos povos indígenas e para os povos indígenas. Tal gestão só pode ser feita a partir de conhecimentos e experiências profundas sobre o espaço, acumuladas por cada povo, que pensam sobre a própria terra como forma de mantê-la sob constante vigilância e uso;
4. Crie orçamentos específicos destinados às terras indígenas demarcadas e homologadas, e assim garantir o desenvolvimento das comunidades, promovendo o bem estar nas regiões, permitindo a expansão das boas práticas que existem em todas as comunidades.

Alerta sobre demarcação, fiscalização e regiões vulneráveis

Gostaríamos de alertar ao Estado e à população em geral para algumas situações de maior vulnerabilidade e que exigem debate entre todos os envolvidos:

1. Demarcação e fiscalização.
 - Os Yanomami enfatizam como estão se preparando para defesa territorial e uma série de ações nos limites, dado que ainda hoje estimam a presença de aproximadamente 3000 garimpeiros dentro de suas terras.
 - Os povos Guarani enfatizam o eterno desafio da vida em terras tão pequenas, bem como a demanda por reconhecimento territorial de várias comunidades desse povo, que vivem na beira de estradas, despojadas de seus territórios tradicionais.
2. A ameaça do entorno de terras indígenas ameaçam:
 - O Parque Indígena do Xingu, rodeado por fazendas e desmatamento desenfreado.
 - Os povos do Xingu enfatizam os efeitos dos deslocamentos para dentro do Parque e hoje os desafios de retomada de novas áreas situadas fora dos limites do Parque, o os efeitos da ocupação intensiva do entorno por fazendeiros, agricultores e pelas cidades.
3. Rodovias que atravessam terras indígenas:
 - Parque do Xingu e Rodovia Cuiabá Santarém. A BR 158 construída a partir do início dos anos 70 e sua pavimentação atualmente considerada prioritária pelo governo. A região é polo importante de produção agropecuária e florestal, com extração de madeiras, gado, soja e outros produtos de exportação. Além disso constituíram-se dezenas de cidades, principalmente ao longo dos eixos rodoviários, onde vivem pessoas que dependem dessas atividades econômicas para garantir sua subsistência.
4. Conservação das Bacias hidrográficas:
 - As nascentes dos rios da bacia do Xingu. Os limites das terras demarcadas raramente coincidem com domínios de uma bacia hidrográfica, e se torna fundamental na gestão das terras indígenas, a proteção das cabeceiras e beiras de rios, nos entornos ou além de fronteiras nacionais.
5. Tema corredores ecológicos e problemas de sobreposições
 - Terras mais ‘protegidas’ e em ‘corredores ecológicos’ e outras menos protegidas com limites ‘muito’ ou ‘pouco’ ocupados/ameaçados, em fronteiras nacionais.
6. Sobre Projeto de Lei nº. 1610/96 que regulamenta a Mineração em Terras Indígenas:
 - Esse projeto é visto como uma grande ameaça e os participantes da RCA nesse intercâmbio são contra o projeto. O tema deve ser tratado no âmbito do Estatuto dos Povos Indígenas.

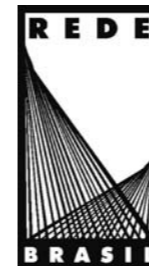
Alerta sobre Saúde, educação, cultura, sustentabilidade

1. Posicionamento “mais decente” em saúde, educação, sustentabilidade, definindo sistemas mais “indígenas de fato”. Como os povos do Rio Negro que enfatizam o impacto da intervenção histórica de um modelo de ocupação territorial e educação escolar colonialista, imposto pelo Estado e Igreja no começo do século passado e que hoje como reparação, o Estado apoie os processos de revitalização da cultura;
2. PAC dos Povos Indígenas: lançado em setembro de 2007, em São Gabriel da Cachoeira, que seja aplicado de acordo com as demandas das populações indígenas no Brasil. E que o Governo ao aplicar os outros PAC(s), como os de infra de transporte e energia sejam implementados com consulta e garantia de que não haverá impacto sobre terras indígenas;
3. Políticas públicas em educação: as dificuldades que os nossos povos sofrem com a falta parceria mais digna com os Estados na área da educação escolar indígena. São marcantes as diferenças que vivemos. As dificuldades que povos do estado do Amazonas sofrem nesse ponto, em comparação com o avanço da política de educação em estados como o Acre, onde a parceria com o Estado e povos indígenas tem sido respeitosa nos últimos anos. Fazemos um apelo para que a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas apoie os processos de educação escolar indígena do Rio Negro.
4. As intervenções de caráter assistencialista são, via de regra, imediatistas, implementadas sem muito planejamento, como a distribuição de merenda escolar e outras iniciativas que não apresentam nenhuma sustentabilidade, além de fomentarem crescente dependência em relação a insumos, conhecimentos e assistência externas.
5. Na área de saúde e em questões de cultura, vemos como grande problema a prática de convênios anuais, sem garantia de continuidade. O Minc fez agora um convênio com a Foirn, para o Pontão de Cultura, mas não garante apoio para os próximos anos. Já vimos os efeitos nocivos e contraproducentes dos convênios anuais na área de saúde (DSEI_RN). Desencadeiam, a cada novo convênio, uma série de mudanças forçadas (de equipes, interrupção da prestação de serviços) pela demora no fechamento dos novos convênios.

Alerta para as comunidades indígenas

1. É preciso continuar definindo suas políticas locais com autonomia.
2. Quando necessário é preciso buscar apoio do Ministério Público Federal, que tem dever constitucional de apoiar e defender os direitos indígenas.
3. É preciso manter a ‘formação espiritual’ dentro do próprio povo nos dias de hoje, por sua enorme importância para a saúde, educação e gestão territorial.
4. É preciso divulgar iniciativas próprias para conscientização das populações que vivem no entorno de nossas terras, aproveitando programas de rádio e sites em internet. Precisamos articular os povos indígenas com outros segmentos sociais de cada região, para construir um plano de desenvolvimento sustentável para a região como um todo, visando superar descompassos de expectativas. Para isso é muito importante criar e disseminar experiências alternativas, para gerar outro entendimento a respeito do desenvolvimento futuro das regiões onde vivemos.
5. É preciso difundir o valor de intercâmbios de experiências com estes que a RCA nos propicia e buscar participar de outras redes que já existem.

São Gabriel da Cachoeira, 26 de novembro de 2007.



Rede de Cooperação
Alternativa Brasil – RCA

SEMINÁRIO

“GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DAS TERRAS INDÍGENAS”

Documento final com recomendações ao Estado brasileiro

A Rede de Cooperação Alternativa Brasil (RCA), constituída pelas organizações Associação Terra Indígena Xingu (ATIX), Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), Hutukara Associação Yanomami (HAY), Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), Instituto Socioambiental (ISA), Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) e Associação Wyty-Catê dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins, realizou de 21 a 24 de outubro de 2009, em Rio Branco, Acre, o Seminário sobre Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas. Contando com a participação de representantes de organizações indígenas, indigenistas e socioambientais, o seminário possibilitou, por meio de apresentações de experiências, discussões em grupos de trabalho e plenárias, uma reflexão sobre um amplo mosaico de iniciativas de gestão territorial e ambiental em terras indígenas, que vêm sendo conduzidas por estas organizações, em diferentes regiões do país, especialmente no Acre, Amapá e norte do Pará, norte do Tocantins e Sul do Maranhão, Vale do Javari, Parque do Xingu, Rio Negro e Terra Indígena Yanomami.

Entre as boas práticas de gestão territorial e ambiental em curso nas terras indígenas foram salientadas a importância de se formar agentes indígenas (que vem sendo nominados como agentes agroflorestais, agentes de manejo e/ou agentes ambientais) para a gestão de seus territórios e seus entornos, como forma de engajar as comunidades indígenas na construção de iniciativas coletivas relativas ao presente e futuro de seus territórios e dos recursos neles existentes. Planos de gestão, construídos e acordados coletivamente, envolvendo vigilância e fiscalização de limites, segurança alimentar, proteção da floresta, relação com vizinhos e mapeamento participativo, bem como a implementação de projetos de desenvolvimento comunitários, foram indicados como ferramentas estratégicas para a proteção territorial e conservação ambiental das terras indígenas. A organização comunitária para o planejamento e implementação de atividades coletivas e a realização de intercâmbios entre aldeias, povos e terras indígenas foram apontados como mecanismos importantes para viabilizar uma gestão territorial e ambiental integrada das terras indígenas. Por fim, a necessidade de uma política pública específica para a proteção e gestão territorial e ambiental das terras indígenas, elaborada com a participação efetiva de representantes das comunidades e organizações indígenas, foi indicada como fundamental para que os povos indígenas alcancem qualidade de vida em seus territórios tradicionais.

Os participantes do seminário avaliaram que, apesar de avanços recentes e localizados, há inúmeras dificuldades a serem superadas para que se efetive o direito constitucional de posse permanente e garantia do usufruto exclusivo aos povos indígenas de suas terras, inclusive aquelas já homologadas e registradas. Avaliaram, também, que a gestão territorial e ambiental das terras indígenas deve se tornar uma preocupação central nas políticas públicas indigenistas e ambientais do país.

A seguir, as organizações participantes do seminário propõem um conjunto de ações e recomendações às instâncias do governo, direta e indiretamente envolvidas com o tema em questão, que, se adotadas ou intensificadas, contribuiriam para uma mudança qualitativa na forma como vêm sendo implementada a gestão territorial e ambiental das terras indígenas no Brasil:

1. O Governo Federal deve conceber e implementar um programa nacional de gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas, com um forte componente voltado para a vigilância e fiscalização das Terras Indígenas que envolva diretamente as organizações indígenas em ações de proteção territorial;
2. O Governo Federal e os governos estaduais devem ampliar o apoio financeiro e a assistência técnica a projetos de gestão territorial e ambiental nas terras indígenas, dando prioridade às iniciativas que já estão sendo desenvolvidas pelas próprias comunidades indígenas nas áreas de segurança alimentar, sustentabilidade econômica e fiscalização dos limites de seus territórios;

3. O Governo Federal e os governos estaduais devem promover o reconhecimento oficial, como categoria profissional, dos agentes indígenas hoje diretamente envolvidos com a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, tais como agentes indígenas de manejo ambiental, gestores territoriais e agentes agroflorestais indígenas;

4. O Governo Federal deve intensificar a fiscalização e proteção dos territórios indígenas mediante a elaboração de uma legislação específica que regulamente as atividades produtivas numa faixa de entorno das terras indígenas;

5. Os órgãos governamentais competentes devem desenvolver ações de esclarecimento e iniciativas de formação das populações não indígenas que vivem e trabalham no entorno das Terras Indígenas de modo a desmistificar estereótipos a respeito dos povos indígenas, provendo informações qualificadas sobre os mesmos;

6. É preciso haver maior integração entre programas e agências governamentais responsáveis pela assistência e fiscalização de áreas protegidas, incentivando a troca de conhecimentos entre os diversos povos e indivíduos que moram e/ou usam a floresta. Estes programas e agências devem se esforçar para dialogar e criar ações conjuntas com governos dos outros países voltadas para terras indígenas situadas em áreas de fronteira;

7. Agências governamentais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Polícia Federal (PF), dentre outras, devem ser mais rigorosas nas fiscalizações e penalizações aos invasores e à retirada e venda de recursos naturais das terras indígenas. É fundamental que essas agências governamentais intensifiquem e retomem, de forma integrada e sistemática, sua participação nas expedições indígenas de fiscalização das fronteiras das terras indígenas;

8. O Governo Federal deve garantir o direito dos povos indígenas serem previamente consultados, de forma livre e informada, sobre a implantação de grandes obras de infra-estrutura e exploração de recursos naturais que impactam diretamente os territórios destes povos, tal como estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo governo brasileiro em 2002;

9. O Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Desenvolvimento Agrário devem contemplar a participação de representantes indígenas nos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Rural Sustentável;

10. O Governo Federal e os governos estaduais e municipais devem reconhecer as iniciativas em curso de educação escolar indígena diferenciada do ensino fundamental e do ensino médio integrado, inclusive aquelas que em seu currículo contemplam e executam atividades de formação de agentes indígenas de gestão territorial e ambiental, bem como incentivar e garantir a implementação da merenda escolar regionalizada, a ser adquirida nas próprias comunidades e aldeias indígenas;

11. A Fundação Nacional do Índio (Funai) deve dar continuidade aos processos de regularização fundiária das terras indígenas do Brasil.

Participantes do Seminário Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas realizado no Centro de Formação dos Povos da Floresta, Rio Branco-AC

ATIX – Associação Terra Indígena Xingu (Daikir Talatalakuma Waura, Ianukulá Kaiabi Suia, Ma aya Waura)

Apina – Conselho das Aldeias Wajãpi (Jawaruwa Wajãpi, Kasianã Wajãpi, Viseni Wajãpi)

CPI-AC – Comissão Pró-Índio do Acre (Vera Olinda Senna, Renato Antonio Gavazzi, Malu Ochoa, Leandro Chaves do Araújo, Luis Marcelo Jardim, José Franki M Silva, Fabrício Bianchini, Felipe Sieollecki)

CTI – Centro de Trabalho Indigenista (Pollyana Mendonça, Mateus Txano Marubo, José Ninha Tavares Kanamari)

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Tiago Pacheco, Higino Tenório, Erivaldo Cruz)

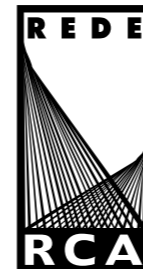
HAY – Hutukara Associação Yanomami (Rogel Seisi Yanomami, Augusto Xirixana Waiká, Neoki Saatali)

Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Luís Donisete Benzi Grupioni, Simone Ribeiro, Décio Yokota, Justino Wakawaka kaxuyana Tiriyó)

ISA – Instituto Socioambiental (Cristina Velásquez, Dafran Macário, Renata Barros Marcondes de Faria)

OPIAC – Organização dos Professores Indígenas do Acre (Francisca Oliveira de Lima Costa, Josias de Araujo Braz Kaxinawá, José Mateus Kaxinawá, Tadeu Mateus Kaxinawá, Fernando Henrique Kaxinawá, Francisco Tetzaka Ashaninka, Benk Ashaninka)

WYTY-CATÊ – Associação dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins (Arlete Bandeira, Alberto Hapyhi, Durival Mendes da Cunha Gavião)



Rede de Cooperação
Alternativa – RCA

Intercâmbio da RCA ao Parque Indígena do Xingu

“O CONTEXTO REGIONAL E AS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO TERRITORIAL NAS TERRAS INDÍGENAS”

Documento final com proposições ao movimento indígena e ao Estado brasileiro

A Rede de Cooperação Alternativa (RCA), constituída pelas organizações Associação Terra Indígena Xingu (ATIX), Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), Hutukara Associação Yanomami (HAY), Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), Instituto Socioambiental (ISA), Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) e Associação Wyty-Catê dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins, realizou de 16 a 30 de outubro de 2010, no Parque Indígena do Xingu e em Canarana, no Mato Grosso, um intercâmbio coletivo e um seminário de sistematização sobre o “O contexto regional e as estratégias de gestão territorial nas Terras Indígenas”.

O intercâmbio ao Xingu e o seminário de sistematização contou com a participação de 37 representantes de organizações indígenas, indigenistas e socioambientais, envolvendo representantes de 20 povos indígenas diferentes, que residem em 13 terras indígenas distintas. Eles atuam em oito estados da Amazônia legal – Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso – e no bioma Mata Atlântica, região litorânea dos estados do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, com o povo Guarani M’Bya. Durante os 14 dias de intercâmbio, esse grupo de representantes visitou instituições e equipamentos sociais na cidade de Canarana, bem como fazendas de diferentes portes nos limites do Parque Indígena do Xingu. Dentro do Xingu, o grupo percorreu os rios Culuene, Xingu e Suia Miçu, passando pelo Alto, Médio, Baixo e Leste Xingu, visitando aldeias dos povos Kuikuro, Yawalapiti, Ikpeng, Kawaiwete e Kisêdjê, além dos postos indígenas Pavuru, Diauarum e Wawi. O intercâmbio foi coordenado pela Atix e pelo ISA, registrado pelos cinegrafistas Kisêdjê e contou com o apoio da Rainforest Foundation da Noruega, Programa de Meio Ambiente da USAID e Embaixada Real dos Países Baixos no Brasil. Tratou-se do terceiro intercâmbio coletivo sobre a temática da gestão territorial e ambiental das terras indígenas desenvolvido no âmbito das atividades da RCA.

Por meio de visitas, apresentações de experiências, discussões em grupos de trabalho e plenárias, este intercâmbio possibilitou a reflexão sobre um amplo mosaico de iniciativas de gestão territorial e ambiental em terras indígenas e de seu entorno, tendo como foco principal as ações e relações estabelecidas no entorno do Parque Indígena do Xingu pelos povos que ali habitam, por suas organizações representativas e parceiras, para enfrentar os impactos da expansão agropecuária na região e as iniciativas de recuperação de áreas degradadas, dentro e fora do PIX. O intercâmbio e o encontro de sistematização visaram ainda a discussão de princípios e estratégias de atuação das organizações indígenas e indigenistas na gestão territorial das terras indígenas e de seu entorno e a criação de parâmetros para as políticas públicas voltadas à proteção das terras indígenas e florestas brasileiras.

Os representantes das organizações indígenas e indigenistas que integram a RCA bem como das instituições convidadas para esse intercâmbio que atuam em diferentes territórios, a maior parte deles localizados na Amazônia Legal, identificaram como desafios a serem enfrentados na gestão territorial das terras indígenas e de seu entorno a construção de estradas, hidrelétricas, linhas de transmissão e outras obras de infra-estrutura dentro e nos limites das terras indígenas, que facilitam o desmatamento e o surgimento de cidades, invasões de pequenos e grandes agricultores e de madeireiros, caçadores e pescadores ilegais. O garimpo ilegal que atinge algumas terras indígenas, assim como a exploração mineral, no entorno das mesmas, vem acarretando graves danos aos territórios indígenas, à fauna e à flora bem como a poluição e o assoreamento de rios e lagos, fragilizando as condições de vida e trazendo diversas doenças às populações indígenas. Identificou-se que muitas bacias hidrográficas encontram-se comprometidas porque suas nascentes estão fora das TIs e o avanço das monoculturas

de soja e eucalipto, principalmente, traz prejuízos irreparáveis ao futuro desses povos. A sobreposição de TIs e Unidades de Conservação e Proteção, relacionamento não amistoso com populações e moradores do entorno das TIs, invasões, narcotráfico, alcoolismo, aumento do lixo e comércio ilegal de animais silvestres também foram apontados como dificuldades, que se agravam com a falta de apoio e financiamento para a realização de atividades de proteção e vigilância de seus territórios, somando à dificuldade de acesso e comunicação, e com o atendimento à saúde e educação deficientes no interior das TIs.

Diante desse quadro de dificuldades e desafios, os representantes indígenas e indigenistas apontaram algumas estratégias que têm sido adotadas por suas organizações e que contribuem para uma gestão territorial e ambiental participativa em curso nas terras indígenas. O fortalecimento interno das comunidades indígenas foi apontado como uma estratégia importante, promovido pela maioria das organizações presentes no intercâmbio, por meio da realização de pesquisas, levantamentos e mapeamentos feitos internamente para subsidiar projetos e novas atividades de gestão, com o uso de instrumentos tecnológicos variados, e envolvendo a comunidade na formulação de diagnósticos e estratégias de superação de problemas.

A formulação de planos de vida, planos de desenvolvimento sustentável e outros mecanismos de gestão dos territórios para programar ações integradas que garantam a qualidade de vida futura dos povos indígenas também é outra estratégia que tem sido amplamente experimentada, juntamente com a formação de gestores socioambientais e territoriais que lideram processos e articulações com os diferentes setores da sociedade em geral. A fiscalização das terras indígenas é realizada pela maioria dos grupos indígenas como meio de promover a identificação e expulsão de invasores. Algumas comunidades indígenas fazem a limpeza e a reavivitação dos limites, outros realizam expedições coletivas para caçar, pescar, coletar, momento em que circulam pelos limites de suas terras. Alguns aproveitam as atividades tradicionais para reconhecer o entorno, observar sua ocupação e os processos de expansão econômica regional. Vários povos indígenas têm procurado se fortalecer estabelecendo vínculos com diferentes parceiros, tanto com representantes de órgãos governamentais quanto com representantes da sociedade civil e organizações parceiras. Por meio de encontros, reuniões e seminários, buscam ampliar o diálogo e discutir questões que afetam a todos, dentro das terras indígenas e no seu entorno. Esses momentos se revelam como oportunidades para trocas culturais e formulação de acordos e estratégias de ação.

Vários representantes indígenas apontaram a participação em conselhos de unidades de conservação vizinhas como estratégicas para ampliar alianças e construir propostas de desenvolvimento sustentável com amplitude regional e participativa. Algumas comunidades indígenas têm proposto a criação de faixas de amortecimento ao redor dos limites de seus territórios, e outros estão mobilizados na criação de mosaicos de unidades de conservação, envolvendo diferentes segmentos populacionais e unidades de conservação, assentamentos e terras indígenas, em um processo de fortalecimento mútuo. Atividades que promovem a segurança alimentar e alternativas econômicas, como pequenas criações, apicultura e meliponicultura, piscicultura, manejo florestal e comercialização de produtos também tem sido implementadas em diferentes regiões, bem como a recuperação de áreas degradadas com agrofloresta e monitoramento da contaminação das águas. Por fim, a realização de intercâmbios entre aldeias, povos e terras indígenas de uma mesma região ou de regiões diferentes também foi apontada como um meio importante de trocas de informações que contribuem significativamente para melhorar as condições de vida e de gestão dos territórios indígenas.

Os participantes do intercâmbio refletiram sobre os pilares da gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, elencando como prioritários:

1. A organização social e política das comunidades indígenas e a capacidade de representantes indígenas buscarem o diálogo com seus vizinhos, por meio de ações de sensibilização e conscientização.
2. A manutenção da identidade cultural e da força espiritual das comunidades indígenas, por meio da valorização de suas práticas culturais.
3. A mobilização e o engajamento dos jovens indígenas, em articulação com as gerações mais velhas, na busca de soluções para os problemas e desafios contemporâneos
4. A estrutura de fiscalização condizente com as necessidades de cada terra indígena, com pessoal qualificado, equipamentos, sistema de comunicação e de transporte funcionando, para promover a vigilância dos limites de seus territórios e a articulação política das comunidades que ali vivem.

5. O reflorestamento e a recuperação de áreas degradadas e a preocupação com a segurança alimentar como estratégias para a sustentabilidade das comunidades indígenas no presente e no futuro
6. O relacionamento com órgãos governamentais e a melhoria nas políticas públicas de proteção das terras indígenas

Avaliando que a gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno deve se tornar uma preocupação central nas políticas públicas indigenistas e ambientais do país, os participantes do intercâmbio consideram como estratégias para a gestão no entorno de Terras Indígenas:

- 1 Fortalecimento cultural e político interno das comunidades indígenas, valorização dos conhecimentos tradicionais e fortalecimento dos vínculos entre as gerações permitem a elaboração de acordos, que sistematizados em planos de gestão territorial e planos de vida definem estratégias de ação para garantir a sustentabilidade dos territórios indígenas e o bem estar das comunidades que nele vivem.
- 2 Ações de formação e capacitação indígenas por meio de cursos, oficinas e intercâmbios, com foco no manejo dos recursos naturais, na fiscalização dos territórios e na negociação com órgãos de governo, comunidades vizinhas e organizações da sociedade civil potencializam o protagonismo das comunidades indígenas na construção de propostas de desenvolvimento sustentável para as regiões onde seus territórios estão localizados.
- 3 Construção de postos de vigilância, realização de expedições no interior das terras indígenas e no seu entorno, maior controle das fronteiras, principalmente quando as terras indígenas localizam-se no limite com outros países, contribuem para a garantia da integridade dos territórios indígenas.
- 4 Realização de intercâmbios entre comunidades e povos indígenas permite ampliar o conhecimento de representantes indígenas sobre diferentes contextos regionais, ameaças, problemas ambientais e conflitos territoriais, bem como sobre estratégias e soluções construídas localmente para enfrentar tais desafios.
- 5 Efetivação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial – PNGATI, por parte do governo brasileiro, com recursos financeiros compatíveis com as necessidades das comunidades indígenas, evitando o agravamento de conflitos e a construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento regional, garantindo a integridade dos territórios indígenas.
- 6 Consulta, livre e informada, quando da implantação de grandes obras de infra-estrutura e exploração de recursos naturais que impactam diretamente os territórios dos povos indígenas e de seu entorno.

Essas idéias e propostas, construídas e sistematizadas durante o intercâmbio da RCA ao Parque Indígena do Xingu, são propostas ao movimento indígena e ao governo brasileiro com o intuito de contribuir para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno.

Organizações participantes do intercâmbio

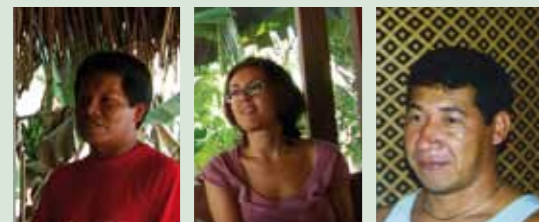
ATIX – Associação Terra Indígena Xingu | Apina – Conselho das Aldeias Wajãpi | CPI-AC – Comissão Pró-Índio do Acre | CTI – Centro de Trabalho Indigenista | FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro | HAY – Hutukara Associação Yanomami | Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena | ISA – Instituto Socioambiental | OPIAC – Organização dos Professores Indígenas do Acre | WYTY-CATĚ – Associação dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins | OGM – Organização Geral Mayoruna | AMAAIC – Associação Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre | Movimento das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro | AKAVAJA – Associação Kanamari do Vale do Javari | AEIT – Associação da Escola Indígena Tuyuka | ATIARI – Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié | APIO- Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque | APITIKATXI – Associação dos Povos Indígenas Tiriyo, Kaxuyana e Txikuyana | Kapey – Associação da União das Aldeias Krahô | Associação Mäkraré



participantes dos intercâmbios da RCA



Viajantes dos intercâmbios e participantes dos encontros de sistematização, que ocorreram no final das viagens ao Rio Negro, ao Acre e ao Xingu, quando foram elaborados os documentos públicos finais dos intercâmbios.



Intercâmbio Rio Negro (2007)

Coordenação: Foirn e ISA
Povos anfitriões: Baniwa, Tariano, Tuyuka
Encontro de Sistematização: Maloca da Foirn, em São Gabriel da Cachoeira
Apoio financeiro: RFN

Participantes:



Atawayanã Kanato Yawalapiti (Atix)
Ianukulá Kaiabi Suiá (Atix)
Winti Suyá (Atix)

Davi Pamu Kaxuyana (Iepé)
Mário Braga Vasconcellos (Iepé)
Muru Waiãpi (Iepé)
Seki Waiãpi (Iepé)



Anselmo Xiropino Yanomami (CCPY)
Emílio Sisipino Yanomami (CCPY)
Maurice Seiji Nilson (CCPY)

Flora Cabalzar (ISA)
Geraldo Andrello (ISA)
Krekreansã Panará (ISA)
Laíse Lopes Deniz (ISA)
Paulo Junqueira (ISA)
Soti-i Panará (ISA)



Daniel Calazans Pierri (CTI)
Leonardo da Silva Gonçalves (CTI)
Marcio Vera Mirim Rodrigues (CTI)

André Fernando Baniwa (Foirn)
Armindo Paiva (Foirn – OIBI)
Custódio (Foirn – CABC)
Custódio Benjamim (Foirn)
Erivaldo Cruz Piaratapuia (Foirn)
Franci Wanana (Foirn)
Higino Tenório Tuyuka (Foirn)
Nivaldo Castilho Maia (Foirn – Coidi)

Fernando Luiz Yawanawa (Opiac)
Joao Yawanawa (Opiac)
Valmar Kaxinawa (Opiac)



Intercâmbio Acre (2009)

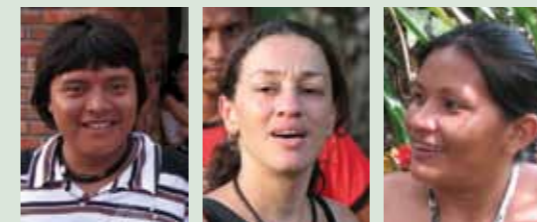
Coordenação: CPI-AC e Opiac
Povo anfitrião: Ashaninka
Encontro de Sistematização: Centro de Formação dos Povos da Floresta, em Rio Branco
Apoio financeiro: RFN

Participantes:



Daikir Talatalakuma Waura (Atix)
Ianukulá Kaiabi Suiá (Atix)
Ma aya Waura (Atix)

Luís Donisete Benzi Grupioni (Iepé)
Simone Ribeiro (Iepé)
Décio Yokota (Iepé)
Justino Wakawaka Kaxuyana Tiriyo (Iepé)



Jawaruwa Wajãpi (Apina)
Kasianã Wajãpi (Apina)
Viseni Wajãpi (Apina)

Cristina Velásquez (ISA)
Dafran Macário (ISA)
Renata Barros Marcondes de Faria (ISA)



Vera Olinda Sena (CPI-AC)
Renato Antonio Gavazzi (CPI-AC)
Malu Ochoa (CPI-AC)
Leandro Chaves do Araújo (CPI-AC)
Luis Marcelo Jardim (CPI-AC)
José Franki Silva (CPI-AC)
Fabrício Bianchini (CPI-AC)
Felipe Sieollecki (CPI-AC)

Francisca Oliveira de Lima Costa (Opiac)
Josias de Araujo Braz Kaxinawá (Opiac)
José Mateus Kaxinawá (Opiac)
Tadeu Mateus Kaxinawá (Opiac)
Fernando Henrique Kaxinawá (Opiac)



Pollyana Mendonça (CTI)
Mateus Txano Marubo (CTI)
José Ninha Tavares Kanamari (CTI)

Francisco Tetxaka Ashaninka (Opiac)
Benki Ashaninka (Opiac)



Tiago Pacheco (Foirn)
Higino Tenório Tuyuka (Foirn)
Erivaldo Almeida Cruz Piaratapuia (Foirn)

Arlete Bandeira (Wyty-Catê)
Alberto Hapyhi (Wyty-Catê)
Durival Mendes da Cunha Gavião (Wyty-Catê)



Rogel Seisi Yanomami (Hutukara)
Augusto Xirixana Waiká (Hutukara)
Neoki Saatali (Hutukara)





Intercâmbio PIX (2010)

Coordenação: ISA e Atix

Povos anfitriões: Ikpeng, Kawaiweté, Kisêdjê e Kuikuro

Encontro de Sistematização: Aldeia Ngojhwere

Apoio financeiro: RFN, Embaixada Real dos Países Baixos, USAID

Participantes

Pikuruk Kayabi (Atix)

Chibot Juruna (Atix)

Nhonkobere Suyá (Atix)

Ianukulá Kaiabi Suyá (Atix)

Viseni Wajãpi (Apina)

Kurupi Wajãpi (Apina)

Jakyri Wajãpi (Apina)

Pollyana Mendonça (CTI)

Luiz Lira Ferreira (CTI)

Priscila Pessoa Chianca (CTI)

Jose Ninha T. Kanamari (CTI)

Vitor Silva Mayoruna (CTI)

Anair da Silva Sampaio (Foirn)

Higino Tenório Tuyuka (Foirn)

Argemiro Teles (Foirn)

Mauricio Tome Rocha (Hutukara)

Rui Xirixana (Hutukara)

Edgar Yanomami (Hutukara)

Rachel R. Lange (Iepé)

Sedrik A. Santos (Iepé)

Marinelson dos Santos (Iepé)

Shimeto Tadeu Tiryó (Iepé)

Ubirajara Ke'su Kaxuyana (Iepé)

Aloísio Cabalzar Filho (ISA)

Ana Maria Antunes Machado (ISA)

Cristina Velásquez (ISA)

Maria Martha S. M. Coelho (ISA)

Paulo Junqueira (ISA)

Renata Faria (ISA)

Rodrigo Junqueira (ISA)

Rosana Gasparini (ISA)

Sara Cristóforo (ISA)

Orlei Lima de Souza (Opiac)

Kely Costa Lima (Opiac)

Marcelino Rosa da Silva (Opiac)

José Nilson Saboia (Opiac)

Severino Bandira Lima (Wyty-Cate)

Miguelito S. Kraho (Wyty-Cate)

Guime Parhy Kraho (Wyty-Cate)

Anne Leifsdatter Gronlund (RFN)

fontes

Documentos-base e relatórios dos intercâmbios da RCA

Rio Negro

RCA. 2007. [André Fernando Baniwa, org.] Relatório do Intercâmbio dos membros da RCA no Rio Negro. Oficina de sistematização. Temática Gestão Territorial no Rio Negro. Foirn e ISA, mimeo, 110 págs.

RCA. 2007. [Leila Soraya Menezes, org.] Gestão Territorial Indígena. Documento base Intercâmbios 2007 e Oficina de Sistematização – Rio Uaupés, rio Içana, Rio Tiquié, Terra Indígena Rio Negro. RCA, mimeo, 77 págs.

Iepé. 2007 [Mário Braga, org.] Relatório da delegação do Iepé sobre o intercâmbio Gestão Territorial Indígena – Rio Negro. Iepé, mimeo, 36 págs.

Acre

CPI-AC. 2009. Intercâmbio da RCA-Brasil. Formação para a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas – Documento base. CPI-AC, mimeo, 26 págs.

RCA. 2009. [Luciano Nunes Padrão, org.] Seminário final de sistematização do intercâmbio em gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas. RCA, mimeo, 23 págs.

RCA. 2009. Compilação das apresentações das organizações membro da RCA no Encontro de Sistematização do Intercâmbio ao Acre – Formação para a gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas. RCA, mimeo, 57 págs.

RCA.2010. [Luís Donisete Benzi Grupioni, org.] Relatório e Impressões da Viagem de Intercâmbio da RCA ao Acre em 2009. RCA, mimeo, 54 págs.

PIX

RCA. 2010. [Paulo Junqueira e Luis Donisete Benzi Grupioni, orgs.] – Documento Base do Intercâmbio da RCA de 2010 ao Parque Indígena do Xingu – MT. O contexto regional e as estratégias de gestão territorial nas Terras Indígenas. RCA, mimeo, 79 págs.

RCA. 2010. [Sara Cristoforo, org.] – Relatório do Intercâmbio ao Parque Indígena do Xingu. O contexto regional e as estratégias de gestão territorial nas Terras Indígenas. RCA, mimeo, 107 págs.



Tuyuka e Kuikuro no Intercâmbio no Xingu (MT), 2010



Visita à Oibi em São Gabriel da Cachoeira (AM), 2007



Sob a samaúma do Centro Yorenka Átame, Marechal Thaumaturgo (AC), 2009



Atividade no Centro de Formação dos Povos da Floresta, Rio Branco (AC), 2009



Intercâmbio no Rio Negro, 2007



Visita aos Ashaninka(AC), 2009



Encontro de sistematização no Acre, 2009



RCA no Centro Yorenka Átame (AC), 2009

Outras fontes consultadas

ANDRADE, Lúcia Alberta. e FILHO, Henyo T. Barreto (orgs.) 2012. Formação Avançada Indígena do Rio Negro: Resultado do Processo de Consulta realizado entre 2009 e 2012. FOIRN/ISA.

GALLOIS, Dominique Tilkin. S/data. Saberes Wajãpi: Formação de pesquisadores e valorização de registros etnográficos indígenas. Iepé, São Paulo.

GAVAZZI, Renato Antonio. 2012. Agrofloresta e Cartografia Indígena: a gestão territorial e ambiental nas mãos dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. Dissertação de mestrado em geografia. FFLCH-USP, São Paulo, 297 págs.

GRUPIONI, Denise Fajardo. 2010. Pesquisa e Preparação de Materiais Didáticos no Âmbito do Programa de Formação de Professores–Pesquisadores Tiryó e Kaxuyana. In Troncarelli, Maria Cristina (org.). Praticando português nas escolas Tiryó e Kaxuyana. Iepé e Imprensa Oficial, São Paulo, págs.243-250.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. 2011. Intercâmbios Interculturais: gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas. In Ricardo, Beto e Fany (Ed.). Povos Indígenas no Brasil 2006-2010. ISA, São Paulo, págs. 133-136.

IEPÉ. 2011. Enpató Iponohto. Jornal da Educação (Tiryó e Kaxuyana), n. 3, Iepé, 4. págs.

ISA. 2011. Sementes do Xingu. Informativo sobre a Rede de Sementes do Xingu, maio de 2011, ISA, 8 págs.

MONTE, Nietta e GAVAZZI, Renato (orgs.). 2008. Proposta Político-Pedagógica e Curricular de Formação Profissional e Técnica Integrada à Educação Básica de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre, AAFIs. CPI-AC, Rio Branco, 200 págs.

SZMRECSÁNYI, Lúcia. 2011. Wajãpi: Desenvolvimentos dos Programas de Educação Escolar. In Ricardo, Beto e Fany (Ed.). Povos Indígenas no Brasil 2006-2010. ISA, São Paulo, págs. 327-329.

TRONCARELLI, Maria Cristina. 2012. Possíveis contribuições dos processos de formação de professores e das escolas indígenas para uma educação escolar de qualidade. Mimeo, 25 págs.

VILLAS-BÔAS, André e JUNQUEIRA, Paulo (Coord.). 2011. Almanaque Socio-ambiental Parque Indígena do Xingu 50 anos. ISA, São Paulo, 316 págs.

Notícias em sites e blogs

<http://apiwtxa.blogspot.com>

<http://hutukara.org>

<http://saberesdafloresta.blogspot.com>

<http://www.cpiac.org.br>

<http://www.institutoiepe.org.br>

<http://rcabrasil.blogspot.com.br/>

<http://www.rca.org.br/>

<http://www.socioambiental.org>

<http://www.trabalhoindigenista.org.br>

<http://www.yikatuxingu.org.br>



RCA na aldeia Ngojhwêrê, PIX, 2010



Apresentação no intercâmbio ao Xingu (MT), 2010



Viagem da RCA ao PIX (MT), 2010

